

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**PESCA E SAZONALIDADE NO CAMACHO/SC:
UM ESTUDO DE MODOS DE VIDA EM DESLOCAMENTO**

Orientadora

PROF.^a Dra. ILKA BOAVENTURA LEITE

MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS

FLORIANÓPOLIS – SC

2001

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“PESCA E SAZONALIDADE NO CAMACHO/SC:
UM ESTUDO DE MODOS DE VIDA EM DESLOCAMENTO”**

MÁRCIA REGINA CALDERIPE FARIAS

Orientadora: Dra. Ilka Boaventura Leite

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:



Dra. Ilka Boaventura Leite (UFSC-Orientadora)



Dra. Maria Dulce Gaspar (UFRJ)



Dr. Sílvio Coelho dos Santos (UFSC)

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2001.

*Dedico este trabalho aos meus pais, Ruy e Adair,
pelas lições de amor, aos avós Nair,
Alfredo e Braz (in memoriam)
e a avó Manoela.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Ilka Boaventura Leite, que me fez ver que fiz a escolha certa, pela paciência e apoio nos momentos difíceis, por me fazer rever crenças, posições, teorias.

Agradeço aos meus pais pelo apoio de todas as horas, conselhos, o carinho de sempre. Ao meu irmão e minha cunhada Ângela, pela amizade. Aos tios, Gervásio e Diva, Dadá, Delurdes e Eloi, pela sua presença alegre.

Aos pais "adotivos": Martin e Lili, Hugo e Maria, Geni e Valdemar (*in memorian*), Elvira e Nelson, Ormezinda e Aurelino com os quais sempre pude contar.

Aos amigos de Pelotas, especialmente, Sônia, Júlia e Clóvis. À Nilza e Rogério, pela solidariedade, amizade e por sempre acreditarem que a vida pode ser melhor.

Aos colegas da Casa de Passagem em Porto Alegre, pelo que aprendemos juntos. Às amigas Marilze, Suzana, Rosane, Carmen Dora. Com muito carinho, ao "Seu" Pingo, Tia Maria e João Vítor (*in memorian*), pelas horas alegres nos domingos de almoço em família.

Ao José Adelino, pelos sonhos que dividimos nos primeiros anos de Porto Alegre.

Aos companheiros de Florianópolis Jairo, Jô, Márcio e Nilza, Rosemarie. Ao Flávio, pelo apoio nas últimas "arrumações" no texto. Ao Dilton, pelas conversas calorosas e pelo carinho desde que cheguei na Ilha.

A minha turma de Mestrado: Ana, Annemarie, Beatriz, Bernardete, Cláudio, Flávia, Marcos e Vitória, com a qual dividi momentos especiais nestes últimos dois anos e às colegas Roseli e Silvana, pela presença sempre animadora. Aos professores dos Cursos de Estudos Sociais e Letras da Universidade Federal de Pelotas, especialmente ao professor José Édil de Lima Alves, pelo incentivo para cursar o Mestrado.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à professora Cornélia Eckert, pelas primeiras lições de Antropologia.

Aos professores do Curso de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial, Miriam Pillar Grossi, Esther Jean Langdon, Oscar Calávia Sáez, Carmen Sílvia Moraes Rial, Dennis Wayne Werner e Ana Luiza Carvalho da Rocha. À professora Maria Dulce Gaspar que discutiu e deu sugestões durante o trabalho de campo e pela sua participação na banca examinadora. Igualmente ao professor Sílvio Coelho dos Santos, pelas suas observações ao trabalho.

Aos funcionários do PPGAS, Luiz e Fátima, pela sua atenção e disponibilidade.

Este estudo contou com bolsas de apoio à pesquisa da CAPES E CNPq. Meu agradecimento por esta oportunidade e às demais escolas públicas nas quais estudei.

Por fim, agradeço aos pescadores e pescadoras do Camacho e Garopaba do Sul que me receberam em suas casas, me falaram sobre suas vidas, me fizeram rir, chorar, ver que valeu a pena. À família Santana, que me hospedou ao longo do trabalho de campo, obrigada pelos momentos agradáveis, pelas tantas histórias, ao redor do fogão à lenha, nas noites frias do último inverno.

Obrigada!

Uma História

Ariano Suassuna conta que certa vez foi procurado, na Secretaria de Cultura de Pernambuco, por duas pesquisadoras paulistas que queriam estudar a transição entre a zona rural e urbana nas pequenas cidades do interior. “Despachei as duas para uma cidadezinha no interior de Pernambuco que, ao meu ver, tinha as características que elas procuravam”, explicou. Chegando lá, um pescador foi a primeira pessoa que as duas encontraram e deu-se o seguinte diálogo, de acordo com Suassuna:

Pesquisadoras: – O senhor sabe o nome do Presidente do Brasil?

Pescador: – Sei não, Moça!

Pesquisadoras: – E do governador do seu Estado?

Pescador: – Sei também não, moça!

Pesquisadoras: – Mas o senhor não sabe nada!

Pescador: – Olha, a senhora sabe o nome desse peixe aqui?

Pesquisadoras: – Não conheço.

Pescador: – E desse?

Pesquisadoras: – Também não!

Pescador: – Pois é, moça! Cada qual com as suas ignorâncias!

Ariano Suassuna *In.*: Jornal “Artitude”, set/98.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE FOTOS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	01
O CAMACHO.....	02
O PROBLEMA DA PESQUISA	04
O TRABALHO DE CAMPO	07
O RESUMO DOS CAPÍTULOS	12
CAPÍTULO I	
1. A PESCA E A SAZONALIDADE NA LITERATURA	16
1.1 A ABORDAGEM TEÓRICA	27
CAPÍTULO II	
2. A MEMÓRIA SOCIAL NO CAMACHO	34
2.1 A CASA DA NAÇÃO	36
2.2 AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS.....	39
2.3 O ILHOTE.....	46
2.4 O "CASQUEIRO"	49
2.5 A BARRA DO CAMACHO.....	50
2.6 AS IDAS PARA O "RIO GRANDE"	53
CAPÍTULO III	
3. OS SABERES E AS ARTES DA PESCA	57
3.1 AS SAFRAS	58
3.2 AS ARTES DE PESCA.....	64
3.3 PARELHAS DE PRAIA	69

3.4	PARELHAS DE LAGOA	70
3.5	AS MODALIDADES DE PESCA	70
3.6	COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS PESCADORES ...	75
3.7	REGULAMENTAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL	76

CAPÍTULO IV

4.	A MIGRAÇÃO SAZONAL.....	80
4.1	PARELHAS DE LAGOA	82
4.2	PARELHAS DE PRAIA	88
4.3	DISCUTINDO A MIGRAÇÃO SAZONAL.....	89

CAPÍTULO V

5.	OS CICLOS DA PESCA E OS MODOS DE VIDA	98
5.1	O TRABALHO DOMÉSTICO	103
5.2	ATIVIDADES NA CONSTRUÇÃO CIVIL	106
5.3	ATIVIDADES NA ESCOLA E OUTROS TRABALHOS.....	107
5.4	O TURISMO	108
5.5	O COMÉRCIO	110
5.6	AS FESTAS E O LAZER	110

CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
-----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	123
--------------------------	------------

ANEXOS.....	139
--------------------	------------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – CALENDÁRIO DAS SAFRAS NO RS E SC	60
Quadro 2 – PARELHAS DE LAGOA	84
Quadro 3 – PARELHAS DE PRAIA.....	88
Quadro 4 – CALENDÁRIO DE TRABALHO E LAZER DOS MORADORES DO CAMACHO	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – LOCALIZAÇÃO DO CAMACHO.....	15
Figura 2 – ROTAS DA MIGRAÇÃO SAZONAL	95
Figura 3 – LOCAIS DE PESCA NO RIO GRANDE DO SUL	96

LISTA DE FOTOS

Foto 1	– VISTA AÉREA DO CAMACHO	56
Foto 2	– RUÍNAS DA CASA DA NAÇÃO.....	56
Foto 3	– SEU “LOCA”	79
Foto 4	– SEU ROSALINO RAMOS	79
Foto 5	– SEU ANTENOR SANTANA.....	79
Foto 6	– NILTON QUIRINO E SEU FILHO ANTÔNIO M. QUIRINO....	79
Foto 7	– JOÃO SCHMITT, CLÁUDIO RAMOS E AURÉLIO LAUREANO....	79
Foto 8	– PAULO ALBINO RAMOS	79
Foto 9	– PESCADORES DE PARELHA DE PRAIA TIRANDO A REDE.....	79
Foto 10	– CAMINHÃO ALUGADO POR UMA PARELHA DE LAGOA	97
Foto 11	– CAMINHÃO DE PARELHA DE LAGOA	97
Foto 12	– MARCELO G. SANTANA E IDINHO	97
Foto 13	– SIMONE, MARFISA, MÁRCIO E MARIA.....	97
Foto 14	– CASA NO PORTO DE CAPIVARAS	97
Foto 15	– RANCHO DE PRAIA DE ROBERTO RAMOS, NA BARRA	97
Foto 16	– LIETE RAMOS LAUREANO	118
Foto 17	– DONA MARIA CONFECCIONANDO UMA ESTEIRA	118
Foto 18	– MARIA APARECIDA RAMOS SANTANA FAZENDO REDE	118
Foto 19	– CÁTIA LIMPANDO SIRI	118
Foto 20	– SEU NILTON QUIRINO CONSERTANDO REDE	118
Foto 21	– “JANJÃO”, UM DOS PESCADORES DA LOCALIDADE	118

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo descrever e analisar a pesca e a sazonalidade entre os moradores do Camacho, município de Jaguaruna – SC. Nesta localidade os ciclos da pesca orientam os modos de vida dos pescadores. A pesca, portanto, é a principal atividade de trabalho, mas os “camacheiros” não a exercem de forma exclusiva. Os pescadores e suas famílias seguem um amplo calendário de atividades que se divide entre inverno e verão. No verão ocorre o deslocamento para o Estado do Rio Grande do Sul, migração realizada anualmente durante as safras de peixe e de camarão que se tornaram os “produtos preferenciais” para os pescadores. A sazonalidade, construída pelos moradores do Camacho, abrange a localidade como um todo, expressa uma organização social que se pauta no deslocamento para outras lugares ou entre diferentes opções de trabalho, conferindo dinamismo e sincronicidade à vida no Camacho. Com este estudo pretendo contribuir para a reflexão sobre os grupos que vivem da pesca, dando ênfase aos significados que os próprios sujeitos conferem ao seu modo de vida.

ABSTRACT

This work aims at describing and analyzing fishery and "seasonality" among the dwellers of Camacho, city of Jaguaruna (Santa Catarina, Brazil). There, fishing cycles imbue the fishermen's ways of life, being their main – although not exclusive – activity. Dwellers observe a calendar of several activities, spreading through the seasons. In the Summer, displacements to Rio Grande do Sul state take place during the fish and shrimp crop, which are the fishermen's main products. "Seasonality", construed by the Camacho inhabitants, embraces the place as a whole, expressing a social organization marked by the displacement to other spots or by the different work options available, and granting dynamism and synchronicity to life in Camacho. With the present study, I intend to further the reflection on the groups living on fishery, stressing the meanings which the subjects themselves infuse into their ways of life.

INTRODUÇÃO

O meu interesse pelo estudo de pescadores surgiu logo após a conclusão do curso de Ciências Sociais¹, quando tive contato com os moradores de um município do interior do Estado do Rio Grande do Sul – São José do Norte. Neste local, onde a população vive da pesca e do cultivo da cebola, realizei as primeiras conversas com algumas famílias.

Quando entrei para o curso de Mestrado, apresentei como proposta estudar os modos de vida deste grupo. Entretanto, no primeiro semestre de 1999, aceitei o convite para participar do projeto arqueológico *The Formation and Settlement Role of Sambaqui, Santa Catarina, Brazil*². Neste contexto, propus-me a realizar uma etnografia dos pescadores artesanais do município de Jaguaruna.

O primeiro contato³ com os pescadores ocorreu em 12 de junho de 1999, quando a professora Dra. Maria Dulce Gaspar me apresentou a um pescador – “Seu” Ari, de Garopaba do Sul (localidade vizinha ao Camacho). Este pescador concedeu-me a primeira entrevista e introduziu-me, com muita paciência, no mundo da pesca, do qual eu tinha um vago conhecimento.

Inicialmente, pretendia realizar a pesquisa nas localidades de Garopaba do Sul e do Camacho. Porém, uma vez que não haveria tempo para realizar o trabalho de campo em dois locais, percebi que deveria centralizá-la somente no Camacho, que além de ser o maior produtor de pesca do município de Jaguaruna tem uma ligação, através da migração sazonal, com o local onde pretendia

¹ Curso de Licenciatura Plena realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

² Este projeto, “uma investigação conjunta de arqueólogos brasileiros e americanos” (Gaspar, 2000), desenvolveu-se no município de Jaguaruna – SC, através de pesquisadores do Museu de Antropologia da Universidade de São Paulo, Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro e do *Arizona State Museum* da Universidade do Arizona – EUA. A professora Dra. Maria Dulce Gaspar, do Museu Nacional (UFRJ), um dos coordenadores do projeto no Brasil, sugeriu à coordenação do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) da Universidade Federal de Santa Catarina que fosse elaborada uma etnografia sobre os pescadores de Jaguaruna. Tive contato com o grupo interdisciplinar de pesquisa, mas o projeto não se desenvolveu no ano de 2000.

³ A pesquisa teve início durante o período em que eu estava cursando as disciplinas do Mestrado, devido às atuais exigências de cumprimento do curso em 24 meses. Era necessário iniciar uma pesquisa exploratória para construir o projeto e observar o grupo em todos os períodos do ano, o que considero imprescindível na observação do trabalho de pescadores.

desenvolver o trabalho anteriormente.

Após vários contatos e visitas ao "povoado"⁴ do Camacho, hospedei-me na casa da família Gordo Santana⁵, e ali fiquei até ao final do trabalho de campo. Estes informantes apresentaram às pessoas da sua relação, possibilitando o contato com as demais famílias do local e permitindo a construção do que Silva (1998) chama de *rede de campo* – conjunto de relações que o pesquisador estabelece com as pessoas pesquisadas⁶.

O CAMACHO

A presente pesquisa situou-se então na localidade⁷ denominada Camacho, "núcleo pesqueiro" (Britto, 1999), uma das trinta e uma comunidades⁸ do município de Jaguaruna⁹ (Vide Anexo I). Esta localidade fica ao norte do município, ao lado de Garopaba do Sul. A pesca é considerada a maior fonte de renda para os moradores do Camacho, segundo a Prefeitura Municipal de Jaguaruna.

O acesso ao município de Jaguaruna pode ser feito pela BR-101 ou através dos municípios de Tubarão e Laguna, por meio de estradas vicinais. O deslocamento do centro do município de Jaguaruna até ao Camacho é feito por estradas de terra, passando-se por várias localidades que têm a agricultura e/ou pesca como principal atividade. No final da localidade de Garopaba do Sul se encontra o "casqueiro" ou

⁴ As palavras, expressões e transcrições das entrevistas realizadas com os informantes serão destacadas com a utilização de aspas.

⁵ "Dona Sandra" (proprietária da Pousada Barra do Camacho) apresentou-me para esta família e para vários moradores do local, o que facilitou muito a entrada no campo. No Camacho, a partir da "Dona Sandra", pude iniciar a construção de uma rede de informantes, o que me possibilitou, através da pesquisa, perceber como são as relações entre as várias famílias do local.

⁶ Optei por utilizar o conceito *rede de campo* porque este diz respeito às relações que o antropólogo estabelece no campo, e não àquelas redes sociais já existentes no local da pesquisa, das quais ele se servirá mas não conseguirá apropriar-se. Sobre redes sociais, ver o trabalho de Bott (1976), *Família e Rede Social* e o artigo de Barnes (1987) – *Redes Sociais e Processo Político*, que faz uma revisão sobre o assunto.

⁷ Conceituo localidade como o cenário físico da atividade social situado geograficamente (Giddens, 1992).

⁸ O termo comunidade está sendo utilizado tal como é referido pela Prefeitura Municipal de Jaguaruna, ou seja, para designar as localidades do interior do município. Segundo os moradores, no Camacho moram em torno de 1500 pessoas, havendo aproximadamente 250 famílias.

⁹ O município de Jaguaruna possui uma área de 340 m²; localiza-se no sul do Estado de Santa Catarina, a uma latitude sul de 28° 37'05'', a uma longitude W. Greenwich de 49°01'12'', a uma altitude de 12 metros em relação ao nível do mar. Confina, ao norte, com os municípios de Laguna e Tubarão, ao sul, com os municípios de Içara e Morro da Fumaça; ao oeste com o município Treze de Maio e, ao leste, com o Oceano Atlântico (Rohr 1969, Modolon, 1998). Localiza-se a uma distância de 160 km da capital do Estado de SC, Florianópolis, e fica a 15 km da cidade de Tubarão (Modolon, 1998).

sambaqui¹⁰. Começa, então, o “povoado do Camacho” (Vide Anexo III). Ao adentrar neste último, a Estrada Geral recebe o nome de Estrada Geral do Camacho, prosseguindo por toda a localidade até alcançar a barra. A barra faz a ligação entre o mar e a lagoa e confina com o município de Laguna. Sobre a barra há uma ponte com pilares de concreto e parte de cima de madeira. Pela “Estrada Geral do Camacho”, que liga os dois locais (Camacho e Garopaba do Sul), é constante o trânsito de carros, de caminhões que abastecem o comércio e de ônibus.

Na localidade do Camacho podemos observar que, próximo ao mar, no local que possui um plano de urbanização, estão a maioria das casas dos turistas. Alguns pescadores também moram deste lado, mas junto à Estrada Geral e ao porto. A maioria dos “camacheiros” reside nas proximidades da lagoa, do outro lado da estrada, onde as casas não “estão na linha” e os terrenos não são cercados porque as casas pertencem a pessoas de uma mesma família. Do lado da lagoa também existem casas do “pessoal de fora” (veranistas), mas são pouco numerosas. Em relação ao mar e à lagoa, dizem que para o lado do mar é “pra fora” e para o lado da lagoa é “pra dentro”. Ao se deslocarem dentro da localidade, os moradores do Camacho dizem que vão “lá em cima” quando vão para o lado “da Jaguaruna” (sul); ao se locomoverem em direção à barra (norte) dizem que vão “lá embaixo” e usando essas categorias localizam-se dentro da área do Camacho¹¹.

É na lagoa¹² e no mar que os pescadores trabalham. À praia o acesso é livre; já para a lagoa, as entradas são restritas: “no porto da barra, no João Ramos, no Alvarino (posto de gasolina), no Antônio Vítor, na Rua Tubarão, no Carimbó, no João Ernesto, no Horto Florestal da CYSY¹³, no Nelinho e no Manuel Jovino”, sendo que os dois últimos cobram a entrada, pois os pescadores têm que se deslocar dentro das suas terras.

¹⁰ Segundo Castro Faria, (1999) “[...] sambaqui, por definição, é um monte artificial de conchas, resultante da utilização regular de moluscos como fonte principal de alimento. Como em todas as jazidas até hoje exploradas foram sempre encontradas também grandes quantidades de restos de peixes e mais raramente ossos de aves e de mamíferos, além de carvão vegetal e de cinzas, o sambaqui deve ser considerado como um testemunho importante da atividade econômica de populações que viviam sobretudo da pesca, da coleta e da caça em geral”.

¹¹ Rial (1988:112) discute a questão da “*hierarquia da orientação*” entre os moradores da “LAGOA” quanto ao uso dos termos “cima” e “baixo”, enfatizando que ambos “fazem parte de um certo número de palavras que não possuem uma equivalência capaz de traduzir o seu sentido exato”. A autora, então, formula uma equação para explicar o uso destes termos, levando em conta vários fatores, como norte/sul, quente/frio, bom/mau, costa/canto. Neste trabalho, cito os termos de orientação “cima” e “baixo”, salientando que os moradores do Camacho os utilizam nos seus deslocamentos dentro da localidade, mas não irei discuti-los ao longo do trabalho por não serem nele uma questão central.

¹² A lagoa recebe dois nomes: Garopaba do Sul e Camacho, de acordo com o local onde se localiza.

¹³ A CYSY Mineração S/A é uma empresa do município de Jaguaruna que faz trabalho de extração de conchas em vários municípios de SC, para a fabricação de calcário.

Ao caminhar pela Estrada Geral do Camacho, podemos observar o quanto o lugar está ligado à pesca: há homens consertando ou fazendo redes nos quintais, botes saindo e chegando no porto, os caminhões das parelhas e proeiros passando pelas ruas da localidade, homens passando em suas bicicletas¹⁴, os comentários, num “*jogo de emulação*” (Cunha, 1987, p. 64) de quanto peixe o fulano matou na noite anterior, e homens conversando ou jogando à noite nos vários bares. Neste horário, não vemos mulheres na rua; as suas saídas são para visitar parentes ou amigas, e não para ocupar espaços públicos.

O PROBLEMA DA PESQUISA

Quando cheguei ao Camacho pela primeira vez, iniciei uma pesquisa exploratória para delimitar qual seria o meu enfoque de estudo. Nas observações realizadas e nos dados levantados, percebi que a sazonalidade constituía um aspecto relevante na caracterização do seu modo de vida. Para investigar a validade de tal hipótese, era necessário fazer um “*descrição densa*” (Geertz, 1978) das relações sociais e práticas de trabalho que integram a vida no Camacho.

No projeto elaborado – “*A Pesca e a questão da Sazonalidade entre os Pescadores do Camacho – Jaguaruna/SC*” propus-me a descrever e analisar a sazonalidade à luz do trabalho de campo. Neste contexto, julguei importante qualificar os tipos de pesca na localidade, investigar os processos de trabalho e sua divisão, observar e descrever como as categorias tempo e espaço estruturam o trabalho do pescador, descrever os eventos sociais, identificar a relação dos moradores do Camacho com o turismo, identificar o calendário das principais atividades de cada safra e mapear as rotas da migração sazonal.

Enfocando a sazonalidade, poderia descrever de que forma os pescadores se percebem como trabalhadores e como se organizam a partir das mudanças e deslocamentos em cada período do ano, tendo em vista não uma abordagem das condições econômicas, mas a ênfase no contexto mais amplo das práticas cotidianas e representações que dão significado à vida naquela localidade.

Da mesma forma, descrever a sazonalidade não significava deter-se unicamente nas práticas de trabalho, mas teria o objetivo de explicar a dinâmica

¹⁴ A bicicleta é um importante meio de locomoção no Camacho, utilizada principalmente pelos homens. É equipada com uma caixa plástica no bagageiro que serve para carregar as artes de pesca ou o peixe ou o que seja possível transportar nela. Um pescador me disse: “Cavalo de praia é bicicleta, mulher!”

da vida social dos "camacheiros". A sazonalidade, neste sentido, não se restringe somente aos pescadores e suas famílias. Mesmo aqueles que deixaram de pescar ou não pescam estão envolvidos por esta característica que influencia a vida na localidade. Portanto, o trabalho, as concepções de tempo, de espaço, a organização da família e relações de gênero não constituem os pontos centrais de discussão desta pesquisa. Tais aspectos integram o corpo do trabalho apenas com o objetivo de elucidar a sazonalidade característica do modo de vida dos pescadores. Descrever e analisar a sazonalidade é o ponto central desta pesquisa.

Os pescadores do Camacho têm optado pelo deslocamento anual para o Rio Grande do Sul nas safras da tainha, enchova e camarão. A partir do final do mês de janeiro, viajam em caminhões com suas famílias para passarem pelo menos quatro meses "no Rio Grande". O Rio Grande do Sul torna-se o território de pesca e moradia durante um período do ano, o local que combina tais condições (Mauss, 1974). Observando-se a localidade, é possível dizer que há hoje dois períodos distintos: o verão, quando a maioria dos pescadores está no Rio Grande do Sul, o que podemos chamar de "*época da dispersão*" (Mauss, 1974, p. 323) e o inverno, a partir do final do mês de maio, quando retornam a Santa Catarina. No período de ausência da maioria dos pescadores, no mês de janeiro até ao Carnaval, os turistas tomam conta da localidade, constituindo-se então o que Woortmann (1992) denomina de safra turística.

A construção da noção de "safra" constitui, ao meu ver, o aspecto central da sazonalidade. Através da escolha de determinados tipos de pesca, locais e épocas do ano em que realizar o trabalho, compõe-se o universo da migração vivenciada pelos pescadores do Camacho. Os pescadores mobilizam-se mais intensamente quando da safra da tainha. "Tratando-se de um peixe de periodismo estacional" (Mussolini 1980, p. 235), esta se tornou o que se poderia chamar de "produto preferencial" dos pescadores da localidade¹⁵.

Sazonal é o atributo do que é "relativo ao ciclo das estações do ano. Periodicidade de um fenômeno ocasionado pela mudança de estações do ano"¹⁶. Usada no seu sentido figurativo, a palavra sazão (estação do ano) refere-se à

¹⁵ Mauss (1993, p. 72), em seu Manual de Etnografia, nos ensina que a pesca "pode ser sazonal e depender das migrações dos peixes. É o caso da pesca do salmão, que ocupa uma grande parte da existência dos habitantes do Noroeste americano. As migrações do peixe originam, então, entre os pescadores, fenômenos de dupla morfologia que incidem no conjunto da população. Neste caso, as aldeias de pescadores, construídas para alguns meses do ano, incluirão, apesar disso, viveiros, secadouros e armazéns para tratar o peixe".

¹⁶ Conforme o *Dicionário de Geografia*.

“ocasião própria, oportunidade, ensejo, azo”¹⁷ ou “tempo propício para alguma coisa, oportunidade, quadra favorável”¹⁸. Neste sentido, o que os pescadores fazem é realizar a sua atividade na época propícia: ao mesmo tempo em que vão atrás deste tempo, criam a oportunidade quando se deslocam.

Para analisar a característica sazonal da pesca e dos modos de vida no Camacho, tomarei como referência as obras de Mauss (1974) e Evans-Pritchard (1993). Não se trata de estabelecer uma equivalência entre os modos de vida dos grupos estudados por estes autores e os pescadores, mas de buscar referências teóricas que auxiliem a análise da sazonalidade entre os moradores do Camacho.

Ao falar das variações sazonais das sociedades esquimós, Mauss (1974, p. 238) ressalta que a morfologia desses grupos “não é a mesma nas diferentes quadras do ano; conforme as estações, muda completamente a maneira pela qual os homens se agrupam, a extensão e a forma de suas casas, a natureza dos seus estabelecimentos” – diria mesmo que também se altera a sua forma de produção. No caso dos pescadores do Camacho, durante o inverno, cada família habita a sua casa. Já no verão, grande parte deles pode estar acampada ou ocupando os “ranchos” que possuem ou alugam quando estão no “Rio Grande”.

Assim como os esquimós, no verão os pescadores do Camacho tendem à dispersão, e no inverno, ao contrário, à concentração, pois voltam para a sua localidade, diminuindo a área efetivamente explorada e ocupada pelo grupo – o volume social torna-se mínimo:

[...] no verão, a distribuição dos grupos é completamente diferente. A densidade compreende uma só família, como ainda se encontra muito distante uma da outra. À aglomeração das famílias na casa e das casas no interior da estação, sucede uma dispersão das famílias, dissemina-se o grupo. Ao mesmo tempo, à imobilidade relativa de inverno opõem-se viagens e migrações freqüentemente consideráveis.

(Mauss, 1974, p. 283).

Com um período de apogeu e outro de hipogeu (Mauss, 1974) a vida dos “camacheiros” segue um ritmo regular que, entretanto, não é sempre igual nas diferentes estações. Mauss observou este movimento entre os esquimós:

O inverno é a estação em que a sociedade, fortemente concentrada, se encontra num estado crônico de efervescência e de superatividade. Porque os indivíduos se encontram mais próximos, as ações e as reações sociais

¹⁷ Conforme o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*.

¹⁸ Conforme o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* Caldas Aulete.

são mais numerosas, mais seguidas, mais contínuas; as idéias são trocadas, os sentimentos se reforçam e se avivam mutuamente; o grupo, sempre ativo, presente sempre à vista de todos, tem mais o sentimento de si mesmo e ocupa também um lugar maior na consciência dos indivíduos. Inversamente, no verão, os vínculos sociais se afrouxam, as relações se tornam mais raras, os indivíduos entre os quais elas se verificam são menos numerosos; a vida psíquica se atenua. Há, em resumo, entre esses dois momentos do ano, toda a diferença que pode haver entre um período de solidariedade intensa e uma fase de solidariedade lânguida e abatida.

(Mauss, 1974, p. 321).

Isto leva-nos a pensar que o deslocamento dos pescadores do Camacho é causado pela insuficiência da produção para o seu sustento, o qual é garantido pela criação de um calendário complementar entre as pescas no RS e SC. A mobilidade, conforme nos propõe Cândido (1971, p. 177) ao falar sobre os "caipiras paulistas" que se deslocam quando a terra está exaurida, "recria o meio, permitindo encontrar as condições desejadas; e deste modo garante o equilíbrio". Ou, como escreve Mauss:

[...] enquanto o verão abre de modo quase ilimitado o campo da caça e da pesca, o inverno, pelo contrário, restringe-o ao máximo. É esta alternância que exprime o ritmo de concentração e de dispersão que essa organização morfológica apresenta. A população concentra-se ou dispersa-se como a caça. O movimento que anima a sociedade é sincrônico em relação à vida ambiental.

(1974, p. 292).

Pretendo, portanto, analisar o deslocamento sazonal dos pescadores não somente a partir do seu processo de trabalho, mas também por meio de uma dimensão simbólica pautada na experiência do grupo, nas relações sociais e instituintes de práticas que se dão em diferentes localidades. O deslocamento aponta para a característica sazonal da produção pesqueira, mas ela não é, insisto, restrita apenas à produção. A sazonalidade expressa o conjunto das relações sociais da localidade.

Neste sentido, a revisão da literatura, no primeiro capítulo, irá demonstrar a importância do enfoque na sazonalidade, identificando de que forma a mesma tem sido tratada nos trabalhos sobre pesca.

O TRABALHO DE CAMPO

Desde o momento em que optei por fazer a pesquisa no Camacho, a

localidade ganhou um sentido, que começou a emergir nas falas dos primeiros informantes. A reorientação no projeto de pesquisa, agora no Camacho, mostrou-me que o trabalho de campo, por envolver relações, modos de vida e interesses diferentes, está sempre em construção.

Em todas as visitas a campo participei de festas; conversava com as pessoas quando as encontrava pela rua¹⁹. A família Santana²⁰ forneceu-me informações sobre inúmeros assuntos ao longo de toda a pesquisa, o que permitiu um diálogo²¹ constante, no qual os informantes não apenas responderam às perguntas, mas também foram colaboradores – discutindo, dando idéias, levando-me a reavaliar meu ponto de vista²².

Alguns moradores mostraram-se desconfiados quanto aos meus propósitos, mas para outros conversar comigo constituía uma oportunidade de falar sobre a sua situação, sobre as dificuldades de ser pescador. Também ouvi a pergunta: para que esta pesquisa? É para o governo? Explicava que estava estudando e pretendia escrever sobre a história do Camacho, sobre o trabalho do pescador etc. Quando consegui aproximar-me do grupo, quase um ano após o início do trabalho, me senti realmente aceita. Relativamente aos pescadores, todas as idas a campo fizeram parte de um processo de conquista de confiança, no qual me coloquei como pesquisadora que pretendia observar os seus modos de vida e relatar, através de um texto, a sua história. Entretanto, como bem coloca Foote-Whyte (1980) em sua pesquisa num bairro de italianos, o que contou para que me aceitassem foram as relações pessoais que consegui estabelecer, mais do que as inúmeras justificações que ofereci para a minha presença ali.

As idas a campo totalizaram setenta e dois dias, divididos em praticamente todos os meses do ano, tendo como objetivo observar os pescadores em diferentes momentos e apreender a dinamicidade do grupo, assim como a sua organização em cada período do ano. A entrada e a permanência no campo foi

¹⁹ Malinowski (1980, p. 57), em seu trabalho de campo pioneiro, irá enfatizar esse aspecto: “[...] nesse tipo de trabalho de campo seria bom que o etnógrafo às vezes deixasse de lado a máquina fotográfica, o caderno e o lápis, e se integrasse nos acontecimentos presentes. Pode participar dos divertimentos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, sentar-se e ouvir e tomar parte em suas conversas”.

²⁰ Foote-Whyte (1980) fala em *indivíduos-chave*. Zaluar (1985) refere-se aos informantes de sua primeira fase de campo com os quais teve um contato contínuo como “*informantes privilegiados*”.

²¹ Sobre diálogo na pesquisa antropológica ver Tedlock (1986), Silva & Milito (1995).

²² Antes de defender o projeto de pesquisa, li o texto para algumas pessoas. Expliquei-lhes que se tratava da proposta do trabalho que pretendia apresentar no curso. Primeiramente, deixei o texto para que um pescador o lesse, e ele o apreciou. Sentados ao redor da mesa das refeições, li o projeto para a família Santana. Quando achavam que estava faltando alguma coisa, interrompiam e me explicavam. Foi muito gratificante fazê-lo, e percebi que o trabalho só poderia sair com a ajuda deles.

satisfatória, porque as primeiras pessoas que conheci, assim como a família que me recebeu, são respeitadas dentro da comunidade. O fato de dizer que sou de Pelotas, próximo a Rio Grande, lugar para onde vão durante as safras da tainha e do camarão, facilitou muito a aproximação. O que também melhorou a minha relação com eles foi ter levado a minha família a uma das idas a campo, em abril de 2000 na Ilha dos Marinheiros, município de Rio Grande, assim como a iniciativa de os ter procurado em Capivaras, município de São José do Norte, locais de pesca de difícil acesso. Em todos os lugares ficaram surpresos pelo interesse em procurá-los, e isso facilitou a aproximação e consolidou a confiança.

Durante a permanência mais longa (um mês) no Camacho, hospedei-me novamente na casa da família Santana. Tornei-me conhecida por toda a comunidade, fiz visitas a muitas famílias, participei das festas, ajudei no serviço da casa na qual estava, tirei muitas fotografias. Para este retorno já havia organizado os dados de campo coletados até ao momento para, objetivamente, questionar e observar o que estava incompleto.

No trabalho de campo, a subjetividade²³ do antropólogo é um dos elementos que definem a forma como o trabalho se desenvolverá. A objetividade vai sendo construída através do uso dos métodos – observação participante, entrevistas, história de vida e, em última instância, na construção do texto. A subjetividade continuará existindo, mas vigiada. Para Zaluar Guimarães (1980, p. 19), diversos autores discutem qual a posição que permite uma objetividade maior às observações do pesquisador e afirma que “[...] quanto maior a sua participação, maior o perigo de envolvimento (de virar ‘nativo’); porém, o que se perde em objetividade, ganha-se em riqueza”.

Através da observação participante, pude registrar o cotidiano dos moradores do Camacho. Ao mesmo tempo, conversei com alguns participantes da situação observada, com o intuito de descobrir as suas interpretações a respeito do acontecimento. Como pesquisadora, busquei traduzir a forma como os “camacheiros” constroem as categorias de tempo, espaço, gênero, família e trabalho no mundo da pesca a partir dos objetivos propostos.

No diário, “técnica emblemática do ofício do etnógrafo”, conforme Silva (1998, p. 64), registrei as observações, a primeira leitura do sistema cultural e

²³ Lembrando as palavras de Ricoeur (1975, p. 39): “Todo esforço de compreender é um esforço situado”, o que me leva a pensar que na busca da compreensão do outro o observo através da minha “bagagem de pressupostos culturais”- a experiência do antropólogo no campo é condicionada ao seu modo de ver mediado cultural e biograficamente (Kondo, 1987). Grossi 1992, Lagrou 1992, Schwade 1992, Buffon 1992 discutem este assunto.

também os *insights*. Ao mesmo tempo em que há um esboço do outro, há um esboço do próprio antropólogo no texto que vai sendo criado.

As entrevistas²⁴ que realizei seguiram um roteiro que constava de alguns pontos centrais, os quais buscava identificar junto a todas as pessoas com quem conversei (Vide Anexo VII). Este roteiro, porém, era flexível, "variando de informante a informante segundo a situação da entrevista e do entrevistado" (Lopes, 1976, p. 17)²⁵. Optei por gravar cinco entrevistas, pois percebi que o gravador, em algumas situações, deixou os informantes pouco à vontade. Buscava as informações através do diálogo, das "conversas sem gravador" (Kaiser, 1999), pois alguns assuntos se mostraram constrangedores, dados os problemas e conflitos existentes como, por exemplo, em relação à barra do Camacho. As entrevistas não gravadas foram em número de vinte, registradas num caderno de anotações. Além disso, tive várias conversas informais com outros moradores da localidade.

Realizei uma história de vida com o senhor mais idoso do local, hoje com 97 anos. Como "representante do seu grupo" (Mintz, 1984), "Seu" Vítor Laureano é reconhecido como um homem que tem boa memória e sabe contar histórias. Mesmo não tendo morado toda a sua vida no Camacho, a sua narrativa resgata a história coletiva da localidade e arredores, mostrando que o "povoado" sempre fez parte de um círculo amplo de relações.

A partir da narrativa, na busca de compreender um grupo "do lado de dentro" (Camargo, 1984, p. 9), o que está inscrito na memória individual passa a pertencer à coletividade, uma vez que as experiências compartilhadas no passado são reconhecidas como a história do local. A memória social (Fentress & Wickham, 1992) assegura valores e a noção de pertença ao grupo. Este alimenta-se do que antigamente existiu e que é hoje ressignificado. As referências culturais e profissionais servem para sustentar a identidade comum.

Durante as entrevistas, foram produzidas versões divergentes sobre alguns assuntos de domínio partilhado entre os moradores, como a questão da barra ou o uso de redes, por exemplo. Alguns pescadores disseram que na

²⁴ Segundo Queiroz (1988), a entrevista é a forma mais usada e mais antiga e está presente em todas as formas de coleta de dados orais nas ciências sociais. A preparação do caminho até à concretização da entrevista, segundo Bertaux (1997), é mais difícil do que a própria entrevista. No texto de Foote-Whyte (1980) o autor diz que é preciso aprender a identificar o momento apropriado para perguntar, assim como o que perguntar e, a longo prazo, as respostas são obtidas sem que se precise fazer as perguntas.

²⁵ Heredia (1979) também chama a atenção para a flexibilidade do roteiro que permite variações de acordo com cada informante.

comunidade onde moram e na Garopaba do Sul (localidade vizinha) há uma colaboração de todos no sentido de não usar redes proibidas, não existindo, afirmam, conflitos entre eles. Ao mesmo tempo, são unânimes em dizer que “o pescador é uma classe muito desunida”. Existe uma contradição nestes discursos. A incongruência entre versões, nesta situação, poderia apontar para o fenômeno que Berreman (1980) chama de “*controle de impressões*”. Segundo este autor,

[...] como forma de interação, a observação participante envolve sempre controle de impressões [...] o etnógrafo apresentar-se-á de certas maneiras aos seus informantes durante a pesquisa e ocultará deles outros aspectos seus. Os informantes agirão da mesma maneira. Isto é inerente a qualquer interação social.

Através das fotografias, consegui manter uma relação mais estreita com os jovens do local, principalmente com os rapazes que são pescadores. Após “bater fotos”²⁶ em momentos de trabalho ou lazer, tinha a oportunidade de procurá-los e iniciar uma conversa para me tornar conhecida e, então, obter as informações que queria, lançando mão da fotografia como um meio de obtenção de dados (Barros *et al.*, 1998). Segundo Maresca,

Fotografar e depois mostrar o resultado às pessoas envolvidas constitui um meio bastante eficaz para estreitar o laço estabelecido com elas, para envolvê-las ainda mais no ato de conhecimento, dotando-as de um estatuto valorizador [...]. A fotografia oferece um modo bastante operativo de observação, que inclui o próprio observador e que o expõe à apreciação dos outros.

(1998, p. 117).

Além disso, quando passava pela “Estrada Geral” muitos me abordavam para perguntar sobre as fotos, o que criou uma oportunidade de conversar, de procurá-los em suas casas.

Durante todo o trabalho de campo, fui aos poucos entrando nos espaços que são eminentemente masculinos. Nos diferentes locais – lagoa, porto e bares – ia acompanhada por alguém da família Santana ou mesmo sozinha. Tive dificuldade de entrar, à noite, em determinados bares, por serem espaço de diversão dos homens; não poderia permanecer impunemente nestes locais, ou seja, percebia que minha presença alterava o “*tom*” das conversas, sendo necessário um motivo (mostrar fotos, por exemplo) para que eu falasse com eles.

²⁶ Todas as fotografias foram realizadas com o consentimento dos informantes.

Então, nas poucas vezes em que entrei nos bares, o fiz durante o dia. No porto, sempre utilizava a máquina fotográfica, o que me identificava como pesquisadora e me deixava à vontade para permanecer no local. Para acompanhar os pescadores na pesca de "arrasto", consegui permissão para ir no caminhão na segunda vez em que solicitei, e tanto os "donos das parelhas", quanto os demais pescadores foram muito atenciosos e solícitos em fornecer informações. Creio que "bater fotografias" foi o melhor instrumento para entrar no "*mundo dos homens*"²⁷, já que todos gostavam de ser fotografados e olhar o resultado depois. O meu interesse pelos assuntos de pesca revelou-se uma coisa curiosa para eles, do começo ao fim do trabalho de campo, mas aos poucos se acostumaram com minha presença.

A relação com as mulheres aconteceu de forma mais espontânea, já que há uma identificação de gênero que permite a ocupação dos mesmos espaços. Entretanto, isto não excluiu a necessidade de conquistar a sua confiança, de mostrar interesse pelo seu trabalho, de participar das rodas de conversa com os seus familiares e dos eventos que ocorrem na localidade. A ocupação de um mesmo espaço, portanto, não garantiu por si só a aproximação.

Na última visita, percebi que passei a fazer parte da história do Camacho, a integrar o grupo, tornando-me aceita por eles (Cicourel, 1980). Até então, estava sob suspeição, sendo observada. Identifico-me com o que Zaluar (1985, p. 25) escreve em seu livro "A Máquina e a Revolta": "Sou cumprimentada pelas ruas em que passo. Sensação de que já pertencço ao lugar, que estou ligada a eles e daqui por diante marcada por isso. [...]".



RESUMO DOS CAPÍTULOS

No primeiro capítulo, apresentarei uma proposta de revisão bibliográfica da literatura, a partir da sazonalidade, investigando de que forma os trabalhos sobre pesca se têm referido a esta característica. A revisão da literatura permitiu localizar os dados de campo dentro de uma tradição de estudos realizados sobre pescadores no Brasil, visto que existe um grande número de pesquisas, em diferentes regiões do país, dedicadas às populações que vivem dos

²⁷ Hartmann (2000), entra nos "*galpões*", espaço ocupado pelos homens, através do jogo de truco.

recursos marítimos, de lagoas, rios etc., ou ainda exploram tanto águas salgadas como doces, como é o caso dos pescadores do Camacho.

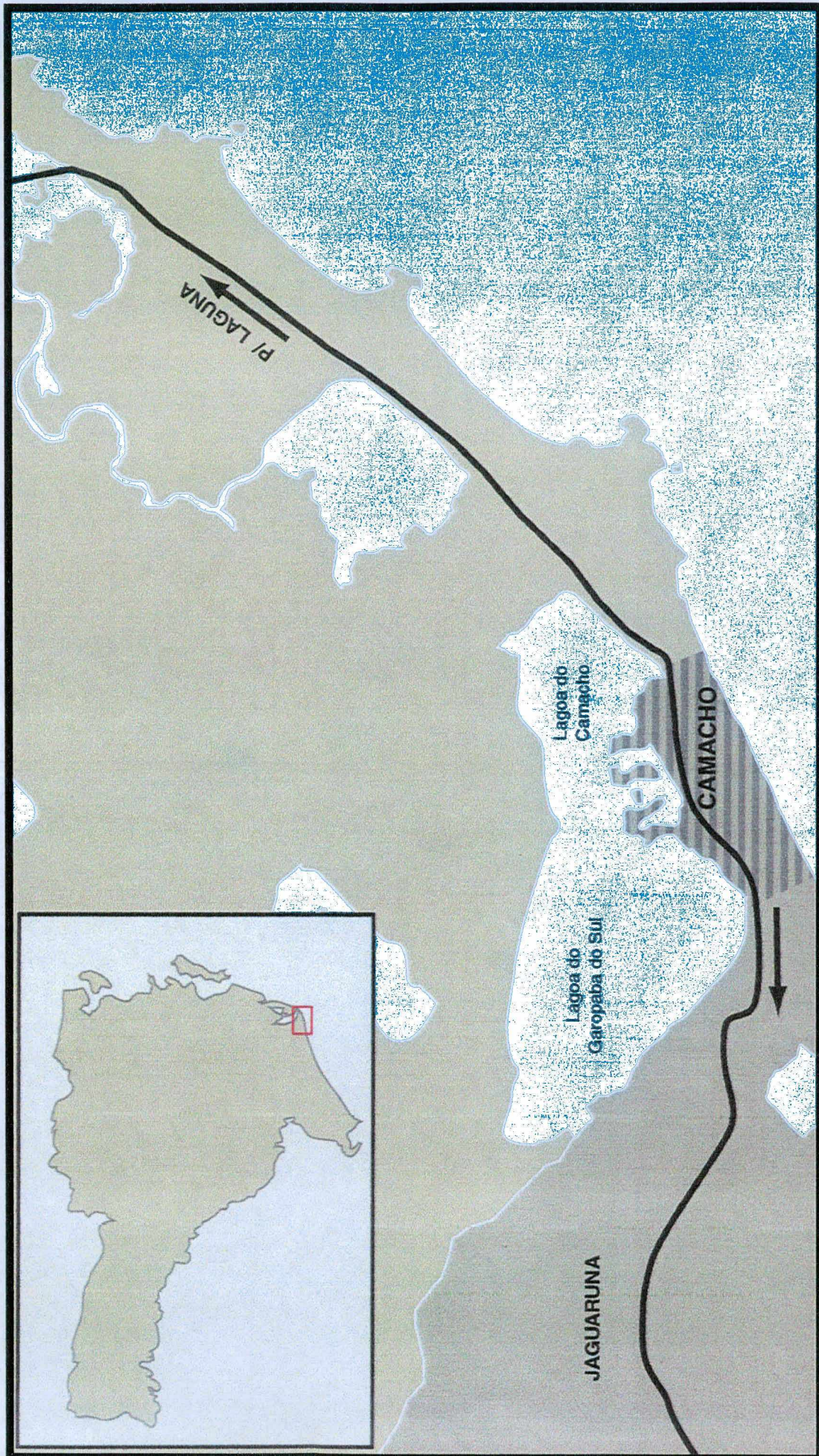
No segundo capítulo, a partir da memória dos moradores, registrarei as histórias contadas no Camacho, identificando a maneira como foi realizada a colonização da região, como os moradores da localidade fizeram parte de uma história regional na qual mantinham relacionamento e realizavam trocas com os "povoados" vizinhos e como a sazonalidade se constituiu como fundante do modo de vida dos moradores do Camacho. Neste capítulo, falarei ainda sobre os locais de referência para os "camacheiros" na constituição da sua identidade profissional e no seu deslocamento pela região.

No terceiro capítulo, dedicado à pesca, descreverei as principais referências ao conhecimento da natureza, necessário para exercer a atividade de pescador. Elaborarei um quadro sobre as safras que são importantes para os pescadores e suas famílias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, enfatizando a complementaridade entre os dois Estados. Descreverei as artes de pesca utilizadas no mar e na lagoa, os tipos de pesca e a forma como os grupos de trabalho se organizam durante as safras. Por fim, tratarei de questões como a venda da produção, a remuneração dos pescadores e os documentos exigidos para que possam exercer a sua profissão, assim como os direitos adquiridos a partir de sua filiação à sua entidade de classe.

No quarto capítulo, descreverei as migrações realizadas sazonalmente para o Estado do Rio Grande do Sul. Na primeira parte, trarei informações sobre o modo como os diferentes grupos – parelha de praia e parelha de lagoa – se organizam para realizar o deslocamento e como residem nos diferentes locais dos municípios de Rio Grande e São José do Norte (RS). Na parte seguinte, tentarei relacionar os autores que discutem migração com aqueles que se referem aos deslocamentos realizados pelos "catarinas", considerando a migração além de sua dimensão prática.

No quinto e último capítulo, relacionarei os ciclos da pesca com os modos de vida dos "camacheiros", identificando a forma como a pesca está relacionada com as demais atividades de trabalho. Através de um quadro que descreve as atividades realizadas ao longo de um ano, mostrarei como as mesmas se dividem entre inverno e verão, influenciadas pela sazonalidade que deixa de ser exclusiva da atividade pesqueira para estar presente nas demais interações dos moradores do Camacho.

Nas considerações finais, farei um apanhado geral sobre as principais questões discutidas ao longo do trabalho, procurando levantar outros aspectos que poderão ser discutidos em pesquisas futuras.



CAPÍTULO I

1. A PESCA E A SAZONALIDADE NA LITERATURA

Na primeira parte, farei um resumo das revisões bibliográficas organizadas por Laraia (1993), Castro Faria (1997), Diegues (1999) e Motta-Maués (1999), com o objetivo de identificar quais são os pontos comuns entre estes autores a respeito da produção sobre pescadores. A partir deste resumo, inserirei as dissertações, teses e artigos que li. No âmbito deste trabalho, não será feita uma classificação temática das obras sobre pesca, o que não constitui o objetivo principal desta pesquisa²⁸. Na segunda parte, indicarei as referências encontradas a respeito de sazonalidade, bem como a abordagem teórica que utilizarei neste estudo.

Na apresentação do trabalho de Maldonado (1993), Laraia faz um levantamento cronológico sobre os trabalhos que trataram de comunidades pesqueiras, propondo uma classificação cronológica. Laraia (1993) afirma que foram poucos os trabalhos dedicados à atividade econômica da pesca. Na década de 50, cita Gioconda Mussolini que estudou populações caiçaras do litoral paulista. Nos anos 60 cita Alcida Ramos, com a pesquisa sobre os pescadores de Póvoa de Varzim (Ponta do Caju – RJ), realizado na Universidade de Wisconsin. Na década de 70, o autor salienta que houve um número maior de trabalhos, como o de Mariza Peirano, Maria das Graças Pinho Tavares e Túlio Maranhão, todos sobre pescadores da praia de Icaraí, litoral do Ceará. Cita também Raymundo Maués (1977) com a obra *A Ilha Encantada: Medicina e Xamanismo numa comunidade de Pescadores*.

Laraia (1993) afirma que há uma intensificação nos estudos sobre pescadores no final da década de 70. Destaca as dissertações apresentadas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional (UFRJ): Pessanha,

²⁸ Um trabalho deste vulto, que tenho interesse em realizar, faz parte de um projeto futuro que demanda uma maior disponibilidade de tempo.

Duarte, Kant de Lima, pesquisas realizadas no litoral fluminense. De 1977 e 1978 cita o trabalho de Marília de Carvalho sobre os pescadores da Ilha do Mel – Paraná, defendido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Por fim, cita a dissertação de mestrado de Maldonado – *Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta do Mato* (litoral paraibano), defendida na Universidade de Brasília. Laraia conclui o seu levantamento bibliográfico dizendo que, embora o mesmo não seja completo, mostra que há uma precariedade de publicações antropológicas sobre pesca.

Castro Faria (1997, p. 21), na apresentação ao trabalho de Kant de Lima (1997), aponta a existência de “três fases, não estritamente cronológicas, mas sobretudo de predominância de determinadas temáticas” na história da pesca no Brasil. Na fase I, o autor salienta a presença do Estado, que procura ordenar oficialmente as atividades de pesca, nacionalizando, disciplinando e gerindo esta produção. Neste período, os pescadores são vistos como guardiões da pátria devido ao conhecimento do litoral que detêm, e como capazes de fornecer alimentos, mesmo em situações adversas tais como períodos guerra. Tal período, dentre os vários elementos apontados por Castro Faria, caracteriza-se pelo surgimento das Colônias de Pesca em 1923, pela criação do Plano Nacional de Pesca em 1963 e, finalmente, por publicações como o livro de Frederico Villar – *A Nacionalização da Pesca e a regulamentação de seus Serviços* (1924), que marca a presença da Marinha de Guerra nesta fase. Também é destacado por Castro Faria (1997) o surgimento da Confederação dos Pescadores do Brasil e a publicação do periódico *A Voz do Mar* em 1921, marcando um alto nível de organização. A Fase II caracteriza-se pela existência de “trabalhos de cunho científico, naturalístico ou etnográfico, de cunho técnico, de apoio, sustentação e promoção dos programas estatais de nacionalização e incremento da produção pesqueira” (*Ibid.*, p. 25). O autor assinala o surgimento do clássico *A Pesca na Amazônia* (1895) de José Veríssimo, além de estudos sobre práticas pesqueiras regionais: *Pescas e Peixes na Bahia* (1911), do Almirante Alves Câmara; *A Pesca em Santa Catarina* (1934), do Almirante Lucas Boiteux, e sobre a *Pesca no Pará* (1933) de Jorge Hurley. Além dessas obras, Castro Faria afirma que este período conta com trabalhos realizados por autores especialistas, zoologistas e ictiologistas, que não têm ligações com a academia ou com instituições de pesquisa, sendo apenas especialistas técnicos, ao serviço do Estado. Segundo Castro Faria, outra marca desta fase II seriam os trabalhos etnográficos tais como a obra *Os elementos culturais da pescaria baiana* (1944) de C.T. Ott.

A Fase III caracteriza-se pelos trabalhos produzidos “na academia e para a academia” (Castro Faria, 1997, p. 25), a partir dos cursos de pós-graduação. Nesta fase, o primeiro trabalho citado pelo autor é o de Alcida Ramos – *Pescadores Portugueses no Rio de Janeiro* (1965), orientada por Castro Faria²⁹. Em seguida cita o trabalho de Lygia Estevão de Oliveira, intitulado *Cajuí – socialização em uma comunidade praiana* (Recife, 1966). Em 1969, o autor salienta a publicação, pela Editora Universidade de São Paulo, da pesquisa documental sobre *A Baleia no Brasil Colonial* de Myriam Ellis.

Castro Faria aponta a dissertação de mestrado de Luiz G. M. Chaves – *Trabalho e Subsistência. Almofala: aspectos da tecnologia e das relações de produção*, produzida em 1973, como a primeira a versar sobre pescadores. O autor lembra que esta dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), como as que se seguiram: *Os Companheiros – trabalho e pesca em Itaipu* (1977) de Elina Pessanha; *Pescadores de Itaipu – a pescaria da tainha e a reprodução da identidade social* (1978) de Roberto Kant de Lima; *As redes do suor – a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba* (1978) de Luis Fernando Dias Duarte.

Castro Faria cita também os trabalhos desenvolvidos na Universidade de Brasília: *Náutica e classificação ictiológica em Icaraí, Ceará – um estudo em antropologia cognitiva* (1975) de Túlio P. Maranhão; *A reima do peixe – proibições alimentares numa comunidade de pescadores (Icaraí – Ceará)* (1975) de Mariza Peirano; *Um estudo de tomada de decisões na pesca artesanal* (1975) de Maria das Graças Tavares; *A Ilha Encantada – medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores* (1977) de Raymundo Heraldo Maués³⁰. Da Universidade de Campinas cita o trabalho *Representação de doença e instituições de cura numa aldeia de pescadores* (1978), de Marcos de Souza Queiróz. Da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro aponta, no ano de 1989, a obra *Modernidade e tradição – construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*, de Rosyan Campos de Calda Britto³¹.

Em relação à classificação de Laraia (1993), a revisão de Castro Faria (1997) acrescenta novos dados, situando as obras de cada autor, o ano da sua publicação e os locais aos quais as pesquisas estavam vinculadas.

²⁹ Segundo Castro Faria, nesta época a CAPES já financiava as pesquisas de campo.

³⁰ Castro Faria não cita Maria Angélica Motta-Maués como autora desta obra.

³¹ Dissertação orientada por Roberto Kant de Lima, segundo Castro Faria.

Outra classificação da literatura, proposta por Motta-Maués (1999), refere-se a um artigo na revista *Etnográfica* em que a autora discute gênero, tomando a produção acadêmica sobre mulher e gênero nas sociedades pesqueiras no período de 1970 a 1980. Na primeira parte do texto, elabora um mapa sobre a situação da Antropologia no Brasil em relação aos estudos de sociedades pesqueiras, do qual trarei aqui as principais idéias registradas pela autora. Também apontarei os estudos citados sobre mulher e/ou relações de gênero.

A autora ressalta que a "*invisibilidade, quase esquecimento*", marcou [...] no Brasil a relação tardia entre a Antropologia e as sociedades pesqueiras" (Motta-Maués, 1999, p. 383). A partir desse ponto, Motta-Maués traz as considerações de Laraia (1993) já transcritas no início deste texto. Em relação aos anos 70, a autora reafirma a observação de Laraia de que "*foram mais pródigos*" quanto ao número de estudos sobre pesca. Segundo Motta-Maués, "de um estudo passa-se a mais de uma dezena, todos dissertações de mestrado, o que certamente sinaliza para uma equação entre o aumento da produção acadêmica e a abertura e consolidação dos cursos de pós-graduação *strictu senso* na área de Antropologia" (*Ibid.*, p. 383)³².

Nos anos 70, Motta-Maués cita as dissertações de mestrado de Peirano, Tavares e Maranhão realizadas em 1975; Maués (1977/1990), Motta-Maués (1977/1993), Pessanha (1977), Duarte (1978), Carvalho (1983) e Carneiro (1979). Dos anos 80, cita as dissertações de mestrado de Furtado (1980), Lago (1983), Loureiro (1985), Penner (1984), Mello (1985), Córdova (1986), Silva (1988), Maneschy (1995a), Britto (1989) e as teses de doutorado de Diegues (1983), Bonin (1984) e Furtado (1993). Motta-Maués cita tais obras sem acrescentar o nome dos trabalhos e os locais onde foram realizados.

Mesmo com a produção da academia, Motta-Maués (1999) salienta a ausência desta área de estudo nos fóruns do debate acadêmico no país, onde não se encontra grupos de trabalho dedicados à pesca, o que mostra a precariedade da produção sobre pescadores e remete as sociedades pesqueiras a uma condição de invisibilidade e esquecimento na Antropologia.

A respeito das pesquisas sobre mulher e/ou relações de gênero, Motta-Maués (1999) chama a atenção para o número restrito de estudos sobre este tema,

³² Motta-Maués ressalta que na década de 60 havia somente os cursos da USP e do Museu Nacional. O curso de mestrado em Antropologia da Universidade de Brasília foi fechado em 1965 devido à ditadura militar, sendo reaberto somente no início da década de 70.

citando os trabalhos de Peirano (1975), Motta-Maués (1977, 1980 e 1993), Alencar (1991 e 1993) e Woortmann (1992 e 1994). Ao dialogar com estes trabalhos, a autora salienta que “até aos anos 80, todos dizem que a pesca é uma atividade eminentemente ou até exclusivamente masculina, com maior ou menor ênfase conforme o dado local” (*Ibid.*, p. 393). Assim, Motta-Maués (1999) propõe-se discutir a questão da identificação da mulher como pescadora.

No artigo intitulado “A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil”, Diegues (1999)³³ faz, inicialmente, um histórico sobre a pesca no Brasil, desde o período da colonização até à formação da pesca industrial/empresarial. O autor acentua também o fato de que, até à década de 70, os estudos sobre comunidades de pescadores brasileiros foram limitados quanto ao número de produções. Cita os trabalhos de Pierson e Teixeira (1947)³⁴, que descrevem o modo de vida e as técnicas utilizadas pelos caíçaras³⁵ do litoral de São Paulo, e Mussolini (1945, 1946)³⁶, que descreve “o modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caíçaras no litoral do Estado de São Paulo” (Diegues, 1999, p. 363)³⁷.

Dos anos 70, Diegues (1999), identifica a pesquisa de Mourão (1971) – *Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo*, que escreve sobre as mudanças ocorridas com a emergência da racionalidade de mercado e das novas técnicas entretanto introduzidas. De 1978, cita o trabalho de Luís Fernando Duarte – *As Redes de Suor*, no qual este “procurou analisar os mecanismos ideológicos existentes na trajetória de mudança entre a organização da pesca artesanal [...] e a emergência de uma nova divisão do trabalho” (*Ibid.*, p. 366). Cita sua dissertação – *Pesca e Marginalização no Litoral Paulista* (1973) e a sua tese de doutorado, *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar* (1983), trabalhos pelos quais, “usando um enfoque de antropologia econômica, analisou

³³ Diegues (1999) destaca os Encontros de Ciências Sociais e o Mar, que ocorreram nos anos de 1986 em Brasília, em 1988 e 1989 em São Paulo e em 1990 no Museu Emílio Goeldi, Belém – Pará, nos quais houve a participação de antropólogos, linguistas, sociólogos entre outros profissionais.

³⁴ Obra intitulada *Survey de Icapara, uma Vila de Pescadores do Litoral Sul de São Paulo*.

³⁵ Segundo Diegues (1999), “A atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre as quais podem ser citadas a do jangadeiro em todo o litoral nordestino, do Ceará até ao sul da Bahia; a do caíçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

³⁶ “O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião” (1945) e “O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil” (1946).

³⁷ Nos anos de 1950 e 1960, Diegues cita a contribuição dos geógrafos humanos França (1954), Bernardes (1958) e Brito (1960) sobre pescadores do Rio de Janeiro e Santa Catarina, além da obra do folclorista Luís da Câmara Cascudo – *Os Jangadeiros* (1957), sobre a pesca da jangada no Nordeste. Para Diegues, até ao final da década de 60, a maioria dos trabalhos foram mais descritivos e empíricos.

as relações conflituosas entre a pesca artesanal e a pesca empresarial em termos de modo de produção [...]” (Diegues, 1999, p. 364).

Segundo Diegues (1999), é a partir dos anos 80³⁸, com o surgimento da pesca industrial capitalista no litoral norte do Brasil, que se destaca uma grande produção científica centrada no Museu Emílio Goeldi e na Universidade Federal do Pará. Este autor salienta o trabalho de Mello (1985) – *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação*, sobre as conseqüências da tecnologia na pesca costeira amazônica em termos de poder e dominação, e também o trabalho de Furtado (1987) – *Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*, que pesquisou as técnicas e a organização social dos pescadores do litoral nordeste do Estado do Pará.

Para Diegues (1999), estes trabalhos, assim como as pesquisas de Loureiro (1985) – *Os parceiros do Mar: Natureza e conflito social na pesca da Amazônia*, de Motta-Maués (1980) – *A Literatura Oficial sobre a Pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica*, de Penner (1984) – *Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico* e de Furtado, Leitão & Mello (1993) – *Povos das Águas, realidades e perspectivas na Amazônia*, “apontam todos, por caminhos analíticos e descritivos diferenciados, em vários locais (litoral do Pará, principalmente), o mesmo processo de transformação da economia pesqueira tradicional pela ação das indústrias pesqueiras, em geral vindas do sul do país” (Diegues, 1999, p. 366).

Além destes, Diegues (1999, p. 367) menciona os trabalhos de Simone Maldonado – *Pescadores do Mar* (1986) e *Entre Dois Meios* (1991), nos quais a autora “analisou a questão do saber, da territorialidade e do segredo entre os pescadores da Paraíba”.

Em relação aos trabalhos realizados no litoral sul do Brasil, Diegues (1999, p. 367) destaca *Entre o Mar e a Terra: Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa* (1987) de Lúcia Helena Cunha; *Lavradores e Pescadores: um Estudo sobre o Trabalho Familiar e Acessório* (1979) de Beck, *Ganchos: Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira* (1992) de Silva, os quais “analisam as formas pelas quais os pescadores artesanais usam o espaço costeiro, e a desorganização das comunidades pesqueiras de Santa Catarina”.

³⁸ Para este autor, “até à década de 80, grande parte das teses de cientistas sociais sobre a pesca e as comunidades de pescadores era produzida em instituições de pesquisa do sul do país, mas a partir de então houve uma maior diversificação geográfica desses trabalhos”.

Dos anos 90, Diegues cita os trabalhos do historiador Silva – *Caiçaras e jangadeiros* (1993) e *A Faina, a Festa e o Rito: Gentes do Mar e Escravidão no Brasil* (1996), o primeiro sobre a mobilização de pescadores artesanais na organização de entidades de classe e o segundo sobre o papel dos escravos libertos na atividade pesqueira no século XVII e século XIX. Também salienta os trabalhos sobre as conseqüências de políticas públicas de conservação da natureza nas comunidades de pescadores artesanais de Diegues (1996) – *O Mito da Natureza Intocada*, Diegues & Nogara (1994) – *O Nosso Lugar virou Parque* e Thomaz (1997) – *Representações Sociais dos Nativos da Ilha do Mel*. A respeito do impacto do turismo sobre as comunidades de pescadores artesanais, cita os trabalhos de Calvente (1993) – *No Território do Azul Marinho – a Busca do Espaço Caiçara*, e Plante (1997) – *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade*. Sobre pescadores-ilhéus e os processos sócio-culturais que ocorrem nas ilhas e sociedades insulares, Diegues cita a coletânea *Ilhas e Sociedades Insulares*, organizada por ele em 1997, na qual “cientistas sociais analisam os vários processos sócio-culturais em que os pescadores-ilhéus estão envolvidos” (Diegues, 1999, p. 368).

A leitura e resumo dos levantamentos bibliográficos acima mencionados mostrou que a produção de trabalhos que discutem a pesca, a partir de categorias antropológicas, praticamente teve seu início nos anos 70, coincidindo com a criação de cursos de pós-graduação. Antes disso, houve raros trabalhos na Antropologia sobre essa temática. Os levantamentos bibliográficos de Castro Faria (1997) e Diegues (1999) identificam os principais trabalhos, e a maneira como a pesca tem sido tratada no Brasil. Entretanto, pude perceber que uma classificação mais detalhada da literatura, situando-a regionalmente e por temas, está ainda por fazer e, sem dúvida, será essencial para os novos pesquisadores do tema.

A minha contribuição ao que já foi feito em termos de levantamento será no sentido de acrescentar outros trabalhos produzidos nos Programas de Pós-Graduação no Brasil ou locais que concentrem pesquisadores, como o Museu Emílio Goeldi no Pará, e comentar algumas obras já citadas.

Há inúmeros pesquisas sobre diferentes aspectos da pesca na região Norte centrados na Universidade Federal do Pará e no Museu Emílio Goeldi. Sobre a questão de gênero nas comunidades pesqueiras, especialmente o papel que as mulheres desempenham nestes locais, há o artigo de Maneschy (1995).

Outros trabalhos abordam a situação dos pescadores-agricultores, os chamados pescadores polivalentes, que exercem outras atividades além da pesca: Silveira (1979), Furtado & Nascimento (1982) e Maués & Maués (1990). As pesquisas de Veríssimo (1970), Smith (1979), Furtado & Nascimento (1992), Furtado (1981, 1987, 1988a, 1990), Maneschky (1988, 1990), Moreira & Rocha (1995), Nacif (1994), Nery (1995) e Nascimento (1995) têm como objeto de estudo, sob diferentes enfoques, o pescador artesanal, aquele que exerce como atividade principal a pesca. Brabo (1981) e Loureiro (1985) abordam a questão do conflito na atividade da pesca. Mérona (1995) e Isaac & Barthem (1995) tratam sobre ecologia da pesca e manejo pesqueiro. Júnior (1990) e Velthen (1990) discutem a pesca realizada pelos índios na região amazônica. Também há estudos sobre movimentos sociais e políticas públicas (Mello, 1995; Leitão, 1995).

Na Universidade Federal da Bahia destaca-se o trabalho de Ivo (1975), que trata sobre a pesca numa área urbano-industrial de Salvador e o trabalho de Corso (1988) que discute a transição da produção simples de mercadorias para o trabalho assalariado na Colônia de Pescadores do Pântano do Sul (Ilha de Santa Catarina) e seu impacto no modo de vida, nos hábitos, práticas alimentares e na situação nutricional da população.

Dentre os trabalhos já citados defendidos na Universidade de Brasília, Peirano (1975) e Carneiro (1979) fazem estudos sobre práticas alimentares em grupos de pescadores, sendo que Carneiro realiza uma análise do padrão alimentar dos pescadores de Ponta do Mato – Paraíba, com o propósito de demonstrar como, através da produção, preparo e consumo de alimentos se pode chegar a conclusões sobre a identidade e a organização social de um grupo. Tavares (1976) discute a questão da tomada de decisão na pesca em Icarai – Ceará. Maldonado (1993), numa análise etnográfica realizada entre os pescadores artesanais da costa da Paraíba, investiga as bases da territorialidade produtiva em que estes pescadores organizam a pesca.

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Kraemer (1978), estuda o trabalho dos pescadores artesanais da baía de Paranaguá (Paraná), analisando de que forma tem acontecido a exploração dos mesmos através do regime de assalariado. Bonin (1984) trata sobre a pesca artesanal entre os moradores do canto da praia de Itapema (SC), considerando o pescador artesanal como pequeno produtor. Monteiro (1986) aborda os aspectos educativos que se articulam no desempenho do trabalho infanto-juvenil numa comunidade

de pescadores de SC no contexto atual da sociedade. Cunha (1987) descreve como se apresentam as categorias tempo e espaço entre os moradores de Barra da Lagoa (Florianópolis – SC).

Em relação à Universidade Federal do Rio de Janeiro, os trabalhos desenvolvidos no Museu Nacional já foram amplamente enumerados nas revisões a que me refiro no início deste capítulo. Acrescentaria o trabalho de Silva (1988), que estuda a lógica subjacente às classificações naturais em relação aos seres vivos elaboradas por pescadores de Piratininga (Niterói – RJ).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rial (1988) faz um estudo sobre espaço social em camadas populares da Lagoa da Conceição (Florianópolis – SC), no qual compara a utilização do espaço entre três gerações, buscando as transformações na percepção dessa categoria entre os nativos. Na Universidade Federal de Santa Maria – RS, há a dissertação de Gallou (1986), que discute os movimentos sociais dos pescadores de Pernambuco no período entre 1920 e 1983.

Na Universidade Federal de Santa Catarina temos os trabalhos de Beck (1979 e 1991), que escreve sobre trabalho acessório entre lavradores e pescadores e sobre mulher e trabalho, respectivamente, de Lago (1983), que analisa a transformação de uma comunidade agrícola-pesqueira em balneário, de Córdova (1986), que estuda a migração dos profissionais da pesca para a cidade, de Albuquerque (1983), que analisa as relações entre instituições e clientes numa localidade pesqueira em SC, de Cardoso (1994), que enfoca o debate entre essencialistas e construtivistas quanto à sexualidade masculina na comunidade pesqueira de Ganchos, de Lacerda (1995), que analisa a polêmica em torno da festa e do ritual da farra do boi numa comunidade pesqueira, de Gerber (1997), que estuda a relação tensional entre a comunidade de Ganchos e a mídia, e finalmente o trabalho de Maluf (1989), que escreve sobre a forma como se apresenta a bruxaria para os moradores nativos da Lagoa da Conceição. A dissertação de Lima (1995), também defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, trata das relações sociais de produção entre os pescadores de Ponta do Mangue (Natal-RN), enfatizando aspectos econômicos.

Através da leitura de Diegues (1998, 1999), Laraia (1993) e Maldonado (1995), algumas questões podem ser ressaltadas em relação aos estudos sobre pesca. Para estes autores, os anos 70 marcam o início de uma intensa produção sobre pescadores através dos cursos de pós graduação. Até ao início deste

período, as comunidades marítimas foram estudadas a partir de conceitos e categorias aplicadas ao estudo de camponeses.

Esta forma de abordagem teórica dos estudos sobre pescadores, segundo Maldonado (1985, p. 44), mostra que "a classificação dos pescadores tem sido um problema na Antropologia". Esta autora afirma que, como tentativa de classificação, têm sido usados elementos como o tipo de propriedade das embarcações e dos instrumentos de trabalho, o sistema de divisão do produto, a forma de recrutamento dos grupos, o acesso aos lugares de pesca e o poder decisório sobre o pescado. A partir da produção, Maldonado (1985) ressalta que os pescadores têm sido comumente classificados em pescadores-agricultores, pescadores autônomos ou artesanais e pescadores assalariados. Em relação ao recrutamento dos grupos, este é feito, segundo a autora, com base nas relações de parentesco; a família seria então importante como unidade de produção e de consumo, existindo dois grupos primários em coexistência: a família extensa e a tripulação dos botes.

O que diferenciaria, segundo Maldonado (1985), os grupos pesqueiros em relação ao campesinato, tratando-se de família, seria a diferença entre os recursos explorados pelos pescadores em alto mar e pela sua família na praia ou no mar raso. Há também a liberdade e a autonomia dos pescadores que exploram um espaço amplo como o do mar, diferentemente dos camponeses que dependem da propriedade da terra. Outras diferenças apontadas seriam o caráter perecível do produto – o pescado – e a imprevisibilidade da produção. A natureza perecível do produto obrigá-los-ia a comercializá-lo rapidamente, o que implica numa relação com atravessadores marcada pela exploração. Em relação à imprevisibilidade da produção, Maldonado (1985) chama a atenção para o fato de que os pescadores possuem um conhecimento amplo sobre os meios em que atuam, e isto os leva a "prever" em que locais e em que condições de tempo poderão produzir.

Para Diegues (1989, p. 1), a análise da pesca e do campesinato através do uso dos mesmos conceitos constituiria "um problema de caráter epistemológico ou da própria determinação da identidade sócio-ecológico-cultural das comunidades humanas que vivem do mundo do mar em contraposição ao mundo da terra". Para este autor, "as comunidades marítimas se constituem pela prática dos pescadores num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e

mudanças físicas" (*Ibid.*, p. 3), o que marcaria a diferença entre agricultores e pescadores.

Outra questão apontada por Diegues (1995, 1998, 1999) e Maldonado (1985, 1988, 1995) diz respeito à terminologia utilizada. Diegues (1999) afirma que tem sido utilizado o termo Antropologia Marítima, Sócio-Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca. Salienta também que, atualmente, a Antropologia Marítima tem o estatuto de campo de pesquisa especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar através do trabalho da pesca. Por outro lado, Diegues (1998) ressalta que alguns antropólogos preferem chamar esta área de Antropologia das Sociedades de Pescadores ou Antropologia das Sociedades Haliêuticas³⁹.

Num outro artigo, Maldonado (1995, p. 138) discute a adoção do termo Antropologia Marítima e questiona qual é o estatuto do objeto *pescador* dentro da Antropologia. Para esta autora, "a legitimidade do campo da Antropologia Marítima está no reconhecimento da especificidade histórico-cultural do seu objeto, e na elaboração de possibilidades combinatórias conceituais apropriadas ao seu estudo".

Percebe-se, portanto, que este é um campo de estudo que está em construção, havendo dificuldades na sua denominação devido, entre outras coisas, à existência de diferentes espaços que se constituem em opções de trabalho para os pescadores. Os estudos sobre pesca no Brasil estão restritos às pesquisas individuais desenvolvidas junto às Universidades, ou fazem parte de núcleos de estudo sobre pesca. Tal é o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, que abriga a maioria da produção do norte e nordeste, e do NUPAUB – Núcleo de Pesquisa sobre Populações de Áreas Úmidas Brasileiras junto à USP, que entre outras atividades procede à publicação de pesquisas, além de já ter promovido encontros nacionais com os pesquisadores da área. Junto ao NUPAUB, existe o CEMAR – Centro de Culturas Marítimas, criado em 1992 "com o intuito de congrega os pesquisadores que têm por objeto de estudo as culturas marítimas, sua reprodução material e simbólica, e para responder a uma necessidade de contato entre pesquisadores espalhados por várias universidades e instituições de pesquisa não governamentais que estudam as comunidades litorâneas e marítimas" (Diegues, 1992, p. 1).

³⁹ O termo haliêutica tem origem na palavra grega halieutiké = téchne, a arte da pesca (*Novo Dicionário Aurélio*).

1.1 A ABORDAGEM TEÓRICA

É principalmente na década de 90 que o tema sazonalidade entre em cena. No artigo de Furtado (1990) "Características Gerais e Problemas da Pesca Amazônica no Pará", o qual identifica duas categorias de produtores: os pescadores polivalentes e os pescadores monovalentes, a autora aponta para a característica da sazonalidade. O primeiro tipo de pescador caracteriza-se por representar agrupamentos ou unidades sociais que têm sua economia "[...] sustentada pela alternância de atividades que buscam, sazonalmente, os recursos regionais, dividindo seu tempo de forma combinada – pescam para o consumo durante o ano; pescam para comercialização em determinadas épocas do ano [...], coletam castanhas e sementes, plantam roçados e/ou criam gado" (*Ibid.*, p. 70).

Também Nacif (1994), ao estudar os aspectos ambientais, sócio-econômicos e culturais de Marudá – PA, divide os pescadores em monovalentes e polivalentes. Em relação aos pescadores monovalentes, a autora afirma que a escolha dos modos de captura do pescado (a pesca de curral, de rede, tarrafa e tiradeira) se dá de forma sazonal, o que implica em conhecer as migrações sazonais das espécies e as alterações climáticas de inverno e verão que possibilitam modalidades diferentes de pesca.

Voltando a Furtado (1990, p. 41), esta descreve a Amazônia como tendo: "por suas condições hidrográficas, três áreas que propiciam a exploração dos recursos naturais ictiológicos disponíveis: o mar, os rios e os lagos, possibilitando as pescas marítimas ou costeiras e flúvio-lacustres, tradicionalmente exploradas pelos pequenos produtores artesanais". Segundo esta autora, as populações que pescam nos rios também pescam nos lagos, "pescar nesses ambientes corresponde a variações de um mesmo processo verificável sazonalmente" (*Ibid.*, p. 50).

Maneschy (1990), ao retratar as modalidades de pesca observadas na vila de Ajuruteua, município de Bragança, litoral do Estado do Pará, descreve os pescadores como detentores de um conhecimento complexo que inclui conhecimento acerca das alterações sazonais de clima, mobilidade das espécies, situação das águas. Afirma também que a mobilidade sazonal das espécies é um dos fatores que condicionam o trabalho do pescador.

Numa pesquisa sobre os tiradores de caranguejos que atuam nos manguezais do litoral amazônico, Maneschy (1990), chama a atenção para o fato de que os ciclos biológicos das espécies interferem na produção. Ao contrário dos tiradores, os pescadores da região freqüentam diferentes portos do litoral em função da mobilidade sazonal das espécies: "Os pescadores são mais facilmente levados a mudar de local de residência, desde que eles encontrem melhores condições de trabalho e de venda de seu produto, o que não ocorre com os 'pescadores' [grifo do autor] dos manguezais, cujos deslocamentos se fazem num raio mais restrito" (*Ibid.*, p. 44).

Mérona, ao tratar sobre pesca e ecologia dos recursos aquáticos na Amazônia, escreve que, apesar da heterogeneidade da pesca artesanal nesta região,

[...] algumas características se revelam como constantes: [...] em primeiro lugar, todas as pescarias estudadas são submetidas a amplas variações sazonais. Todos os ambientes explorados sofrem influência do ciclo hidrológico dos rios ao qual os animais aquáticos adaptaram as suas estratégias de vida. Esta variabilidade sazonal é percebida através das variações no volume das capturas, em geral máximo durante o período das águas baixas e mínimo na cheia.

(1993, p. 164).

Maldonado, numa obra em que discute o espaço e a indivisão na pesca marítima no nordeste, afirma que

a explicação dos conceitos, noções e práticas em que se constituem a territorialidade e o seu segredo na pesca, não pode prescindir, ao nível analítico, da identificação do desenvolvimento tecnológico dos diversos grupos ou das condições ecológicas de cada lugar que vão influenciar de maneira determinante a sazonalidade e a localização da pesca.

(1993, p. 25).

Para a autora, esses dois aspectos determinam o acesso que os pescadores têm ao mar, "tanto em termos da distância a que podem chegar e em que podem constituir os seus territórios, como nos termos das relações sociais que ordenam o usufruto dos recursos existentes" (*Ibid.*, p. 25). Para Maldonado, a sazonalidade da produção pesqueira determina as espécies que poderão ser perseguidas e capturadas em cada lugar: "A mobilidade das condições de produção no espaço marítimo e os ciclos biológicos dos peixes impõe intermitência e sazonalidade às formas sociais de divisão e de usufruto do mar" (*Ibid.*, p. 100). A

autora também afirma que tanto na *pesca simples* quanto na industrial, a sazonalidade se impõe.

Para Duarte (1999, p. 219), que estudou pescadores do Estado do Rio de Janeiro, a sazonalidade “aparece como uma lei imutável desestabilizadora das relações de produção e instabilizadora da reprodução dos trabalhadores”. Desestabilizadora das relações de produção porque, dependendo dos meios de produção – uso de traineiras pequenas ou grandes –, a produção será maior ou menor. Há uma oposição de ritmos em relação a estas embarcações que se acentua do ponto de vista sazonal, segundo Duarte.

Também numa localidade pesqueira do Rio de Janeiro, Kant de Lima (1997, p. 64) situa a pesca como “[...] uma atividade tão esdrúxula, tão incompatível com os procedimentos considerados ‘racionais’ pela maior parte da sociedade e tão incertos e sazonais que transferem sua própria instabilidade à organização social”.

A respeito do cerco da tainha, meio de captura da produção na localidade em que estudou, o autor afirma que tal atividade obedece ao fluxo e refluxo das marés, sazonalmente, dentro de um ritmo que somente não é *natural* porque é previsto, preciso e conhecido. Kant de Lima assinala que podemos chamar as variações sazonais de *estruturais* no sentido de Evans-Pritchard (1968).

Nestes trabalhos, podemos perceber que a sazonalidade é vista como uma adaptação ao ciclo biológico ou hidrológico, na qual os pescadores se organizam conforme as condições naturais. É claro que a importância desse ciclo é inegável, mas neste trabalho não considero a sazonalidade como uma adaptação ao meio ambiente. A sazonalidade é construída utilizando-se estas condições naturais, mas os homens fazem a sua opção frente ao que existe neste meio.

Contrapondo-se a esta idéia de adaptação, Woortmann (1992), num artigo em que discute a questão do espaço, tempo e gênero em comunidades *pesqueiras* do Nordeste refere-se, em alguns pontos, à sazonalidade partindo da idéia de um reordenamento das relações com a natureza. Em primeiro lugar, fala do defeso – período do ano durante o qual é interdita a pesca ou a captura da lagosta nas comunidades do Rio Grande do Norte, tratando-se de uma “imposição legal, externa às comunidades locais, que introduz outro componente na sazonalidade das atividades masculinas no mar” (*Ibid.*, p. 47). Fora do tempo da safra, os homens trabalham na construção civil, no conserto de embarcações, no

transporte etc., enquanto as mulheres se envolvem com a tessitura de redes, o que configura um trabalho sazonal.

A autora afirma que existe hoje o período da *safr turística* ou a presença sazonal de veranistas e turistas. A nova sazonalidade, trazida pelos turistas, introduziu uma concepção de tempo a partir de uma relação com o mercado. Reportando-se a Evans-Pritchard – à noção de tempo estrutural e tempo ecológico –, Woortmann (1992) salienta que as variações sazonais do tempo ecológico implicam o reordenamento, ao longo do ano, das relações com a natureza nelas envolvidas. A autora também menciona que “a pesca continua a ser instável, como sempre foi: há dias em que se pesca mais e outros em que se pesca menos. E continua sendo, além disso, sazonal” (*Ibid.*, p. 51).

Britto (1999), ao discutir a construção social do tempo em Arraial do Cabo, também propõe uma visão mais dinâmica entre as variações sazonais e a organização da atividade da pesca. Para a autora:

[...] a sazonalidade na pesca define-se mais pela dinâmica que as pessoas imprimem às suas relações em torno dessa atividade produtiva do que pelas mudanças das condições naturais em si mesmas. [...] As representações mais imediatas sobre o tempo são construídas, portanto, a partir de fatos naturais selecionados que servem como indicativos para as práticas e relações específicas que se estabelecem durante o ciclo anual das atividades na pesca.

Já nos estudos sobre pesca realizados em Santa Catarina, observei que todos os autores se referem à pesca como uma atividade sazonal. Lacerda (1994) afirma que os núcleos açorianos se dedicavam principalmente à agricultura da subsistência até à primeira metade do século XIX, tendo a pesca como uma atividade subsidiária. Também se reportando à colonização de Santa Catarina, Diegues, ao discutir sobre migração sazonal, aventa que os

Migrantes açorianos que no século XIX vieram povoar o litoral de Santa Catarina, eram sobretudo agricultores que praticavam a pequena pesca como atividade sazonal, cujo produto uma vez vendido fornecia o dinheiro necessário para a compra de mercadorias que eles não produziam [...]. A pesca, realizada na praia pelo grupo de companheiros, era somente uma das atividades exercidas pelos membros das comunidades dos pescadores sítiantes do litoral catarinense.

(1983, p. 123).

Porém, meio século mais tarde, esta situação se inverte, passando a ser a pesca a principal atividade.

Segundo Albuquerque (1983) e Diegues (1983), a partir do século XX o lavrador do litoral de Santa Catarina não consegue mais se reproduzir em virtude do desenvolvimento das formas econômicas capitalistas e também devido ao esgotamento dos solos, repetidas pragas na lavoura de mandioca e competição com produtos agrícolas de áreas do interior. Houve, então, um processo de proletarização no momento em que o trabalho acessório (pesca) se tornou a principal fonte de subsistência da família.

Atualmente, a pesca nos locais estudados na região Sul se tornou a principal atividade econômica (Gerber, 1997), aliada a outras atividades que permitem a sobrevivência, como o trabalho na construção civil (Lago, 1983; Maluf 1989). Córdova (1986) refere-se, ainda, aos *pescadores eventuais* – aqueles que se dedicam à pesca no fim de semana e/ou à noite após o serviço noutra profissão.

A característica que estes autores chamam de sazonal na vida dos moradores das localidades pesqueiras aparece também através do turismo e dos diferentes serviços. Para Lacerda (1995, p. 54), a vida de trabalho do pescador alterna, também, entre a pesca e o turismo, tendo este levado à “[...] redefinição do modo de vida local em função do contato com uma cultura predominantemente urbana”. O turista, segundo Albuquerque (1983), é o morador sazonal ou a vizinhança esporádica e efêmera (Maluf, 1989). Para Lago (1996, p. 257), com as “[...] transformações das sociedades tradicionais, que se urbanizam”, surge a sazonalidade dos serviços.

Embora haja uma referência, nesses trabalhos, à atividade pesqueira como sazonal, a questão da sazonalidade não é discutida. Pude, então, perceber que estes estudos tomam a característica sazonal como um aspecto da vida nas localidades, mas determinado por condições econômicas advindas das mudanças nas formas de organização social.

Após trazer estes aspectos da sazonalidade na literatura que apontam para a forma como abordarei teoricamente o meu objeto de estudo, pretendo trazer mais alguns elementos que nortearão a minha análise e postura teórica ao longo deste trabalho.

A proposta desta pesquisa partiu do interesse em analisar as práticas de trabalho dos pescadores do Camacho, não de um ponto de vista econômico, mas sim com o objetivo de descrever os seus modos de vida, práticas cotidianas e representações que fazem parte da categoria de pescador profissional.

Sabemos que como processo de trabalho a pesca está inserida no contexto econômico da sociedade. Porém, ao invés de classificá-la como um modo de produção a partir de uma sociedade de classes regida pelo capital, a intenção é pensá-la como um processo de trabalho detentor de uma dimensão simbólica, expressa nas categorias tempo, espaço, gênero e família.

Woortmann (1990), num artigo em que fala da ética camponesa como constitutiva de uma ordem moral, oferece subsídios para se pensar também a pesca. O autor diz:

Não nego o fato de que ele (o campesinato) pode ser entendido através da análise de sua lógica econômica, ou da lógica da produção-reprodução no plano das estratégias econômicas, do modo como organiza os fatores da produção ao seu alcance, ou do modo como articula os supostos da produção. Pode-se entender o camponês através da noção do modo de produção, ainda que a aplicação desse conceito envolva dificuldades teóricas. Pode-se também entendê-lo como produzido-reproduzido pela lógica do capital ao qual se subordina. Meu intento, porém, não é o de surpreender o campesinato através de sua economia, mas está mais próximo da idéia de uma sociedade camponesa.

(Ibid., p. 11).

Mais adiante, Woortmann (1990, p. 12) ressalta que o seu objetivo não é “tratar o camponês como um pequeno produtor, objeto de uma análise objetiva de sua objetividade, mas tentar uma interpretação subjetiva – pois trata-se da minha perspectiva – da sua subjetividade”. A partir desta perspectiva, percebo que posso analisar a vida na localidade do Camacho sob um ponto de vista dinâmico, no qual o mais importante é aquilo que os próprios “camacheiros” pensam ao seu respeito, e que será traduzido a partir da minha interpretação.

Para enfocar o meu objeto de estudo, tomo por base as considerações de Woortmann (1990) sobre valores sociais a fim de evitar uma análise restrita às relações de trabalho. Para este autor, o que interessa são valores sociais, “não o valor trabalho, mas o trabalho enquanto um valor ético” (*Ibid.*, p. 12). Tal objetivo, segundo Woortmann, se afastaria de uma tendência economicista que vê o trabalhador a partir de um modo de produção que tem uma lógica própria, ou como resultado de determinações impostas pela lógica do capital; pelo contrário, “[...] o que me interessa [...] são valores, isto é, subjetividades, mais do que relações sociais objetivas” (*Ibid.*, p. 13) O autor ainda ressalta que a história não está ausente de tal processo: o seu objeto faz parte de um contexto.

Também Britto (1999, p. 52), ao estudar a construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ, apresenta questões que são interessantes para esta discussão. A autora ressalta que “As categorias que os pescadores adotam para se autodenominar e para descrever as suas atividades se referem [...] a espaços sociais concretos e ao sistema de significados correspondente às suas práticas produtivas”. Continuando, a autora afirma que a complexidade da organização social da pesca reside nas categorias e representações dos próprios pescadores. Assim, não caberia fazer classificações tipológicas para descrever a sua identidade social a partir de categorias externas à sua própria forma de vida. Baseando-me neste argumento, não farei aqui uma classificação dos pescadores do Camacho dentro de categorias como pescador artesanal (Diegues, 1983), pequeno produtor (Duarte, 1999) pescador simples (Maldonado, 1993a) ou pequeno pescador (Silva, 1988). A categoria a ser considerada no Camacho é a de pescador profissional, como eles próprios se denominam.

CAPÍTULO II

2. A MEMÓRIA SOCIAL NO CAMACHO

As histórias dos pescadores do Camacho falam de um modo de vida ligado aos demais "povoados", a uma história regional. Do trabalho no transporte de mercadorias de uma localidade a outra, passando pela ocupação da "Casa da Nação" e pela moradia no "ilhote", os "camacheiros" trazem à lembrança uma história que lhes confere identidade. Através da sua memória, reconstroem os fatos que lhes são significativos. Cabe aqui ressaltar, tomando por base a obra de Fentress & Wickham (1992, p. 39), os quais discutem sobre memória social, que "a memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, neste sentido, um com o outro". Desta forma, a memória da comunidade está em oposição ao mundo exterior, recurso pelo qual um grupo social consegue "reforçar a sua própria identidade social em oposição à de outros e é uma memória de que toda gente participa, através das memórias pessoais e das tradições familiares" (*Ibid.*, p. 141).

"Seu" Vítor Laureano, 97 anos, um dos antigos moradores do Camacho e reconhecido pelas suas histórias, relata que começou a trabalhar quando era ainda criança, no início do século XX. A sua fala mostra que o Camacho era o caminho pelo qual se fazia o transporte de mercadorias:

Sete ano! Tocando carreta na praia com ele porque não existia entrada por dentro, a estrada era essa aqui. A carga que vinha de Laguna, no tempo em que vinha nos barco, da Laguna, embarcava ou na barra da Laguna ou na Garopaba de canoa e nós puxava de carreta na praia pro Araranguá, prá Urussunga, prá Torres, na costa da praia de carreta de boi. Carreta da roda cerrada, a grande, a carreta de fiara que tinha cinco junta de boi pegava vinte e cinco saco de farinha e a pequena pegava dez saco. Então nós tocava, meu avô tocava de a cavalo a carreta grande e eu tocava as outra duas carretinha atrás, viajando na praia desde a idade de sete ano, trabalhando. Me criei na costa dessa praia aí de Torres prá cá, Araranguá nós passava a carreta numa barsa porque não tinha ponte, era uma barsa [...] prá entrega a carga pros atacadista lá, tá vendo?.

Na história do município⁴⁰, elaborada pela Prefeitura Municipal, consta que

[...] os primeiros habitantes chegaram a Jaguaruna somente no início do século XIX, fixando residência na orla marítima, extremo norte do Município; valendo-se da situação da época em razão da inexistência de estradas, a produção agrícola dos municípios localizados na orla marítima do sul do Estado era transportada pela praia através de carretões puxados por juntas de bois. Estes produtos eram transportados até à Lagoa da Garopaba do Sul, depois eram embarcados em canoas e levados até à cidade de Laguna para ali serem comercializados e posteriormente embarcados em navios para exportação. Considera-se que este foi o principal motivo para surgimento do primeiro núcleo que iniciou a ocupação do município⁴¹.

Nesta mesma época, por volta de 1910, "Seu" Vitor Laureano conta que "não tinha casa" nos "campos do Camacho":

Isso aqui não tinha casa nenhuma, era campo que o meu avô, meu bisavô criava gado e o meu avô e eu criei muito gado aqui, já tô com essa idade. Não tinha uma casa aqui, nós trazia a malinha no tento prá modo de comê aqui um cafezinho ou qualquer coisa porque aqui não morava ninguém, o campo era aberto da Garopaba à barra da Laguna. Não tinha nada aqui. Isso aqui não tinha nada, agora que a senhora tá vendo essa cidade aí, mas essa cidade é de poucos ano. Isso aqui eu conheço como os meus dedo porque eu morei aqui quatro ano, eu vim prá qui, prá barra da Laguna trabalhar no serviço da barra [...] trabalhei dois ano e pouco, depois vim prá qui pescar, tive aqui... Em 48 eu morava aqui [...].

Entretanto, a história do Camacho, até onde alcança a memória dos seus moradores, sempre foi um lugar de pesca e de criação de gado. Quando os informantes dizem que não havia casas, referem-se à inexistência de casas de

⁴⁰ No Hino de Jaguaruna (Vide Anexo XV), a localidade é referida como um lugar "lendário": "Do jaguar as rotundas pegadas, / E as ruínas do lar da nação, / Sambaquis e o lendário Camacho".

⁴¹ De acordo com Santos (1971, p. 53), "O Estado de Santa Catarina teve, originariamente, duas correntes de povoadores; a primeira era formada por vicentistas que chegaram ao litoral de Santa Catarina no século XVII, aos quais se associaram os açorianos no século seguinte; a segunda foi a que partiu do planalto paulista, sob a orientação do português Antônio Corrêa Pinto, fundando, em 1771, a Vila Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, às margens do Rio Caveiras". Cabral (1970) salienta que, na divisão do Brasil em capitânias hereditárias, as Terras de Sant'Ana foram recebidas por Pero Lopes de Sousa e, com a morte deste em 1539, passaram à mão de representantes, procuradores e sucessores, caindo em abandono por longo tempo até que foram vendidas à Coroa em 1711. Por volta de 1750, o governador da capitania de Santa Catarina ordenou que os imigrantes açorianos recém-chegados de Portugal fossem encaminhados para sesmarias ao sul, na direção dos campos do Viamão, para formar um povoado neste local, no chamado sítio de Magalhães (Cabral, 1950). Este sítio era contíguo aos campos de Santa Marta e Garopaba, mas os novos povoadores não quiseram permanecer no local por ser "sumamente úmido e em partes apantado, sem barro e com pouca madeira para poderem armar os seus ranchos, e só com muita largueza para criação e terras para cultura" (*Ibid.*, p. 529). Os colonos não regressaram à ilha e acabaram fundando Vila Nova de Sant'Ana. Segundo Cabral (1950, p. 530), "Os campos de Magalhães foram totalmente abandonados e, em 1784, restava da projetada fundação apenas um armazém, de nenhuma utilidade e em ruínas". Segundo Vettoretti (1996), o sítio de Magalhães, sesmaria de uma légua que o mesmo recebeu em 1731, ficava nas proximidades da lagoa da Garopaba. O viajante Roberto Avé-Lallemant (1953) referiu-se à região como Campo do Una, onde se localizava a Lagoa de Garopaba.

alvenaria ou a um número reduzido de ranchos de palha. Além disso, nesta época já havia a "Casa da Nação", como relata "Dona" Maria Laureano: "Quando nós viemo pr'aqui não tinha casa, era só umas duas ou três casinha de madeira, era tudo rancho de palha. Isso aqui era tudo campo, não se via casa, campo de criação e ali na beirada da barra é que tinha uns ranchinho de morador, pescador".

"Seu" Bajo também relata a respeito dessa situação:

Acho que o 'Seu' Vítor já te contou, o Seu Antônio, isso aqui antigamente era, tinha a Casa da Nação que era uma casa de pedra, tudo pedra. Ainda tem ali um pedaço da Casa da Nação, eu não sei como é que fizeram ali, era no tempo da guerra que passaram ali, ali já não foi mais do meu tempo prá cá tinha pedaço, mais não, né, e o resto aqui era rancho de palha, tudo rancho de palha, isso aqui não tinha nada, esse campo aqui era só de gado bravo, andava gado, tinha solto aí.

Assim como "Seu" Vítor:

Ah, aqui não tinha casa, era rancho de palha. Aqui não tinha casa, só a da Nação. Era tudo rancho de palha, eu também morava num rancho de palha. Não tinha casa, que nem telha, essas coisa, não tinha! Era tudo casa, ranchinho de palha de pescador, eu morava num rancho de pescador por aqui também, por aqui (aponta com o braço). Aqui era pasto, era campo, o gado vinha aqui ao redor da minha porta, eu trabalhava com criação, eu tinha gado aí também [...].

A respeito do nome do Camacho, ninguém sabe, ao certo, qual é a sua origem, mas existem pelo menos três versões. A mais recorrente na fala dos moradores refere-se a um tropeiro ou morador de origem portuguesa que tinha um burro ou cavalo chamado Macho e dava comida para o animal em sua própria mão, chamando-o "Cá Macho" (Vem cá Macho). Outra versão é a de que havia um índio chamado Camacho ou, ainda, de que era o sobrenome de um bandeirante ou capitão que lutou na Guerra dos Farrapos naquela região.

2.1 A CASA DA NAÇÃO

A "Casa da Nação" é recorrente na fala dos moradores quando contam a história do local. Segundo os mesmos, esta casa foi construída "no tempo do rei" utilizando-se pedras do "ilhote" e uma mistura de "óleo de peixe" e casca

moída para fixar as pedras⁴². Até 1960, a “Casa da Nação” ainda era escola e também foi moradia de várias famílias, “saía uma e entrava outra, conforme a necessidade”⁴³. Os moradores acreditam que esta casa tenha em torno de 150 anos, teria sido construída por volta de 1850. Desde a sua construção, funcionou como estalagem, albergue e também entreposto. Havia na sua proximidade um poço para a extração de água e também um cemitério, utilizado, segundo os moradores, para o sepultamento de “bugres”⁴⁴ durante a Guerra dos Farrapos e também dos combatentes e dos seus cavalos⁴⁵.

A maioria das pessoas com quem conversei sobre a história do Camacho me perguntavam se eu já tinha ido à “Casa da Nação”. Da forma como se referem a ela, é bem provável que um desavisado saia a procurar uma casa com todas as paredes de pé, com telhado e ainda em condições de ser transformada num museu ou algo assim. O que resta dela são apenas ruínas – algumas paredes que os moradores aproveitaram para utilizar na construção de suas casas. A “Casa da Nação” existe apenas na memória das pessoas do local, tanto dos mais velhos quanto dos jovens. Desta forma, a memória desempenha um papel social⁴⁶, assegura um história em comum, pois “diz-nos quem somos, interagindo o nosso presente no nosso passado e dando assim fundamento a todos os aspectos daquilo a que os historiadores chamam hoje as *mentalités*” (Fentress

⁴² Segundo Cascaes (1981:65), o óleo de baleia “[...] servia para a construção de casas, para misturar com o barro, como hoje se mistura o cimento, para fazer aquela argamassa, e servia também para a iluminação doméstica, que por muitos anos isso tudo foi usado. A argamassa ficava duríssima. As que nós conhecemos até hoje, para demolir tem que ser à força de picareta. É sólida que nem pedra”.

⁴³ Os informantes lembram de pelo menos três famílias que moraram na “Casa da Nação”: Joca e Custódia Pinheiro, Dona Chica, “esposa do falecido Lulu” e a família de Celso Albino Ramos que também tinha casa no “ilhote”.

⁴⁴ Sobre os índios carijós que habitavam a costa catarinense, ver Cabral (1970).

⁴⁵ A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, que durou de 1835 a 1845, no Estado do Rio Grande do Sul, está sempre presente nas conversas sobre a localidade. Segundo Cabral (1970), esta guerra tinha como objetivo “libertar a Província de um jugo político e econômico”, e isso fez despertar o interesse também dos lagunenses. Algumas pessoas dizem que a Casa da Nação teria sido construída na época da guerra. Na literatura encontra-se referência à barra do Camacho como tendo sido o local de passagem de Giuseppe Garibaldi quando atacou Laguna. Boiteux (1985), relata que os republicanos estavam em alerta para um possível ataque a Laguna pelo interior, mas Garibaldi surpreendeu-os: “Deixaram aos vigias da barra a missão de qualquer aviso; pela do Camacho, devido ao seu pouco fundo, nunca julgaram que pudesse ser investida e praticada, pois aquele braço por onde também se comunicava a lagoa com o mar não passava de um sangradouro. [...] Tendo crescido as águas devido a águas de desmonte e dos ventos reinantes, para bordo do mesmo se transportou José Garibaldi [...]. Investindo a barra no dia 20 de julho, consegui transpô-la, não sem dificuldades; graças porém à perícia de um pratico, filho do local [...]”. Cabral (1970) escreve que em 22 de julho Laguna foi ocupada pelos revoltosos e, em 29 de julho, a Câmara Municipal de Laguna declarou o Estado catarinense livre e independente, proclamando a República Catarinense ou Juliana. Devo salientar que há divergência, entre os dois autores citados, quanto às datas de ocupação de Laguna e proclamação da República Juliana.

⁴⁶ É importante ressaltar que, “em si e por si, a memória é simplesmente subjetiva. Ao mesmo tempo, porém, a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas idéias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Também isso constrói uma memória social” (Fentress & Wickham, 1992).

& Wickham, 1992, p. 242); a memória imprime pois uma coerência à vida cotidiana, ligando-nos com o mundo social e natural que nos rodeia. Há uma memória social sobre a "Casa da Nação" porque ela é significativa para quem recorda.

"Seu" Vítor Laureano conta que:

Aquela Casa da Nação foi feita no tempo dos meu bisavô que morava aqui e o rei mandô fazê esta casa pros andante que viajavam na praia porque quando chegavam não tinha aonde se metê porque não tinha casa nunca nessa beira de praia. Então, mandô fazê uma no Rincão, lá onde é uma cidade agora e mandô fazê essa aqui e outra lá pro norte pros andante que vinham viajando na praia e que não tinham onde se regreziar, né, caía um temporal e então tinha essa casa. Essa casa tinha um varandão grande. Atrás entrava uma carreta [...], tinha três quarto em seguida por um lado, tinha um corredor ao meio, tinha uma saia na frente, era uma casa grande, muito bem confortada. Roubaro tudo, senão ela tava direitinha porque eu ainda alcançei ela com a metade da telha [...]. Então, agora eles fizeram casa parece em riba dessa casa aí, mas essa casa se não fosse mexida ela tava direitinha pro povo para aí. Roubaro, pois é. Então isso foi feito, muita coisa eu já não vi, sabe. Era a minha avó que me contava porque quando fizeram essa casa eu não era nascido, isso foi feito no tempo da minha avó que era pequena. Ela me dizia: 'Ora, essa casa, a minha avó não queria deixar fazê essa casa, mas é orde do rei, foi obrigada. Porque ela morava ali, ela tinha chácara de laranja, ela tinha a casa dela não queria que fizesse a Casa da Nação prá não pará ninguém ali, foi obrigada a deixá porque era orde do rei, não podia atacá, o terreno era da nação [...].'

As outras "Casa da Nação" a que "Seu" Vítor se refere teriam sido construídas em Laguna, Sombrio e Imbituba e a casa de Laguna teria servido para abrigar doentes. Segundo os moradores, a casa do Camacho foi criada "por D. Pedro"⁴⁷ para abrigar os viajantes e também para receber o imperador durante a sua passagem pela região. Na "Casa da Nação" dizem que havia ouro "enterrado" pelos jesuítas e várias pessoas estragaram parte das paredes tentando encontrá-lo. Quando fui olhar "a casa", a atual moradora mostrou-me os buracos que foram feitos nas paredes, mas disse que somente uma senhora do Camacho achou uma moeda.

Os moradores dizem que a "Casa da Nação" deveria ser preservada e transformada num museu, mas também estão conscientes de que isso implicaria em tirar várias famílias que estão morando junto à casa, tarefa que caberia à prefeitura do município. A prefeitura considera-a como um ponto turístico do município no Balneário Camacho: "Casa da Nação (Albergue Secular): ruínas de

⁴⁷ Os informantes dizem que a casa foi construída no tempo do rei, ou seja, durante o período do Império. Entretanto, não sabem dizer durante qual regência, se na regência de D. Pedro I ou de D. Pedro II.

antiga pousada para viajantes da época. D. Pedro II esteve hospedado no local quando de uma das suas viagens ao sul⁴⁸.

2.2 AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS

A história da “Casa da Nação” liga-se à família Laureano, moradores da localidade há pelo menos cento e cinquenta anos. Membros da família relatam que descendem dos Mendonça, donos da sesmaria onde hoje existe o Camacho. Segundo “Seu” Vítor⁴⁹, foi a primeira família que ocupou os “campos” do Camacho:

As primeiras família daqui foi os meus bisavô – João Mendonça e depois tinha a minha avó que era Rosalina que era filha dele, tinha o João Mendonça que era filho, tinha o Maximiliano que era filho dele, esse era meu bisavô, era pai da minha vó que eram os primero que moravam aqui. Quando fizeram a Casa da Nação eles moravam aqui, eles eram muito antigo, eles eram da banda da Laguna. O Mendonça, meu bisavô, ele era casado com uma mulher da Carniça chamada Ana Rebilda. E a Ana Rebilda era uma mulher muito ladina, mas era braba [...]. Ele mudou-se iá do engenho velho, ele fez um engenho lá, fazia farinha, fazia beiju, fazia tudo. Depois mudou-se pr’aqui numa enchente muito grande que deu e trabalhava de passageiro e ficou morando aqui, aí acabô com o engenho iá [...] troxe tudo pr’aqui e ficô morando aqui, mas isso faz muitos ano! A minha avó era piquininha, ela morreu já com noventa e muitos ano, eu já tô com noventa, vou fazê noventa e sete [...].

As famílias Quirino, Santana e Acácio também dizem que foram as primeiras a ocupar a área. O que pude perceber nos relatos da família Laureano é que eles sempre se dedicaram à pesca e à agricultura, diferentemente dos demais, que tradicionalmente se dedicavam apenas à pesca. Trabalhando na agricultura, acabavam saindo do Camacho para ir morar nas localidades próximas, como o Laranjal, por exemplo. “Seu” Vítor conta que num período de sua vida tinha o rancho no Camacho, mas também a casa no Laranjal, e lá plantava. Esta situação de pesca em alguns períodos do ano, bem como o deslocamento de algumas famílias para pescar em outros locais, aponta a sazonalidade como fundante do “povoado” do Camacho.

“Seu” João Quirino, hoje com setenta e seis anos, conta que a família dos seus avós foi uma das primeiras a ocupar os campos do Camacho; eram de

⁴⁸ Texto extraído do folheto “Dados Históricos de Jaguaruna”. Prefeitura Municipal de Jaguaruna, 1997, p. 19.

⁴⁹ “Seu” Vítor também diz que é descendente “de gaúchos”.

origem espanhola, e outros familiares residiam em Laguna, nos morros próximos ao local onde hoje existe a “ponte da Cabeçuda”. Relata que os seus pais lhe falavam das dificuldades de viver no local. Moravam em ranchos de palha cheios de baratas, não havia estrada, “só caminhos de gado”. Logo que chegaram no Camacho “era tudo mato”, havia muitos bichos perigosos e bugres (índios). Na época dos pais de “Seu” João, não havia nem sal, nem açúcar refinado – o açúcar era o melado, o sal era tirado do costão (ilhote) quando o mar baixava, o óleo para cozinhar era retirado de peixes como o cação ou era de baleia⁵⁰. Os peixes eram contados, pois não havia balança. Também não existia dinheiro, então a produção era trocada por mantimentos, como a farinha – 100 tainhas por meio saco de farinha, o que pode ser percebido neste relato de “Seu” Vítor:

E eu, os meus amigo que pescavam comigo disseram assim: Oh Vítor, você que vai vendê o peixe que nós não temo cavalo, não temo nada”. Eles pescavam comigo e eu tinha um cavaio com serão, um serão de um iado e outro doutro, enchia de peixe, saía de madrugada e ía leva na Jaguaruna, no Riachinho prá vendê, aí chegava lá eles não tinham dinheiro, trazia farinha, trazia ovos, trazia essas coisa, né! Recebia, trocava porque eles não tinham dinheiro, o povo não tinha dinheiro como tem agora, agora tá tudo rico [...].

O excedente de peixe era “escalado” pelas mulheres: “Nós escalava peixe. No tempo da tainha, quando eles matavam tainha e nós não tinha prá quem vende nós escalava, né e peixe de água doce também [...]” (Dona Maria Laureano). Os moradores relatam que as primeiras peixarias – do Bernardo Duarte, Mané Gonçalves e Neco Teodoro vendiam peixe escalado e salgado e, mais tarde, as peixarias do João Quirino e Antônio Quirino conservavam os peixes em geladeira a querosene.

As mulheres também tinham como trabalho fiar algodão para a confecção das artes de pesca até por volta de 1960, quando chegou o fio de nylon. As redes de algodão eram tingidas com casca de aroeira fervida:

[...] e a minha velha era muito trabalhadeira, ela fiava fio de algodão prá fazê, prá eu fazê tarrafa, eu pescava era com tarrafa de algodão que ela fiava porque não tinha outro fio, [...] depois fazia espinhel de algodão, fazia, depois passô prá gravatá, tirava gravatá no mato e curtir e fazê fio prá fazê tarrafa porque não existia esses fio que tem agora! [...].

(Vítor Laureano).

⁵⁰ Segundo Ellis (1969), o óleo de baleia era conhecido como azeite de peixe. No local onde hoje se localiza o município de Jaguaruna não havia *armação* (feitoria baleeira), situando-se em Imbituba aquela que estava mais ao sul na costa brasileira.

Nesta época, “Seu” Vítor diz que havia muito peixe:

E naquele tempo eu tinha de sobra, quando matava levava pro meu pai uma carrada de peixe com o carro, chegava lá e despejava na frente da porta, chamava gente prá escala porque não tinha prá quem vendê, tinha que escala tudo, escalava com escama, levava prá lagoa, pagava umas mulatinha que tinha lá, elas ajudavam minha velha, eu dava uns peixe prá elas, escala tudo com escama, seca bem no sol lá fora no pátio, certo? [...].

Observa-se nesta fala uma referência a um tempo passado, em que havia abundância de pesca, e o tempo atual, no qual a produção diminuiu. Isto pode ser comparado ao que Woortmann (1992) afirma ao falar sobre pescadores do nordeste – o passado é lembrado como o tempo da abundância, *tempo da fartura*, não mediado pelo dinheiro, no qual várias atividades davam o sustento necessário. O presente é o *tempo da famitura* ou o tempo regido pelo nexos monetário, caracterizado pela dificuldade de se manter somente com a atividade da pesca. Nascimento (1995), ao analisar como se dá a construção do tempo entre os pescadores do município de Maracanã, litoral nordeste paraense, também observa que há uma referência ao passado e ao presente, o que chama de clivagem passado/presente.

O que fica claro é que, embora antigamente fosse o tempo da fartura, as condições de vida eram mais precárias e exigiam um esforço maior para a sobrevivência. Algumas famílias afirmam que hoje é possível não se deslocar para o Rio Grande do Sul e conseguir um emprego no próprio local ou contar com a ajuda dos filhos, o que torna a vida mais fácil. A mudança das características do local a partir da existência de infra-estrutura (água, luz, facilidade de transporte etc.) também traz a idéia de uma melhora da qualidade de vida.

Dona Maria, filha de Pedro Acácio e Alzira, conta que seu pai, juntamente com a família Quirino, foram os primeiros moradores do Camacho, e que hoje somente ela e suas irmãs moram nesta localidade. O seu pai tinha mais dois irmãos, que residem noutros locais. Com a família Santana também acontece o mesmo: há poucas pessoas que residem no Camacho. Dona Tomázia conta que quando era pequena visitava, juntamente com a sua mãe, as primas desta que moravam no Camacho. Iam até a casa da Maria Santana, parteira e benzedeira. Segundo a informante, nesta época, há uns cinqüenta anos, era difícil deslocar-se para chegar até ao Camacho:

Nós quando passava aqui, não tinha estrada, a gente subia combro e descia combro. De lá da onde nós morava passava o rio e vinha [...] a pé toda vida aí passando combro e descendo combro com os sapato, naquele tempo mais era tamanco na mão e ia embora prá Garopaba e ia pro Laranjal, tudo a pé, de pé no chão, ia pro Farol de pé no chão, o sapato levava na mão porque não dava, era só areia, era só combro. Aqui no Camacho [...] se tinha dez casa era muito, eu vinha sempre aqui porque a minha mãe tinha primas irmã que moravam aqui. Aí, eu vinha sempre com ela.

Os moradores sustentavam-se com o trabalho na pesca. Comercializavam os produtos (peixe) e lenha quando não havia pesca, carregando em "jacas no lombo dos animais até o Farol" e Tubarão e Laguna por canoa:

Aqui nesse nosso lugar hoje, hoje o pessoal tá rico porque cada um tem a sua casinha e, antigamente, não tinha nada disso. Veja bem, tinha pescado, tinha peixe aí, nessa lagoa mesmo aí os tio da gente ainda contam, isso aqui era um viveiro nessa lagoa, era miraguaia, era tudo quanto era peixe, mas por quê? Porque sabiam preservá, não desperdiçavam o pequenininho, só pegavam o que era bom, sabe? Matavam o peixe, sabe onde iam vendê? Iam por aqui de canoa, peio rio, por esse rio acima e iam lá em Jaguaruna, lá em Laguna, tudo de canoa, tudo de canoa! Prá trazê telha, tijolo lá de Jaguaruna pro Farol era tudo de canoa. Eles desciam ali na Santa Marta, dali pegavam a carroça, tudo de carroça, subiam aqueles morro tudo e levavam lá pro Farol. Deu muito trabalho, era farinha, farinha de mandioca nós carregava uma canoada, trazia uma canoada lá de Jaguaruna e levava lá prá Laguna.

(‘Seu’ Bajo).

O gado bovino e ovino, as chamadas "criações", ocupavam os "campos do Camacho", mas pertenciam, principalmente, aos agricultores das localidades vizinhas. "Seu" João Ernesto, 86 anos, relata que nasceu na "Carniça" (Campos Verdes) e, com vinte e poucos anos, morou no Camacho. Cuidava das "criações" dos agricultores, pescava no mar com espinhel e na lagoa com rede e "cove".

Entre os moradores do Camacho eram realizados os encontros ou bailes chamados de "domingueira", nos quais os jovens tinham a oportunidade de namorar e se divertir; para namorar, as moças não podiam aproximar-se dos rapazes, pois conversar já marcava o início do namoro. As informantes relatam que era raro poderem ir a um baile nesta época, já que eram muito controladas pelos pais. Os casamentos davam-se entre os próprios moradores e na maioria das vezes se concretizava através da fuga, pois os pais não tinham condições de vestir a noiva e fazer a festa. Em muitas famílias há mais de uma geração as fugas têm acontecido.

Há, então, relações de parentesco entre as principais famílias do local – os “camacheiros” falam que: “Aqui, se pegam pescadores, é uma família só, todo mundo é parente”. As famílias Quirino, Ramos e Laureano são as que têm o maior número de pessoas morando no Camacho e pelas suas árvores genealógicas (Vide Anexos VIII, IX e X) pode-se perceber os casamentos que se realizaram entre eles e também com membros das famílias Mendes, Santana, Teodoro e Acácio.

Descender das famílias fundadoras é motivo de orgulho para os “camacheiros”. Dizer “foram os primero aqui” legitima-os como fundadores de um lugar e reafirma seu conhecimento deste lugar. Os pescadores do Camacho afirmam ter uma descendência e uma história de vida comum que os tornou uma só família. Situação semelhante é relatada por Duarte (1999, p. 43), ao falar dos pescadores de Jurujuba (Niterói –RJ):

Seja como for – história ou mito – essa referência já demonstra a preocupação com a tradição comum que baliza a constituição da identidade local. Essa legitimidade pela descendência de algumas famílias ancestrais nucleares não é privilégio daqueles que a ela se filiam diretamente. A prática de uma certa endogamia no bairro vem realizando, na verdade, uma assimilação progressiva dos imigrantes das últimas décadas, de modo que a legitimidade tradicional pode ser invocada por uma parcela considerável da população, variando apenas de grau. Grau determinado, por sua vez, pela incorporação maior ou menor dos sinais da identidade pela co-habitação e pela participação no trabalho na pesca.

Dizer que “todo mundo é parente” reflete a forma como estas famílias estão ligadas, entrelaçadas, mesmo que as uniões tenham ocorrido há duas ou três gerações, tratando-se, muitas vezes de um parentesco distante. O que se observa no Camacho é que há vários parentes em comum entre os moradores da localidade, formando um núcleo composto por algumas famílias extensas (Duarte, 1999).

Woortmann (1986, p. 103), num artigo em que discute “A comida, a família e a construção do gênero feminino” afirma que “a família [...] não se reproduz apenas no plano biológico, nem reproduz apenas a sua força de trabalho. Sendo ela uma construção ideológica, ela se reproduz no plano simbólico[...]”. Tomando esta perspectiva como referência, podemos afirmar que a família no Camacho tem sentido e se reproduz porque através dela as pessoas constroem um sentido para as suas vidas. O fato de nascer numa determinada família assume importância pelo que representa socialmente.

No Camacho, o ritual de união de casais acontecia através da fuga. Esta prática sempre foi usada, principalmente quando o “povoado” era menor e os “casamentos” se davam entre eles mesmos. Mesmo com a inserção de novas religiões que condenam a fuga, aqueles que não têm condições de arcar com as despesas de um casamento continuam recorrendo a esta forma de “casamento”. Porém, hoje, a união no Camacho pode desdobrar-se em várias situações, como as que foram observadas por Gerber (1997, p. 32) entre os pescadores de Ganchos/SC: “a) namoro e a seguir a fuga, b) namoro, noivado e fuga, c) conhecer, breve negociação e fuga, d) namoro, noivado e casamento de noiva”. Em muitos casos, o casamento religioso é realizado após o nascimento do primeiro filho pela necessidade de batizar a criança, como Maluf (1989) observa em relação aos moradores da Lagoa da Conceição (Florianópolis – SC).

Logo no início do trabalho de campo, ao visitar uma das famílias do local, a mãe da moça contou-me que a filha havia fugido. Sem saber que isto ocorre freqüentemente, fiquei surpresa. Na verdade, ela estava fazendo o seu papel de mãe ressentida, lamentando a fuga. A fuga substitui o casamento, que implica em despesas na igreja e com a festa. Segundo Woortmann & Woortmann (1993, p. 104), num artigo em que tratam sobre a fuga entre um grupo de camponeses, “A fuga é uma encenação [...]. Mais importante, a fuga é induzida pela família que aparentemente é contrária ao casamento ou que procura postergá-lo”. Estes autores também aventam que a fuga se opõe ao casamento, embora ambos possam ser vistos como rituais, já que a primeira é padronizada e recorrente. O que há entre um e outro ritual é uma inversão de sinais⁵¹.

Até à década de 1960, a reprodução matrimonial da família acontecia, primeiramente, com alguém da localidade, entre as diferentes famílias, havendo uma *endogamia de lugar*, como Woortmann & Woortmann observam em relação a camponeses do Sergipe⁵². Houve vários casos de casamento entre primos-irmãos, mas principalmente *casamento trocado*. Depois, os casamentos começaram a acontecer com pessoas de diferentes “povoados”, especialmente do município de Laguna e também com moradores de locais para onde os pescadores costumam migrar, como Araranguá e “Rio Grande”.

⁵¹No artigo de Woortmann & Woortmann (1993, p. 114) há um quadro muito elucidativo sobre a inversão de sinais, que compara o casamento com a fuga. Estes autores salientam que a fuga é um padrão característico das sociedades mediterrâneas e também daquelas que delas se originaram.

⁵² Woortmann & Woortmann (1993, p. 91) sugerem que “a endogamia, seja de ‘lugar’ ou de ‘sangue’ é uma prática comum nesses grupos camponeses, associada ao que no Brasil é conhecido como ‘casamento trocado’ (dois homens trocam irmãs entre si ou ao casamento de dois ou mais irmãos com duas ou mais irmãs de outra [...])”.

O povoamento do Camacho ocorre, então, a partir da ocupação da área pelas famílias Laureano, Santana, Quirino, Teodoro, Mendes e Ramos, que se foram assentando sem se preocupar com o cercamento da mesma: "Isso aqui era da nação, era do povo, pois não tem o nome de Casa da Nação, foi feito no campo da Nação [...] porque era da nação, do povo, é, de nós tudo, agora é que eles arremataram aí e venderam. A firma do Paraná, o povo do Paraná vieram e tomaram conta disso aí e venderam [...], o povo daqui ficaram olhando [...]".

Na década de 1960, chegou ao Camacho o turismo, através do "Seu" Nadim Domingos. Primeiramente, ele iniciou a ocupação da área com a plantação de árvores, e depois a requereu junto ao IRASC (Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, que na época dava títulos de propriedade), assim como também comprou títulos de propriedade de alguns pescadores. Os moradores relatam que não foi uma ocupação pacífica. Nesta época, os pescadores não davam importância para a praia – "Era um campo público, região aberta, sem cercamento", nunca pensaram que a "praia" pudesse valer tanto – "antes ninguém dava valor a estas terras, à praia, não havia donos, cada um estava num lugar, mas não se importava em cercá-lo". Porém, a "posse" das terras da "praia" pelo "povo do Paraná" trouxe mais conflitos com os agricultores das comunidades vizinhas que usavam o local para suas "criações" do que com os próprios moradores da localidade, os quais perderam as terras que ocupavam há anos. Até ao momento do início efetivo da venda dos terrenos, muitas cercas foram construídas e derrubadas. A repetição que aparece na fala de "Seu" Vítor mostra o significado desse fato. Mesmo perdendo as terras para "os de fora", consideram-se como herdeiros:

A sesmaria aqui era dos Mendonça. Era dos Mendonça! Nós tinha direito nisso aqui, nós tinha direito aqui, nós era dos Mendonça. A sesmaria aqui era dos Mendonça, era campo da nação da sesmaria dos Mendonça do casqueiro prá cá, do casqueiro até aqui a Barra do Camacho. Nós tinha direito nisso aqui. Os de fora vieram, venderam, mostraram o dinheiro e nós ficamos olhando [...].

No início da década de 1970, foram feitas as primeiras construções próximas à barra. Estas, segundo os moradores, foram destruídas na enchente de 1974⁵³: "O primeiro balneário que ele construiu a enchente carregô tudo. Deu

⁵³ Enchente ocorrida no município de Tubarão – SC que, "[...] deslocando-se, rumo ao mar, a enorme avalanche de água aumentou o volume das lagoas localizadas na sua margem direita, restabelecendo o sangradouro do Camacho" (Salles, 1999, p. 54). Os moradores contam que tiveram que sair de suas casas em bateiras, pois a água havia deixado todo o lugar inundado.

uma enchente, né. Era lá fora as casa, lá na praia, umas casa bonita, mas era lá na praia" (Lúcia). "Deu uma enchente muito grande, abriu uma barra muito grande aqui. Já ouviu fala da barra que tinha aqui? Abriu uma barra aqui que eu vô te dizê, tinha mais de 500m de largura [...]. E tinha muita casa de material que ele fez ali na beira da barra, a enchente carregô tudo" ("Seu" Bajo).

Segundo Woortmann (1992), é a partir de 1950 que ocorre o período de *corrida aos cartórios* por parte de grupos econômicos e políticos para registrar em seu nome as *terras soltas*. Com as mudanças trazidas pelo turismo, os "cama-cheiros" vêem loteamentos serem abertos, luz e água serem disponibilizadas, levando, ao longo de várias décadas, a uma alteração do espaço.

2.3 O ILHOTE

Nas décadas de 50 e 60 houve a ocupação do "ilhote"⁵⁴ por algumas famílias (Ramos, Quirino, Laureano) em ranchos de palha, como conta Lúcia Laureano Schmitz (esposa do Seu Bajo): "Nós moremo muitos ano lá no ilhote. Minha família moravam tudo lá, meus tio, tudo, a maioria desses pessoal mais velho aqui do Camacho eles criaram os filho tudo lá, no ilhote lá (aponta com o braço), é uma ilhota, né, mas eles dizem ilhote".

As mulheres da família Ramos que moravam no "ilhote" costumavam carregar balaios com peixe até ao Camacho para trocar por mercadorias. Quando "não dava peixe", os homens da família caçavam marrecos etc., para a sua alimentação. Nesta época, os moradores transitavam livremente pelos "campos do Camacho"; utilizavam água para beber ou lavar roupa e até pescavam (tainha, tainhota, camarão, siri) nos poços que se formavam na maré alta. As mulheres colhiam junco para a confecção de esteiras, o que é referido como um serviço sofrido, realizado dentro d'água. Algumas mulheres relatam que geralmente tiravam um dia para ir colher junco e cortar lenha nas proximidades de Garopaba do Sul. Levavam café e almoço, iam acompanhadas pelas amigas ou vizinhas e pelos filhos pequenos. Carregavam os materiais recolhidos um de cada vez, concluindo o trabalho quase à noite. Sobre a confecção de esteiras, Dona Maria Laureano lembra que "Todas elas faziam, essas mais velha, todas faziam [...]. Era

⁵⁴ Segundo os moradores do Camacho, o ilhote é um "costão de rocha" que avança para dentro do mar, localizado na costa entre o Camacho e o Farol de Santa Marta (Município de Laguna).

moça, era mulher mais velha, todo mundo fazia. Tinha uma mulher de Laguna que vinha comprá aqui, vinha pegar, ela encomendava, nós fazia e ela pegava”.

O “ilhote” localiza-se entre a Praia Grande do Sul (Praia da Barra do Camacho) e a Praia do Cardoso, ao lado do Farol de Santa Marta (Laguna). O “ilhote” sempre fez parte da história do Camacho, formando, com a “Casa da Nação” e o “casqueiro”, espaços de referência que conferem sentido à vida no local e identificam seus moradores. Apropriando-se do espaço, elaboram uma história e nela se reconhecem.

O “ilhote” é um ponto propício à pesca, onde várias qualidades de peixe “encostam” para se alimentar. Quando se começa a visitar o Camacho, logo as pessoas perguntam se o forasteiro já conhece o “ilhote”, e contam que algumas famílias de pescadores já moraram lá. Assim como o “casqueiro” (sambaqui), é um lugar “apareçoso” – onde se vê “aparências”, aparições, fantasmas. Além disso, dizem que no “ilhote” há ouro enterrado debaixo de uma pedra. Essa dimensão sobrenatural é vista por Bastos (1993, p. 51), em sua pesquisa entre os camponeses dos Montes do Nordeste Algarvio em Portugal, “[...] mais que [como] um conjunto de princípios estabelecidos, um fundo de criatividade permanente que permite estender o entendimento da materialidade cotidiana a uma dimensão sobrenatural e fantástica que escapa ao controle da Igreja”. A autora também salienta que um dos temas favoritos são as riquezas escondidas. Fentress & Wickham falam em um mundo da natureza muitas vezes expresso em termos sobrenaturais ou de contos populares.

No Camacho, vários moradores sonham com tesouros escondidos que lhes são indicados de forma precisa, mapeando lugares como o “casqueiro”, o “ilhote”, a “Casa da Nação”. Assim também há referência a bruxas e lobisomens. Conversando com as mulheres, escutei histórias de embruxamento⁵⁵ de crianças. Ao redor de um fogão à lenha, numa noite fria, Dona Maria Laureano contou que um de seus filhos, ainda bebê, estivera doente e, como não se curasse, ela então desconfiou que ele estava enfeitado por uma mulher que há poucos dias havia

⁵⁵ Maluf (1993) analisa as histórias sobre bruxas contadas pelos nativos da Lagoa da Conceição (Florianópolis-SC), enquanto discurso, observando que “o tema mais comum nas narrativas é o da criança recém-nascida que é atacada por uma bruxa e começa a apresentar sintomas de embruxamento: emagrece, pára de se alimentar, chora o tempo todo, tem manchas roxas no céu da boca” (p. 58). Embora Dona Maria não tenha citado todos estes sintomas e haja diferenças quanto aos acontecimentos, o que se pode perceber é que há semelhança com as narrativas sobre bruxas descritas por Maluf. O que muda, segundo esta autora, são “os lugares, os protagonistas, o momento e alguns detalhes significativos, mas em geral não atingem a estrutura comum recorrente, a não ser quanto ao desfecho, que pode mudar de uma história para outra” (*Ibid.*, p. 58).

pedido hospedagem em sua casa. Era uma mulher andarilha que estava passando um tempo no local e dormia na peça onde eles tinham um forno de pão. A mulher disse que curaria o menino, mas eles não acreditavam que fosse possível e o marido de Dona Maria expressou-o verbalmente. Quando a mulher se ofereceu novamente para fazer a cura, disse que sabia que o marido de Dona Maria não queria que ela chegasse perto do menino. Dona Maria disse ao marido que a mulher era uma bruxa. Logo depois, mesmo com medo, pois uma noite o marido a viu nua em frente ao forno do fogão, permitiram que a mulher ficasse sozinha com a criança, exigência dela para que a cura fosse realizada. Dona Maria conta que no outro dia a criança não tinha mais nada. Os mais jovens dizem também que há uma bruxa e um lobisomem na Marambaia (Ilha dos Marinheiros – RS), um dos locais da migração sazonal.

Dona Lora conta que certa vez foi levar a sua filha pequena até a casa de “uma pretinha” que benzia muito bem e morava no Camacho. A menina não estava doente, mas ela achava que era sempre bom levar as crianças à benzedeira. Porém, quando chegou lá, a mulher perguntou se ela conhecia uma mulher gorda, próxima dela. Lora disse que “gorda tem a minha irmã”. Então, “a pretinha” disse que essa mulher logo apareceria na casa de Lora. Em poucos dias, Lora conta que a sua irmã chegou e não estava mesmo bem. Estava “dando umas coisas nela” que a faziam comer pimenta, vidros e vidros de pimenta e “ninguém podia com ela”. Nesta situação, ela foi levada à benzedeira, teve só mais uma crise e “ficou boa”.

Os pescadores contam a história do Ponta Seca que é um homem de dez metros. Quando saíam para pescar na lagoa ouviam o barulho de uma tarrafa sendo jogada, então recolhiam suas redes e voltavam para casa, pois não conseguiam pegar nenhum peixe e corriam o risco de que ele subisse no bote e o afundasse. Os pescadores afirmam que o viam e ele era tão alto que sua sombra cobria a lagoa.

Dona Onira, esposa do “falecido Nelson Ramos”, moradores do ilhote durante catorze anos, conta que “toda a vida usaram fogão à lenha e o fogo se mantinha aceso”, o rádio ligava sem ninguém mexer nele. O berço dos filhos gêmeos (mais novos), no qual ela colocava cada um dos meninos para um lado, balançava-se sozinho. Ela relata que uma noite estava costurando uma calça para um de seus filhos e, como já estivesse com sono, dobrou-a e deixou-a sobre a máquina. De repente, estavam costurando a calça. Também ouviam pessoas

dentro de casa, correntes sendo arrastadas, carneiros berrando. Há a história dos padres italianos que se afogaram. Dona Onira conta que eram três padres e estavam pescando no paredão, um dos locais mais perigosos para a pesca no ilhote. Vieram três ondas; a primeira não os derrubou, porém a segunda lavou as pedras. Um deles caiu e nunca mais foi encontrado. O segundo foi "fisgado" pelo "Seu" Celso Ramos (cunhado de Dona Onira) com um caniço para miraguaia, mas já saiu mal da água e acabou não sobrevivendo. O terceiro conseguiu sair do paredão antes que a terceira onda chegasse e se salvou. Segundo Dona Onira, a família desses padres ia, antigamente, até o "ilhote" para rezar pelo familiar que ali morrera e almoçavam por lá, passando o dia com sua família.

Em geral, os moradores do Camacho avisam que quem vai ao "ilhote" à noite corre o risco de ver coisas, de escutar pessoas a falar aos ouvidos, de ouvir barulhos de corrente e de ver um padre a perguntar se o visitante quer dinheiro. Os antigos moradores também contam que há lá duas fontes de água que hoje estão soterradas pela areia. Já naquela época tal se passava nos dias em que ventava muito. Comumente, sempre há alguém pescando neste local, seja com tarrafa ou com caniço, sobretudo pescadores amadores. Nos períodos de "maré seca" muitas pessoas, tanto do Farol quanto do Camacho, vão tirar marisco das pedras utilizando pás e um saco plástico ou baldes para carregá-lo. Em todo o "ilhote" há vários locais de pesca, cada um com um nome específico que é do conhecimento dos pescadores (Vide Anexo IV).

2.4 O "CASQUEIRO"

O "casqueiro" também é um lugar do qual são contadas histórias misteriosas e que os nativos da região acreditam ter surgido após o dilúvio bíblico. Assim como no ilhote, também viram "aparências" lá. Muitos já enxergaram luzes passando por cima do Camacho e indo até ao "casqueiro"; outros relatam que essas luzes transitavam do ilhote até ao "casqueiro". Segundo "Seu" Vítor Laureano,

Conta-se até hoje que uma luz descia do sambaqui da Garopaba vindo pelo campo inteiro, muitas pessoas chegavam a desafiar a luz com um facão, porém a luz fugia e aparecia mais adiante. Há quem diga que no tempo dos padres jesuítas eles pediram para o rei um terreno no tamanho de um couro de boi e eles encontraram ouro neste terreno.

Quando o rei descobriu eles fugiram em uma barca levando o ouro e naufragaram na praia do Cardoso (Laguna). Dizem que até hoje eles vêm com uma luz procurar o dinheiro.

Contam também que aparecem índios neste local e que há "ossadas" enterradas. É um local indicado pelos moradores do Camacho e Garopaba do Sul para visita. Há aproximadamente trinta anos o casqueiro era um local de trabalho. A "casca" era extraída, queimada, batida e moída na "caeira". Vários homens do local trabalharam neste serviço e o consideravam difícil, tanto pela falta de segurança como por ser "pesado". Os moradores contam que certa vez duas crianças foram brincar no casqueiro; o pessoal que estava trabalhando não se deu conta, e elas acabaram morrendo soterradas, fato que chocou a todos.

2.5 A BARRA DO CAMACHO

A barra, para os moradores, é vista como uma alternativa de trabalho: consideram que a sua abertura permite que os peixes (peixe rei, tainhota, corvina, entre outros, e o camarão) entrem para a lagoa, aumentando a produtividade e as possibilidades de trabalho. Quando comecei a freqüentar o Camacho, em janeiro de 2000, a barra estava fechada, e uma máquina da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) retirava areia com o fito de a abrir. Quando retornei, no inverno, um grupo de pescadores do local e da comunidade vizinha – "Carniça" (Campos Verdes) – havia terminado de abrir a barra com a utilização de pás, pois existe entre as pessoas do local um desacordo quanto aos meios como isto deve ser feito.

A Associação dos Pescadores da Barra do Camacho (APBARCA)⁵⁶, que também tem sócios moradores em Garopaba do Sul, realiza as negociações com o governo estadual para conseguir maquinário para desassorear a barra, mas também tenta fazer cumprir a legislação a respeito das redes que não podem ser usadas. Tal é o caso da tarrafa, que deve ser utilizada a uma distância mínima da entrada da barra, ou das redes de aviãozinho e o berimbau para a pesca do camarão, que são expressamente proibidas na lagoa do Camacho e da Garopaba do Sul e cujo uso gera enormes conflitos entre as comunidades vizinhas

⁵⁶ Esta associação foi fundada em 04/01/1996 pelos pescadores do local com o auxílio da Pastoral da Pesca (trabalho realizado pela igreja católica).

(Garopaba do Sul, Camacho e Cigana). Os pescadores relatam que na safra do camarão já chamaram o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que fiscaliza a pesca) inúmeras vezes. Algumas pessoas me disseram que sempre “alguém” fica sabendo o momento em que será feita a fiscalização, advertindo com fogos de artifício os que estão usando redes de aviãozinho. No dizer dos moradores, isto geralmente acontece quando a fiscalização é feita pelo IBAMA de Laguna, responsável pela área, mas quando vai o IBAMA de Florianópolis ninguém consegue descobrir⁵⁷.

O uso de redes proibidas e divergências quanto ao modo de trabalhar faz com que “não se enquadrem” com o pessoal da Cigana, por exemplo. Já com os moradores do Farol e da Garopaba do Sul percebe-se que as diferenças não são suficientemente conflitivas ou existem de uma forma mais velada; os “camacheiros” costumam ir a esses lugares para se divertir, e mantêm relações cordiais com os seus habitantes. Além disto, os pescadores “da Garopaba” unem-se aos do Camacho para conseguir melhorias para a região.

Como a existência do peixe e do camarão na lagoa está ligada à abertura da barra, a Associação tenta conscientizar o grupo – sem intenção de criar desavenças – de que a abertura da mesma é imperativa para que os pescadores se possam sustentar ou ao menos obter alimentos durante o inverno. Porém, também é preciso respeitar a legislação para que haja produtividade e não o extermínio das espécies antes do período apropriado para a sua captura.

Outro conflito em relação à abertura da barra acontece com os “arrozeiros” (produtores de arroz) da região. Estes agricultores utilizam a água das lagoas para irrigação das suas plantações, e a abertura da barra salinizará a água. Os moradores da Camacho dizem que os “arrozeiros” já utilizaram a água mesmo salinizada, e também salientam que não precisam da barra aberta o ano todo, mas apenas durante três ou quatro meses no inverno. Além disto, os “arrozeiros” costumam usar veneno sem controle e muitas vezes não respeitam os cinquenta metros exigidos pela lei a mediar a beira da lagoa e o início da plantação.

Ao final do período em que permaneci na localidade, a barra já estava assoreada na sua maior parte, o que mostra a “sua característica natural de

⁵⁷ No início do ano de 2001, fui informada de que o IBAMA está ocupando o posto policial construído ao lado da “praia” para fazer a fiscalização do uso das artes de pesca na barra e na lagoa. Os moradores relataram que os pescadores pegos usando tarrafá na barra estavam sempre presos e, para obterem sua liberação, precisam pagar R\$ 700,00 (Setecentos reais).

abertura, que é intermitente” (Silva, 1999, p. 04). Segundo os moradores, a barra é larga e baixa demais, fazendo com que a areia dos “combros” entre no canal e a vá assoreando. Há, porém, outra explicação para permanecer fechada, oferecida por Dona Tomázia:

Mas a minha avó dizia assim, que a barra não abria por braço de homem e eles tentavam muito de abrir, né. Quando fosse prá abri a barra, Deus abria, mas tirante disso por braço de homem a barra nunca era aberta. Aí a gente perguntava prá eia: Por que mãe velha? Por que que a barra não é aberta? Ela assim, minha filha eles brigavam muito quando abria a barra, eles brigavam muito, então era aquela brigaçada, então aí um pego, foi lá e enterrô Santo Antônio lá na barra pro Santo Antônio não abri mais a barra, aí a barra fechô.

Para tentar solucionar o problema, a Associação dos Pescadores estava em fase de negociação de uma verba de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) através da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A) para a manutenção da máquina que mantém a barra aberta. A maior reivindicação ou desejo dos pescadores, porém, é de que seja feita uma obra no local, pois acreditam que a barra se fecha rapidamente porque não é bem calçada; seria necessário “usar pedras do ilhote ou mesmo de Laguna” na sua sustentação, reforçando os molhes da barra e tornando esta última permanente⁵⁸.

O grupo de pescadores que não compartilha das idéias da atual diretoria da Associação dos Pescadores da Barra do Camacho, propõe que, com o apoio da CYSY Mineração Ltda., seja aberto “um rio na Lagoa da Garopaba com seu início no Canto da Aroeira, em Camacho, estendendo-se até ao Canto do Arame na Garopaba” (Vide Anexo XIII). Com a abertura deste rio, a empresa exploraria a grande quantidade de conchas que existe no local e uma porcentagem dos lucros com a extração do material seriam revertidos para a Associação, a fim de que fosse comprada uma máquina para manter a barra desassoreada. O rio serviria para “dar volume de peso de água necessário à manutenção do canal aberto da Barra”; a empresa mineradora também ajudaria a fazer a obra para “segurar” a Barra.

⁵⁸ No início do ano de 2001, obtive a informação de que vários açudes para a criação de camarão serão construídos próximos à Lagoa do Camacho, inclusive nas terras dos arrozeiros e, para que o projeto tenha êxito, será necessário manter a barra aberta. Nas localidades vizinhas – Cigana e Campos Verdes (Carniça) –, já foram construídos vários açudes.

O grupo oposto acredita que a abertura deste rio irá alterar o meio ambiente, prejudicando a lagoa e causando danos irreversíveis. Há muita resistência na comunidade ao trabalho da CYSY Mineração Ltda. porque esta empresa já fez trabalhos de mineração nas proximidades da lagoa e abriu enormes canais e buracos que mudaram as características do local e simplesmente foram abandonados. Hoje a empresa tem novos proprietários e tenta restabelecer a sua credibilidade junto ao grupo de pescadores do Camacho e Garopaba do Sul.

2.6 AS IDAS PARA O "RIO GRANDE"

A Estrada Geral do Camacho foi inaugurada por volta de 1951 e até 1958, ano em que foi aberta a BR-101⁵⁹, o trânsito em direção ao sul do Brasil, ou vindo de lá, se dava pelo litoral, passando pelo Camacho. Na barra do Camacho havia uma balsa de madeira para atravessar os veículos; em alternativa, estes transitavam próximos à praia, onde não há água quando a barra está fechada. Para passar pelos combros (dunas), pranchas de madeira eram postas sob as rodas dos veículos ou até mesmo esteiras de junco. A estrada era conservada a pá por homens que ainda moram no local, como o "Seu" Lorim, que é morador do Camacho desde 1960.

Os pescadores do Camacho começaram a ir "pro Rio Grande" provavelmente na década de 1940, mesmo com a "fartura aqui", pois no Rio Grande do Sul havia "firmas" que comercializavam a produção, que no Camacho tinha de ser "carregada de carreta". As primeiras famílias a irem foram os Quirino e os "Palhoça" (Ramos). Os Quirino "foi um pessoal criado na beira de lagoas" e sempre pescaram nestes locais. Antigamente, faziam-no em lagoas mais próximas, como as de Araranguá e Sombrio em Santa Catarina, para onde iam de carreta ou "iam a pano passando de lagoa em lagoa" há oitenta anos, como conta "Seu" João Quirino. Mais tarde, passaram a pescar "no Rio Grande" – Lagoa dos Patos e Lagoa Mangueira com suas parselhas de lagoa⁶⁰. Os Palhoça, por sua vez, "sempre pescaram no mar grosso", o que continuam a fazer até hoje.

⁵⁹ Segundo Henrique (1997, p. 535), "As obras de construção da BR-101 demoraram dezoito anos para ficarem prontas. Iniciada em 1953 e inaugurada em 1971, proporcionou o surgimento e posterior desenvolvimento de vários núcleos urbanos [...]".

⁶⁰ A parselha é o conjunto das artes utilizadas para a pesca na lagoa ou no mar, daí recebendo as denominações parselha de lagoa e parselha de praia. Nos Capítulos III e IV as descrevo detalhadamente.

"Seu" João Quirino conta que há cinqüenta anos foi para o Rio Grande depois de vender o comércio que tinha no Camacho, e que faz "cinqüenta, sessenta anos que os pescadores vão de caminhão pro Rio Grande". Quando foi para o "Rio Grande", além de sua família, "Seu" João levou outras quatro que pescavam camarão e passavam sua produção para que ele vendesse às empresas compradoras. Provavelmente sua geração tenha sido a primeira ou segunda a ir, pois os mais idosos do Camacho – "Seu" João Ernesto e "Seu" Vítor Laureano – relatam que não chegaram a ir pescar "no Rio Grande", apenas os seus filhos.

A família Palhoça (Ramos) começou a pescar no "Rio Grande" quando Seu Celso Ramos comprou um caminhão, entre os anos de 1950 e 1955, para pescar com a parelha de praia. Todos iam no caminhão: a família do "dono" e os proeiros. Andavam pelas praias desde Torres até a Barra do Chuí, no RS, morando em barracas por seis meses.

"Seu" Antenor Santana conta que, com 13 anos, foi pela primeira vez ao "Rio Grande" pescar numa parelha de praia. Viu muito peixe ser pescado e lembra das histórias que o pai dele contava sobre toneladas de peixes que matavam no Camacho e não tinha para quem vender. Os peixes eram escalados e salgados, formando pilhas. "Seu" Antenor lembra que: "[...] no 'Rio Grande' e Araranguá, quando queriam uma tainha para comer, nem precisavam colocar rede, era só empurrar uma canoa para cima de uma malha de peixe que se assustavam e pulavam prá canoa. De tanto peixe que tinha enchia a rede e mais uma canoa ainda".

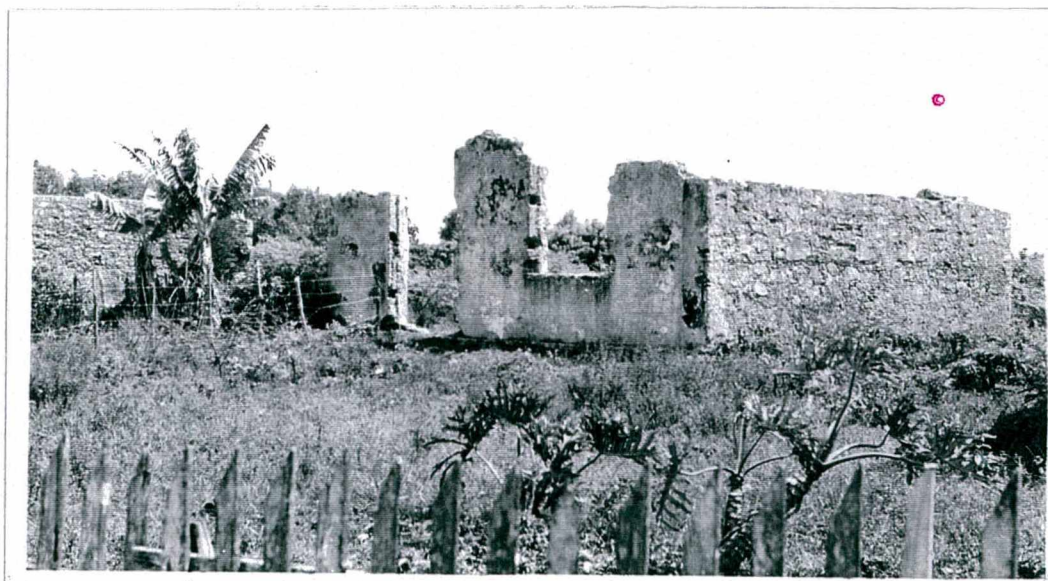
Quando o tempo não estava propício para a pesca, "Seu" Antenor conta que chegavam a passar de quinze a vinte dias acampados na "praia" comendo o que eles chamavam de "arigonha" – mistura de feijão e arroz cozidos juntos num "panelão". Comiam "só isso e pão torrado". Ele conta que naquela época a "rede de calão" ainda não havia sido inventada, e que os pescadores acabavam não utilizando o "espinhel", pois não queriam, por exemplo, "em dois pescar para vinte ou vinte e cinco home": "Peixe só prá dois o cozinheiro também não dexava fazê prá não gastá com azeite e lenha, só se fosse bem amigo do cozinheiro e se sobrasse não dava prá ninguém, ou guardava ou jogava fora. Quando dava pesca nós escalava o peixe e tinha prá comê quando não dava".

Por volta de 1970, alguns pescadores do Camacho caçavam e pescavam em locais como a Lagoa Mangueira. Caçavam principalmente ratão e jacaré para tirar a pele. Os grupos eram formados por quatro homens que trabalhavam

com dois botes. Após matarem os animais, os próprios pescadores davam o tratamento inicial no couro. O couro de jacaré, por exemplo, era retirado, passado no sal grosso, enrolado, deixado dentro de um saco para curtir e depois levado ao sol. Esta caça era realizada tanto no verão quanto no inverno.



1



2

Foto 1 – Vista aérea do Camacho onde pode-se observar o mar, a lagoa, os quatro módulos principais do Condomínio Garopaba Praia Clube e, à direita, a barra do Camacho e a ponte. Próximo ao Condomínio vê-se a área urbanizada na qual estão as casas dos turistas e próximo à lagoa estão a maioria das casas dos moradores da localidade (Foto obtida junto à "Foto Regina" – Jaguaruna/SC).

Foto 2 – Ruínas da Casa da Nação, provavelmente nos anos 70 (Foto obtida junto à "Foto Regina" – Jaguaruna/SC).

CAPÍTULO III

3. OS SABERES E AS ARTES DA PESCA

O exercício da sua atividade exige dos pescadores que conheçam o tempo, o clima; para tanto, verificam as nuvens, a água, o vento e a lua. Pelas nuvens, por exemplo, observam se há um pé de vento (tormenta) e se o "tempo está armado". Existindo esta situação, evitam ir para a água. A expressão "lá vem um tempo" refere-se ao vento sul, chamado rebojo, que traz chuva e trovoadas no inverno. Os ventos do sul, norte, noroeste e sueste são conhecidos por provocarem trovoadas durante o inverno. Os ventos do sul, sueste, leste e nordeste são ventos que trazem peixe. O vento nordeste é chamado de "nordestão".

O vento influencia a água na medida em que a "faz correr" para um ou outro lado: o vento sul "faz a água correr" para o norte e traz peixes como a tainha (quando vai para o norte), enchova, peixe-rei (de água suja); o vento nordeste "faz a água correr" para o sul e traz peixes como a tainha (quando retorna do norte), o peixe-rei, papaterra; o vento leste leva a água para o norte e o vento norte, que é "da costa prá fora" faz a água ficar parada. A água do mar, no verão, costuma ficar fria e a água da lagoa quente; por isto, no verão os pescadores consideram que é melhor pescar na lagoa. Já no inverno, a água do mar está quente, o que faz o peixe vir para a costa, para a praia. Por este motivo, o inverno seria o tempo propício para pescar no mar. O vento sul no inverno traz peixe e no verão agita o mar. O vento nordeste "dá maré seca", dá peixe na lagoa e também agita o mar. O vento sueste é o melhor vento para pescar na lagoa. Em relação à pesca na praia no RS, o vento leste "é o que mais atrapalha"; quando dura de 15 a 20 dias "faz o mar ruim", e força os homens a ficarem parados no acampamento.

Na lua nova costuma haver maré cheia, e no inverno (abril e maio – "início do inverno") agita o mar provocando maremotos e derrubando galpões,

como já aconteceu na localidade vizinha do "Farol". Na lua minguante, mesmo dando "rebojo" ou "nordestão", o mar é manso, a maré é baixa e é nesta lua que "dá" minhoca. Na lua cheia, o mar fica manso e é bom para trabalhar, devido à claridade, mas para pegar peixe o escuro é melhor. A lua crescente caracteriza-se por ser "uma lua parada".

A observação em conjunto dos elementos água (mar e lagoa), as variações climáticas, fases da lua e estações do ano constituem referências para a prática do pescador no Camacho. Esta forma de orientação diz respeito ao que Cunha (s/d.) chama de noção tridimensional do espaço, que abarca distintos domínios de vida – mar, terra e céu – dotados de significado próprio. Para esta autora, tal noção difere profundamente daquela vigente no espaço urbano, onde parece prevalecer uma *noção horizontalizada*.

3.1 AS SAFRAS

Os pescadores dizem que "na pescaria é como na agricultura, tem o tempo para cada coisa". Este "tempo para cada coisa" é dividido, no Camacho, em duas safras: a do verão e a do inverno, o que pode ser percebido através da fala do "Seu" Vítor Laureano:

Qualquer peixe pegava. Ó, só não pegava nesse tempo agora. Mês de janeiro, mês de dezembro, janeiro e fevereiro não prestava prá peixe, só de tarrafa papaterra [...] O peixe de anzole era de março em diante até outubro, novembro pega peixe de espinhele e nesse tempo não dava peixe de espinhele, só de tarrafa alguma papaterra. [...] No inverno é bom prá peixe. Todo peixe. No inverno dá tainha, dá todo peixe de espinhele, no inverno é que é bom prá pesca. No verão não presta.

As safras são diferentes de acordo com o local onde ocorrem. No Rio Grande do Sul, os pescadores do Camacho "matam" peixe principalmente na Lagoa dos Patos, em segundo lugar na Lagoa Mangueira, no caso das "parelhas de lagoa". Já as "parelhas de praia", que vão para a pesca no mar, trabalham com peixes que ficam no mar aberto, pois no litoral do Rio Grande do Sul não é comum a existência de "costões" de pedra.

Na lagoa, os principais pontos recebem um nome, são as camboas, lugares propícios para a pesca. Quando estão no Camacho, aqueles que se dedicam à pesca na lagoa procuram os locais nos quais o peixe se cria, como nas camboas,

onde se alimenta no "meio do junco, da taboa e do piri". Na praia, os pescadores vão até a "lagamar", que é considerado fundo (3 a 4 m de profundidade), somente quando usam embarcação. Na parte chamada "coroa" (rasa), costumam tarrafear ou colocar as suas redes. Na "praia", que é a areia, têm os seus ranchinhos.

Os pescadores dizem que antigamente podiam passar todo o ano no Rio Grande do Sul apenas se deslocando da Lagoa dos Patos para a Lagoa Mangueira, por exemplo. Mas com as determinações legais de restrição à pesca durante os períodos de reprodução das espécies, criam-se momentos de tensão pela falta de trabalho no Camacho, principalmente no inverno se a barra estiver fechada. Esta tensão pode ser percebida nas falas e atitudes dos "camacheiros" quando não está "dando" peixe: dizem que hoje está tudo mudado, já não há abundância de peixes, seja devido à ação dos "grandes barcos que têm redes mecanizadas e acabam com a produção porque não deixam o peixe se criar", seja por culpa do governo que não tem uma política de financiamento para o "pequeno pescador" para que possam melhorar suas "artes de pesca" e, por conseguinte, aumentar a produção.

No calendário a seguir tentei resumir as principais safras de peixe no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Camacho). Como podemos observar, existe uma complementaridade (Godoi, 1999) entre o calendário pesqueiro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o que possibilita a migração que ocorre anualmente, da qual falarei no próximo capítulo. Este calendário tem como objetivo mostrar como se dá a complementaridade entre as safras nos dois locais.

No calendário, optei por não separar as safras por lugar de pesca, lagoa ou mar, pois observei que não são espaços excludentes. Há uma dinamicidade e sincronicidade no uso destes locais que lhes confere importância semelhante. Na atividade da pesca, os pescadores do Camacho levam em consideração todas as possibilidades de trabalho, pois o uso do espaço não está pautado numa idéia compartimentalizada da localidade.

O calendário identifica as safras escolhidas pelos pescadores para compor os ciclos da pesca na localidade do Camacho e no "Rio Grande". Há várias safras ao longo do ano, o que mostra que a atividade pesqueira está sempre presente. Em alguns períodos, como o verão no RS, há safras bastantes produtivas; noutros, como o inverno no Camacho, pesca-se praticamente para comer. Porém, presenciei situações em que os pescadores vendem até mesmo um peixe ou apenas alguns quilos para as peixarias ou vizinhos.

Pelo calendário pode-se também perceber que as safras que mais rendem financeiramente, a da tainha e a do camarão, acontecem tanto no Camacho como no "Rio Grande". Porém, no Camacho a safra da tainha, que seria feita no mar, não tem produzido satisfatoriamente.

No calendário, observa-se que há pescas que acontecem somente no Camacho, como a do siri, pampo, papaterra, peixe-rei, enchoveta, tainhota, marisco, maçambique e a minhoca para isca. No RS, os pescadores dizem que não é possível "tirar minhoca" nem marisco. Peixes como pampo, papaterra, peixe-rei, enchoveta e tainhota são pescados no Camacho para a alimentação das famílias ou para uma comercialização pequena e direta nas peixarias da localidade.

QUADRO 1
CALENDÁRIO DAS SAFRAS EM SANTA CATARINA
E NO RIO GRANDE DO SUL

SAFRAS	Verão						Inverno					
	nov	Dez	Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out
Tainha				Δ	Δ	Δ	• Δ	•	•			
Corvina	• Δ	• Δ	• Δ	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Enchova	•							Δ	Δ	Δ	•	•
Linguado								• Δ	Δ			
Mangona		•	•									Δ
Papaterra Peixe-rei	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Pampo							•	•	•	•	•	•
Bagre	Δ •	•	•	•	•	•	•	•	•	Δ •	Δ •	Δ •
Camarão	•	•	•	Δ	Δ	Δ	Δ					•
Siri	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Enchoveta Tainhota	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Traíra Jundiá Cará, Cascudo	•	•	•	•	•	•	•	•	•	Δ •	Δ •	•
Carapicu							•	•	•	Δ •	Δ •	•
Marisco Minhoca	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Maçambique	•										•	•

Legenda: Δ safra no RS.

• safra em SC.

Fonte: FARIAS, Márcia R.C. *A pesca e a sazonalidade no Camacho - SC: um estudo de modos de vida em deslocamento*. Florianópolis: UFSC, 2001.

A safra da tainha⁶¹ é significativa para os pescadores no RS, mas no Camacho esse peixe “não tem passado próximo da costa”, o que dificulta o uso das parrelhas de praia. A tainha sai da Lagoa dos Patos ovada a partir da “primeira lua minguante de maio” e entra para o mar em direção ao norte desovando; é também “corseira – corre o corso”. Na volta, do norte para o sul, vem magra, “tipo facão”, entra na barra da Lagoa dos Patos para engordar e, no inverno, sai novamente.

A safra da corvina tem o seu momento importante em Araranguá-SC, local onde a corvina “encosta num pesqueiro” (cascalho submerso) para onde as parrelhas de praia se deslocam (também o fazem para as praias de Laguna – Praia do Gi). Os pescadores dizem que no Camacho não está mais “dando” corvina “na praia”, pois ela está passando mais para o fundo, onde as suas embarcações não chegam. No RS, é possível matá-la na Lagoa dos Patos. Na Lagoa do Camacho e da Garopaba do Sul, pode ser pescada durante todo o ano, mas principalmente no inverno.

A enchova foi citada pelos pescadores, mas a sua safra não tem sido grande no Camacho ou no RS para as “parrelhas de praia”. Na Lagoa do Camacho e da Garopaba do Sul, os pescadores matam-na quando está em fase de crescimento e é chamada enchoveta.

O linguado tem sido capturado por uma “parrelha de praia” na Lagoa dos Patos. No Camacho, a sua produção é eventual; geralmente o matam nas “redes de calão”. A mangona também tem sido capturada eventualmente porque é um peixe “de fundo”.

Peixes como papaterra e peixe-rei aparecem no Camacho quando o vento é nordeste e o mar fica barrento e sujo (cor de ferrugem), porque bóiam e na água clara “perfundam” mais, podendo ser pescados “todo o tempo” na lagoa.

⁶¹Mussolini (1980), esclarece que “A tainha é um peixe do mar da família dos Mugilídeos. Cria-se, porém, em água doce e vive, durante algum tempo, na água salobra das embocaduras; depois vai para o mar. Observações mais acuradas vieram desfazer a impressão de que este peixe entrava para às lagoas, rios e estuários para aí desovar. Se isto é verdade para outros peixes, não o é para a tainha que, se entra efetivamente nesses lugares, é por questões exigidas pelo seu próprio desenvolvimento (primeira fase de sua vida). Esta permanência coincide com os meses de verão. Caiam, porém, os primeiros minuanos, trazendo-nos os frios andino (o que sucede em abril) e as tainhas retiram-se das numerosas lagoas do sul brasileiro, para, como se diz em Santa Catarina, “correr o corso”. É o “peixe da corrida” da Ilha. Saindo ao mar, a tainha já vem ovada e gorda, fornecendo as apreciadas ovas de tainha. É nessa corrida que se dá o fenômeno da piracema: postura dos óvulos pelas tainhas fêmeas, expulsão do sêmen pelos machos e fecundação de uma parte mínima dos primeiros. É a tainhota gerada nessa ocasião que se recolhe, depois, para a água doce. E o ciclo continua”. Por fim, a autora salienta que todo o ciclo da tainha é de conhecimento do pescador, menos a designação científica, o que também pode ser dito a respeito dos pescadores do Camacho. Mussolini também se refere ao fenômeno da desova como piracema, nome utilizado pelos índios, que significa grande quantidade de peixes ou peixes aos saltos.

O papaterra, segundo os pescadores, "choca" nos buracos, desova no mês de janeiro.

A tainha, a enchova, o peixe-rei e pampo são peixes que "param em costões" de pedra. Os três primeiros são peixes que "se vê" de longe, quando cerca "põe na certa"; já a corvina é um peixe que se "pega no escuro".

Peixes como a tainha, enchova, linguado, papaterra, peixe-rei, pampo e mangona vêm do sul para o norte. A corvina, ao contrário, vem do norte para o sul, e desova correndo o "curso".

É proibido pescar o bagre a partir do mês de janeiro. Os pescadores contam como acontece a reprodução deste peixe: "[...] o bagre também desova na lagoa, entra na lagoa prá desova – o bagre desova nesse tempo, mês de janeiro, a bagra põe o ovinho e o bagre ajunta, descasca o peixinho na boca do bagre e vai com ele[...] e vai indo, depois ele se solta e se criam tudo. Não é a bagra que trata deles, quem trata é o bagre macho, a bagra põe ovo!" ("Seu" Vítor Laureano).

Além disso, também dizem que quando começa a sair o esporão do "bagrinho" e espetar a boca do bagre, ele solta os filhotinhos e, se passar em meio aos filhotes e estes não se defenderem, o bagre os coloca novamente na boca até que se possam defender. O bagre pode ser capturado na Lagoa do Camacho e Garopaba do Sul durante todo o ano.

O camarão é uma importante fonte de renda para os pescadores, seja no Camacho ou quando vão para o Rio Grande do Sul, pois o seu preço é alto. Os pescadores do Camacho geralmente "matam" o camarão em duplas; muitos dormem apenas duas ou três horas por noite, pois passam todo o tempo "cocando" na lagoa. Há locais propícios para "matá-lo": nas camboas, na boca do rio, costa da Cigana, buraco da vaca ou Poço do bote na Cigana, Ponta da Aroeira, Ponta Grossa (Ilha do Cabrito), costa da Garopaba, Travessão e costa do campo (Toco). O camarão é pego à noite porque "levanta prá saí pro mar, de dia se enterra, à noite ele alevanta, come à noite. Fica na lagoa quando recém nascido e vai pro mar quando já tá bem criado". Para que a safra do camarão seja "boa" não pode chover demais no inverno, pois se isto acontecer as lagoas ficam muito cheias e não salinizam, impedindo que o camarão entre para se criar na água salobra.

O siri "dá todo o ano", mas principalmente no verão. Apanham-no na lagoa do Camacho com cove, coquinha de siri ou nas redes que colocam para "matar" outros peixes. No inverno, os siris estão ovados, mas ainda assim são

consumidos, embora em pouca quantidade, pois são poucas as pessoas que sobrevivem da sua venda ou da venda da carne retirada deles. Os pescadores consideram que é muito “trabalhoso” pegar siri. É preciso “correr os coves” pelo menos três vezes ao dia e é necessário uma caixa de siri para dar em torno de cinco quilos de carne. Se vendido inteiro seu preço é baixo. Algumas mulheres retiram a sua carne e vendem-na na própria comunidade para os donos de restaurante e pessoas que fazem salgados.

Os peixes de água doce – traíra, carapicu, cascudo, jundiá e cará – desovam a partir de outubro no próprio lugar no qual estão, no caso as lagoas, local para onde os pescadores também se deslocam. Na Lagoa Mangueira, no RS, podem ser pescados somente nos meses de agosto e setembro; a partir de outubro começa o seu período de defeso. Nas Lagoas do Camacho e Garopaba do Sul, a sua pesca pode ser feita durante todo o ano, com exceção do carapicu, que tem a sua safra no inverno.

O marisco “pode ser colhido todo o ano, na pedra, quando a maré baixa”. É uma atividade realizada principalmente por mulheres, “os homens colhem quando não tem pesca”. Para colher marisco vão ao “ilhote” e utilizam uma pá para o tirar das pedras. É considerado um trabalho de risco, pois se a pessoa descer muito nas pedras pode escorregar ou mesmo ser carregada por uma onda.

Para tirar minhoca⁶² da areia da praia, utilizam um facão com a ponta cortada ou uma pá. Esta, entretanto, é proibida. Guiam-se pela tabela da maré e pelos comentários sobre o tempo (maré, ventos) veiculados pelas emissoras de rádio ou pela observação direta, no caso dos pescadores que fazem este trabalho não apenas no seu local de moradia.

Esta não é uma atividade regulamentada, mas o IBAMA já expediu licença para um grupo da comunidade de Garopaba do Sul que havia sido preso tirando minhoca e resolveu lutar para conquistar o direito de fazer este trabalho. Ao final de cada mês, este grupo entrega um relatório com o número de pedaços de minhoca que foram retirados e o lugar (praia) de onde foram extraídas. A licença foi concedida desde a praia de Imbituba (SC) até Passo de Torres (RS), pois a minhoca só existe da Garopaba do Sul para baixo (praias do sul). Quando a estão tirando, devem portar a licença do IBAMA, a carteira da Colônia de

⁶² A minhoca é vendida como isca para o uso de pescadores amadores. É uma atividade realizada por um pequeno número de pescadores do local.

Pescadores e a Carteira da Capitania dos Portos. A exigência de toda esta documentação impede que os pescadores se preocupem em solicitar tal licença, pois muitos têm apenas as duas primeiras carteiras ou apenas a da Colônia de Pescadores. Além disso, caracteriza-se como um trabalho que ocorre em determinada época do mês, dependendo da maré baixa e do vento nordeste.

Para ser tirada, além da pá ou facão, os "minhoqueiros" utilizam isca (miúdos de frango, carne) que é colocada num saquinho feito com tela plástica, o qual é arrastado pela areia. Quando a minhoca "aponta a cabecinha" o facão ou pá é enfiado rapidamente na areia, levemente inclinado em posição perpendicular ao corpo da minhoca. Esta é então colocada num "pote" feito com garrafa plástica de refrigerante cortada pouco acima da metade. São feitos dois furos no plástico pelos quais é colocada uma corda que permita trespá-la pelos ombros. Para matar a minhoca, colocam álcool, lavam para tirar a areia e depois a cortam em pedaços, que são embalados de dez em dez e congelados. As minhocas são vendidas nas plataformas de pesca e os pescadores amadores costumam comprá-las e acondicioná-las em isopor para uso como isca.

O maçambique é retirado na areia da "praia" principalmente pelas mulheres. É "uma conchinha". Para pegá-lo cava-se na areia; "quando vem a maré ele pára na frente" e entra na coquinha, pequena rede de um metro de comprimento por cinquenta centímetros de altura, usada nesta atividade. Quando a "maré é seca tão em cima, na maré alta fica enterrado". Carregam o maçambique em balaios, baldes etc., cozem-no, descascam-no e vendem-no por quilo.

3.2 AS ARTES ⁶³ DE PESCA

Lopes (1976, p. 36), ao descrever o trabalho nas usinas de açúcar, ressalta a categoria *artista*, utilizada pelos operários para denominarem os trabalhadores que sabem *fazer as peças* – "o fazer do artista ressalta o aspecto artesanal de seu trabalho no sentido de ver sua obra acabada após ter percorrido ele próprio as etapas necessárias à sua realização". O autor assevera ainda que

⁶³ Na obra *Manual de Etnografia*, item *A pesca*, Mauss (1993, p. 71), faz um resumo dos tipos de instrumentos utilizados pelos pescadores, dizendo que "a pesca estudar-se-á como a caça, segundo as armas utilizadas, segundo as espécies perseguidas".

“o acesso à categoria depende de um longo período de aprendizagem e prática” (*Ibid.*, p. 38).

Quando os pescadores denominam seus instrumentos de trabalho como “artes”, estão dizendo que dominam a forma de fazer que possivelmente aprenderam com a pessoa que os iniciou. O fazer uma rede, por exemplo, é apreendido num processo de troca que acontece nas relações familiares, passando de geração a geração; o aprendiz torna-se artista quando domina a forma de fazer o instrumento, o que permitirá a continuidade do *ser pescador*: “Produtor de uma obra acabada tangível, ao alcance mais imediato das suas mãos – peças acabadas –, o artista, além disto, contempla todos os dias a sua própria obra” (Lopes, 1976, p. 57). A posse da sua arte, segundo Lopes (1976), habilita o artista ao controle do processo produtivo.

O ser artista passa, então, pelo domínio de uma técnica. Segundo Mauss (1974), a técnica é um ato tradicional eficaz, que não difere do ato mágico, religioso e simbólico. A tradição cria a técnica e faculta a sua transmissão, processo que distingue o homem dos animais. Para Mauss (1974), o ato tradicional da técnica é um ato de ordem mecânica, física ou físico-química, sendo o corpo o mais natural objeto técnico. Sendo assim, o pescador visto como aquele que domina uma arte, a arte da pesca, usa o seu corpo como objeto técnico, elabora os seus instrumentos de trabalho e tem o domínio do saber-fazer. Não somente faz as artes, como também precisa saber usá-las a partir de técnicas corporais específicas.

Para Duarte (1999, p. 90), a categoria arte, entre os pescadores de Jurujuba (RJ):

[...] nominaliza a percepção do trabalho, típica de uma relação de apropriação real, ou seja, daquela em que os meios de trabalho se encontram ainda na medida dos portadores da força de trabalho, dependentes desse instrumento subjetivo da produção, que é o domínio 'intelectual' sobre a ferramenta e, portanto, sobre o processo de trabalho. Um domínio que articula como uma totalidade a própria percepção do processo e do produto dele resultante. Totalidade da participação do trabalhador junto aos meios de produção; totalidade do processo de produção enquanto percepção do trabalhador.

Os pescadores do Camacho utilizam várias artes de pesca, sendo que, para cada tipo de pesca, é usada uma arte diferente. Há artes que o pescador leva junto com ele para qualquer lugar, como a tarrafa, e artes que precisam ser

transportadas, como as embarcações. Estas, entretanto, geralmente não são feitas pelo próprio pescador.

As redes são artes de pesca confeccionadas a partir de fios de nylon fixados por malhas, tendo aberturas regulares, a partir de duas cordas: uma com cortiça, outra com chumbo. Há vários tipos, variando-se a malha conforme o peixe seja grado (graúdo) ou miúdo, bem como o tamanho conforme o lugar da pesca. Para a pesca da tainha, o "lanço", utiliza-se uma rede chamada feiticeira⁶⁴ porque possui três panos (três redes num cabo só): os dois de fora feitos com "malhão" 45 e o pano do interior (meio) de malha 10.

Na parelha de praia é utilizada uma rede de um só pano com dois cabos – um para a cortiça e outro para o chumbo. Mede, aproximadamente, mil braças⁶⁵ de comprimento e seis braças de altura. Pode ser feita com diferentes malhas para que "mate" peixes de vários tamanhos. Há também uma rede para cada tipo de peixe.

A rede de "calão" é utilizada na praia. É composta de um "pano" com o tamanho da malha, maior ou menor conforme o peixe (tainha, corvina, pampo etc.) que se quer "matar", e por dois cabos (um para a cortiça, outro para o chumbo). O seu comprimento varia entre vinte a trinta braças. O próprio pescador a coloca na "praia", amarrando um de seus cabos em duas estacas na areia e o outro cabo no "calão" (ferro) que fica dentro do mar. Na "praia", os pescadores que utilizam esta rede têm um "ranchinho" feito de madeira onde costumam ficar quando põe a rede à noite. Nestas horas utilizam colchão e um lampião com botijão pequeno de gás (liquinho). No caso de guardarem rede, colchão etc., neste "ranchinho", mantêm-no fechado com corrente e cadeado. Os pescadores podem colocar esta rede pela manhã e, à tardinha, vão dar uma olhada e já "despescam" o peixe que "mataram". É uma rede utilizada durante todo o ano, mas principalmente no inverno.

A tarrafa é uma rede de pesca circular com chumbo nas bordas e amarrada ao centro. É arremessada aberta. Segundo os pescadores, "é uma arte que anda com a gente". Há tarrafas para "matar" camarão que possuem uma malha mais miúda e uma roda de vinte e duas braças; para "matar" peixes é utilizada uma malha mais graúda e uma roda de dezoito a vinte braças. Há dois

⁶⁴ Mussolini (1980) refere-se a esta rede como também chamada de *orbitana* ou *rede de português* no litoral paulista. Porém, a rede feiticeira teria sido substituída pelo tresmalho que, tendo-se originado da primeira, difere por ser composta de um único tipo de malhas. O modo de cercar, porém, é semelhante.

⁶⁵ Uma braça, segundo os pescadores, mede aproximadamente um metro e meio.

tipos de tarrafa – a de argola e a de rufo. A primeira é usada para “matar” grandes quantidades de peixe (até 300 peixes) – cardume, porque o pano “fica em rufo”. A segunda, de rufo, é usada para “peixe ralo” – em menor quantidade porque o rufo é pequeno.

É usada na “praia”, no ilhote ou na barra. Para pescar com tarrafa, o pescador fica observando a água para ver o peixe através do seu movimento ou da mancha escura que forma; só então a tarrafa é arremessada. É também possível arremessá-la “no escuro”. Os profissionais somente atiram a rede quando estão seguros de obter sucesso, e praticamente em todas as vezes conseguem “matar” peixe. Para “tarrafejar” na barra é preciso que esta esteja aberta; do contrário, mesmo que “matem” algum peixe, serão de pequenos cardumes que acaso estejam de passagem para o mar. No caso da pesca na praia e no ilhote, também ali certas condições têm de ser observadas para que ela ocorra. O mar não pode estar muito agitado, como em dia de “rebojo” (vento sul), ou muito “sujo”, como em dia de vento nordeste.

A coca é uma rede utilizada para a pesca do camarão na lagoa. É uma arte de arrasto, única de arrasto permitida na lagoa. Ela tem o formado de uma garrafa, ou seja, na “boca” mede duas braças e meia e possui um calão (cabo de madeira) de cada lado e vai afunilando como o gargalo de uma garrafa, formando o saco onde o camarão fica armazenado. No calão é amarrado o puxador que, por sua vez, é colocado em volta do corpo (parte da barriga) da pessoa que a esteja arrastando. Mede quatro braças de comprimento. É puxada em dois e na bateira vai o lampião a gás (liquinho), pois é necessária uma luz para atrair o camarão. Também há uma coca utilizada para pegar siri que costumam chamar de coquinha por ser em menor tamanho.

O aviãozinho é uma rede de espera no formado de um funil. Na boca há quatro cabos, um de cada lado, que se amarram em estacas colocadas na água, um em cima com a cortiça e outro embaixo com o chumbo. Mais ou menos na metade do funil há uma argola por onde o camarão passa e cai numa das três redes que existem na parte interna do aviãozinho, também em forma de funil, e em seguida uma outra abertura circular conduzindo ao saco que pode ser para vinte, trinta ou quarenta quilos de camarão, por exemplo. Esta rede é colocada à noite e deixam o lampião a gás aceso numa das estacas que a prendem para atrair o camarão; pela manhã vão colher o que foi pego. Esta rede é permitida no RS, na Lagoa dos Patos e proibida na lagoa do Camacho (Vide Anexos XI e XII),

pois "mata a criação". Mesmo assim, vários pescadores a usam, o que cria conflitos entre as comunidades vizinhas.

A linha é um instrumento de pesca feito com fio de nylon e anzóis, "um para cada tipo de peixe"; mede em torno de cem metros e possui três ou quatro anzóis. É de boleio: o pescador "boleia de trinta a quarenta metros", e em seguida é retirada na hora. O espinhel⁶⁶ é uma arte de pesca feito com linha de nylon e anzóis, também "um para cada tipo de peixe". É composto de três partes: a linha do "calão", espia de bóia ou chicote do espinhel, que mede em torno de cem metros, fica em terra e é amarrada ao "calão" (ferro) colocado em terra e a uma bóia que fica na água; a madre, que pode medir até mil metros e na qual de meio em meio metro ou a cada metro é colocado um anzol; a linha, que mede também em torno de cem metros e liga a madre à garatéia (ferro em forma de aranha feito de chumbo e arame). Geralmente, o espinhel possui entre 150 e 200 anzóis; no Camacho costumam medir em torno de 300 metros. É utilizado tanto na praia quanto na lagoa. Na "praia", deve ser colocado conforme a água corre: se estiver correndo para o sul, puxa-se para o norte, "tem que trabalhar sempre em popa das águas". Ao contrário da linha, o espinhel é amarrado, podendo ser tirado no dia seguinte.

O cove é uma arte utilizada para a pesca do siri e peixes na lagoa. É feito com dois arcos de arame e forrado com rede. Possui buracos nas bordas, por onde o crustáceo ou peixe entra, atraído pela isca (pedaço de peixe). Há também coves feitos de taquara e rede. Todos esses materiais, com exceção das embarcações, ficam guardados na casa do próprio pescador em locais também chamados de ranchos, totalmente fechados.

A "batera" é uma pequena embarcação de madeira de fundo chato que mede aproximadamente quatro metros de comprimento e um metro e meio de largura (essa medida varia, pois existem bateras menores); é utilizada sem motor e conduzida com o auxílio da verga ou vara (espécie de remo, vara de bambu). São usadas pelos pescadores locais e transportadas para o Rio Grande do Sul durante a temporada de pesca neste Estado. Mesmo sem motor, é possível percorrer toda a lagoa com esta embarcação. Geralmente ficam guardadas em um dos portos do Camacho sob um rancho ou "no tempo", amarradas por uma

⁶⁶ Mussolini (1980, p. 231) refere-se ao espinhel como a "forma de pescaria que se encontra desde o Amazonas até o extremo sul do Brasil", sendo de origem portuguesa. A autora também descreve como a "arte de pesca" é utilizada.

corrente com cadeado. No Camacho, há duas pessoas que fazem e consertam bateiras.

O bote é uma embarcação de madeira de "fundo chato e redondo"; é utilizada pelos pescadores do Camacho na lagoa, tanto em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul. Geralmente é deixada neste último, devido aos altos custos de transporte – e somente as bateiras são transportadas todos os anos. O bote possui motor, leme, caixa para gelo e armazenamento de peixe, uma barraca que serve como cozinha e dormitório e um "ferro" (âncora). Pode igualmente ter energia a bateria, televisão e rádio amador. Mede aproximadamente sete metros de comprimento e dois metros e meio de largura, alguns mais do que isto. Quando não ficam guardados em ranchos ou em galpões de alvenaria, são deixados no porto. Os botes usados no Camacho são, em geral, de duas a três toneladas e os botes usados no "Rio Grande" são de seis toneladas. Os botes são comprados novos de locais como a Cigana e Santa Marta em Laguna – SC.

A canoa é utilizada na parelha de praia (no mar), tanto em SC quanto no RS. Não possui motor, "é mais redonda e encurvada do que a batera, é como um fundo de telha". É transportada em cima de um caminhão, sobre quatro pneus grandes, e tocada a "rufo" com a utilização de quatro remos. Mede aproximadamente dez metros. Mesmo quando não está sendo usada, a canoa é guardada em cima do caminhão dentro de um galpão de alvenaria. As canoas utilizadas no Camacho foram compradas em Figueira – Laguna (SC). São feitas "dum pau só" (madeira de árvores como figueira, cedro, canela, guarapuvu e gavoura)⁶⁷; por ser proibido o corte destas árvores, não se tem mais fabricado canoas.

3.3 PARELHA DE PRAIA

A parelha de praia (Vide Anexo V) é composta pela canoa e seus acessórios (pranchas, estivas) e pelas redes. Nela trabalham o patrão ou encarregado, quatro remeiros, um chumbereiro, um cozinheiro – cuja função, quando migram, pode passar à esposa de qualquer um dos pescadores – e os proeiros, totalizando entre vinte a vinte e cinco trabalhadores. No Camacho, os "donos" de parelha de praia guardam os botes em galpões próprios; podem ter

⁶⁷ A canoa de um só tronco escavado é herança indígena segundo Mussolini (1980, p. 228).

redes para a pesca de cada uma das espécies, e possuem um caminhão para o transporte das "artes" de pesca.

3.4 PARELHAS DA LAGOA

Na pesca nas lagoas do Rio Grande do Sul (Lagoa dos Patos e Lagoa Mangueira) são utilizadas as parelhas de lagoa (Vide Anexo VI). A parelha é um conjunto de artes de pesca que, conforme a safra, varia. Para "matar" tainha é utilizado um bote e duas "bateras" com aproximadamente quinhentas braças de rede em cada uma ou apenas o bote e as redes. Para a pesca do linguado ou de peixes como a traíra e o camarão é utilizado apenas o bote e uma "batera" com rede, pois se trata de uma pesca de espera, ao contrário da pesca da tainha que é uma pesca de "lanço". Cabe salientar ainda que as redes utilizadas em cada uma dessas pescas são diferentes. Trabalham na parelha de lagoa o "dono", o cozinheiro e os proeiros, geralmente cinco pessoas em cada uma. No caso da pesca de "manjuada", trabalham apenas duas pessoas, dependendo também da quantidade de redes que o "dono" possui, tratando-se da pesca do camarão.

3.5 AS MODALIDADES DE PESCA

A pesca de "arrasto ou cerco" é realizada pela parelha de praia em SC (Jaguaruna; Laguna e Araranguá) ou no RS. Em Jaguaruna, esta pesca é feita em todo o litoral do município para matar peixes como a tainha e o papaterra que "dão no mar aberto". Em Laguna (Praia do Cardoso) "matam pampo e enchova" próximo ao ilhote, pois são peixes que ficam próximos a "costões".

O "arrasto" pode acontecer pela manhã ou à tarde, conforme o "mar estiver bom ou ruim". No primeiro dia em que acompanhei uma das parelhas do Camacho, não foi possível "cercar", pois o mar estava ruim – agitado, perigoso – e um dos "donos" da parelha disse que era melhor não arriscar. É o "dono" quem observa o mar e dá a ordem para fazer o arrasto.

Havíamos saído de casa em torno de treze horas e retornamos meia hora depois. Uma outra tentativa, foi-me dito, só seria feita no dia seguinte bem cedo. Às seis horas da manhã do dia seguinte fui encontrá-los a duas quadras de

distância do lugar onde estava hospedada. Dessa vez, foram com dois caminhões. Fui na cabine de um desses caminhões e nos encaminhamos pela estrada da Cigana rumo ao "ilhote", na Praia do Cardoso (Laguna).

Chegando lá, os proeiros desceram e já foram retirar a canoa de cima do caminhão. Para ser retirada do caminhão, primeiro colocaram duas pranchas com ganchos na parte traseira da carroceria, depois empurraram a canoa um pouco para fora, deslizando-a sobre os quatro pneus nos quais estava apoiada. A seguir, o caminhão foi conduzido para frente e fez com que a canoa escorregasse até alcançar as estivas na areia. Sobre essas estivas, os proeiros a deslocaram sem que fosse preciso levantá-la. Tanto a prancha quanto as estivas são enceradas com sebo para que a canoa possa deslizar sobre elas.

Antes de iniciar o "cerco", colocaram os cabos enrolados na canoa e verificaram se estava tudo arrumado para "sair". Para colocar a canoa na água, o grupo a foi deslocando sobre as estivas⁶⁸ até alcançar a água. Somente tiveram de a empurrar, todos juntos, quando estava dentro d'água. Dentro d'água, subiram os remeiros, o chumbereiro e, por último, o patrão. Este é o responsável na popa pela canoa; o patrão "tem que conhecer bem o mar" porque é ele quem comanda a passagem pela "quebração" e observa o momento de uma "vaga para sair", até atingir o "liso" (lá fora). Se o mar estiver ruim, na entrada e na saída o chumbereiro tem que segurar o cabo para a canoa não "correr", ou seja, o chumbereiro faz duas voltas com o cabo no segundo banco após a popa quando vem o mar (a onda) e o solta na "vaga" (quando não há onda). Este cabo, portanto, é solto ou enrolado conforme a necessidade, fazendo com que a canoa se mantenha alinhada e não se atravesse, pois do contrário ela vira. Aguardaram na beirada da coroa (parte rasa) para "passar o tombo" e atingir o lagamar (parte funda, mais ou menos três ou quatro metros) que é um corredor onde o peixe fica e onde é solta a rede.

Mal chegados lá fora, o chumbereiro (que também precisa conhecer bem o mar) começou a soltar a rede pela esquerda da canoa, o que fez sem precisar segurá-la, pois a rede é "colhida" arrumada de forma que, com o movimento da canoa, vai como que escorregando após o chumbereiro lançar a sua primeira parte na água. Soltaram a rede e foram dobrando para fazer o "cerco" (movimento de semi-círculo) até saírem do outro lado. Os remeiros

⁶⁸ As estivas vão sendo trocadas de lugar logo que a canoa é deslocada, ou seja, as que estavam na parte de trás vão sendo postas na frente.

conduziram os remos sob a orientação do patrão que os manda "agüentar prá trás" (remar para trás) quando não "dá vaga", não dá para passar pela onda, e "agüentar prá frente" (remar para frente) quando dá a vaga.

Inicialmente, os proeiros ou "puxa cabo" seguraram o cabo da rede que ficou em terra. Quando acabou o "lanço", a metade do grupo de proeiros foi para o outro cabo e, então, começaram a "puxada da rede" que alterava ritmos: ora era feita com calma e num ritmo constante, ora era feita com mais vigor e de forma mais acelerada. Enquanto a rede foi puxada, a canoa ficou na praia. Para puxar a rede, usaram uma puxadeira feita de lona que é transpassada pelo corpo na altura da barriga e é amarrada à rede por uma corda. A cada troca de lugar do proeiro, o que acontecia um a um, desfazia o nó da puxadeira e o fazia na outra parte da rede, e assim sucessivamente. Quando a rede estava mais próxima da praia, a necessidade de esforço foi ficando maior, pois a mesma começou a pesar. Enquanto isto, duas duplas de pescadores também do Camacho, que não estavam participando deste arrasto, colocaram duas redes pequenas "na sobra da rede grande" para pegar os peixes que escapam desta⁶⁹. Quando a rede grande estava próxima da praia, começaram a puxá-la com mais força e, ao sinal do "dono", todos a puxaram juntos, ficando lado a lado. "Mataram" em torno de 400 quilos de peixe, principalmente pampo.

Antes de "despescarem" fizeram um intervalo para tomar café, do qual também participei. Para isso, todos ficaram juntos. Em seguida, iniciaram a "despesca". Os peixes foram separados por tipo, pois apesar da rede ser para pampo, outros peixes podem ser pegos, desde que "dê na malha da rede". Os peixes foram separados, colocados no jererê (espécie de sacola feita com corda trançada), lavados ao mar e armazenados em caixas plásticas.

Terminaram a "despesca" e logo o outro caminhão saiu em direção à Praia da Barra do Camacho para fazer o outro "lance" e "matar peixes no mar aberto". Continuei acompanhando o pessoal que estava na Praia do Cardoso. Colocaram a canoa em cima do caminhão, deslizando-a sobre as estivas até que ela alcançasse as pranchas apoiadas na traseira do caminhão. Neste momento, todos empurraram a canoa para cima. Depois, dois homens foram para dentro da canoa em cima do caminhão e começaram a colher a rede que os demais foram ajeitando, em terra. Foi uma tarefa demorada, pois me explicaram que o cabo do

⁶⁹ Mussolini (1980) faz referência às *redes de forro* como redes de costa que são lançadas por fora daquela primeira que empreendeu o cerco.

chumbo da rede se enrolou, o que não acontece sempre, e fez com que eles perdessem tempo, já que a rede tem que ser colhida de forma correta para que fique pronta para outro "lanço". Quando terminaram esta tarefa, voltamos pela mesma estrada, para o Camacho. Quando entramos na Estrada Geral, logo paramos em frente a duas peixarias do local e o peixe foi vendido.

Desta mesma forma é feito o "arrasto" em Araranguá e no Rio Grande do Sul, mas em períodos diferentes e também para diferentes safras. No primeiro local é realizada a safra da corvina e no segundo a safra da tainha.

A pesca com a coca também é uma pesca de arrasto. É realizada geralmente à noite, pois o camarão é atraído pela luz que vai sendo conduzida pela bateira. O trabalho é feito por dois pescadores com uma bateira. Na safra também são os mais "ladinos" que conseguem matar uma boa quantidade de camarão.

A pesca de "lanço" é realizada no RS – Lagoa dos Patos, na safra da tainha⁷⁰. Na lagoa pescam onde está o peixe; não há ponto fixo. Segundo os pescadores, "alguns rondam mais, passam a noite procurando, os mais ladinos pescam mais". A tainha é um peixe que se vê: enxergam-na a pular, a correr, quando há um "roxão" n'água ou quando sua barriga, que é mais clara, aparece sobre a água. No instante em que a avistam, o "dono" dá ordem para cercá-la. Primeiramente, os proeiros vão para as bateiras que são conduzidas amarradas ao bote e com redes. Em cada bateira vão dois proeiros: um na popa (popeiro) e outro na proa (chumbereiro). Uma das bateiras é solta e vai por um dos lados do bote, a outra bateira vai pelo outro lado. O popeiro rema enquanto o chumbereiro solta a rede pela esquerda da embarcação e a outra bateira solta a rede pela direita da embarcação. Fazem o movimento até fechar um círculo a partir do ponto em que saíram. Quando estão terminando de soltar a rede, fecham o círculo com a forma de um caracol em cada uma das pontas até ao fim da rede, fazendo o "gancho". No meio do "lanço" o bote faz barulho com o motor "girado" (ligado) para fazer o peixe "malhar"⁷¹. Durante o dia, esperam em torno de quinze minutos até o peixe "malhar" e, à noite, vinte minutos. Depois deste tempo, cada bateira colhe a sua parte da rede no sentido inverso ao que soltou até chegar ao bote. Se a rede estiver cheia, é recolhida com tudo; se tiver pouco

⁷⁰ No Brasil, a pesca da tainha acontece do litoral do Rio Grande do Sul ao Pará, sendo a "mais generalizada e que provoca maior interesse" (Mussolini, 1980, p. 236).

⁷¹ Mussolini (1980, p. 227) ressalta que a técnica de bater na água para assustar a tainha já era usada pelos índios e seu uso é muito generalizado pelo Brasil. Fala sobre a *pesca de abalo* realizada na Bahia e *pesca de tróia* em São Paulo, onde também se utiliza esta técnica para *emalhar* o peixe. Os pescadores do Camacho fazem o motor do bote girar para que o peixe se assuste e *malhe*.

peixe já vão “despescando”. Pegando a rede com tudo, vai ser despescada no “seco” (terra) ou “coroa” (local raso); o cozinheiro e o “dono” também ajudam neste momento. Após a despesca, colhem as redes já as arrumando novamente nas bateiras. Se o “lanço” for feito à noite, usam farol de milha no bote para que os proeiros não se percam na hora de soltar a rede.

Outra forma de realizar a pesca da tainha é usando rede alta. A rede usada no cerco que descrevi acima seria a rede baixa. Para a pesca com a rede alta é usado somente o bote. Os pescadores vão largando-a e fazendo o cerco com o bote até fechar um círculo; no final do círculo fazem o gancho. Os procedimentos de “despesca” são semelhantes.

No bote cabem, em média, quatro mil quilos de peixe e mil quilos em cada bateira, quando as usam. Portanto, vão continuar lançando até que haja produção suficiente para entregar nas “salgas” – locais onde o peixe é vendido. Ficam em torno de oito dias “direto na água”. Neste tipo de pesca, não há hora certa para trabalhar, e portanto também não há hora para dormir. Isto pode acontecer às vinte e duas horas como às três horas, conforme achem o peixe – “a pesca não tem hora para acontecer, depende do peixe”. Alguns pescadores dizem que o “lanço” é feito geralmente à noite, pois não podem perder tempo já que há muita gente pescando na lagoa. Para dormir ou para cozinhar procuram o “reverso” – lugar mais raso e abrigado, a não ser que não haja perigo de temporal, por exemplo.

A pesca de espera é realizada no Camacho, diariamente, tanto na “praia” quanto na lagoa. Na lagoa não há ponto fixo, cada pescador coloca a rede onde achar melhor, já na “praia” cada pescador coloca em frente ao seu “ranchinho” ou num outro ponto. Para colocar a rede na lagoa saem, à tarde, em torno de dezesseis horas, soltam-na e depois a amarram no “calão”, podendo ficar com uma de suas pontas soltas. No outro dia, vão “despescá-la” pela manhã.

Para a pesca do camarão no RS – Lagoa dos Patos, seguem a mesma rotina, apenas com redes diferentes. Podem trabalhar de dois a quatro pescadores em cada parelha, número que varia de acordo com as artes de pesca que o “dono” possui. Geralmente cada pescador utiliza uma bateira com as redes que serão colocadas no final da tarde e retiradas pela manhã. Neste tipo de pesca não há necessidade de se levar um cozinheiro na embarcação, pois comem “no seco”. No caso das parelhas de camarão do Camacho, as mulheres que vão cozinham.

A pesca de caceio⁷² é realizada, eventualmente, na boca da lagoa no Camacho para "matar" papaterra e peixe-rei. Acontece quando sobe a maré com o "rebojo" (vento sul) e enche a lagoa. Nesta pesca, a rede fica somente com um dos seus cabos preso ao bote e o outro fica solto. O bote vai-se movimentando, enquanto os peixes se vão "malhando". Depois, fazem a "despesca". É preciso haver correnteza para que seja realizada, ou seja, só acontece quando a barra está aberta, pois é a água que leva a rede. Geralmente são dois pescadores que fazem este trabalho, que acontece durante o dia.

3.6 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS PESCADORES

Toda a produção dos pescadores do Camacho é vendida no próprio local, numa das cinco peixarias existentes. Nas peixarias, qualquer quantia é aceita, e se for um período de muita produção, os comerciantes encarregam-se de entrar em contato com as empresas para vender o peixe. Essas empresas costumam pegar a produção à noite e a transportam em caminhões de carga com gelo. Os donos de peixaria são os intermediários entre o pescador e as grandes empresas. Geralmente, cada pescador já tem o lugar certo para entregar o peixe: recebe um "vale" no seu nome e o que entregou é registrado num livro. Na hora do pagamento, que pode ser semanal, quinzenal ou mensal, os registros da peixaria devem "fechar" com os vales do pescador.

No "Rio Grande" o dono da parrelha de lagoa pode acertar antes ou no início da safra a venda da produção para uma empresa. Há empresas que compram no "seco" e outras nas salgás (água). Na safra do camarão, a produção é vendida no "seco", pois as empresas utilizam caminhões que vão buscar o camarão e levar gelo para as famílias. Também pode acontecer da empresa fornecer as redes e, no final, o dono pagá-las. A entrega de peixes como tainha, linguado, corvina, bagre etc., é feita nas "salgás". O pagamento de cada parte da produção entregue em qualquer um dos lugares pode ser acertado no ato ou ser registrado em um caderno, recebendo o "dono" um vale. Em relação à parrelha de praia, as empresas interessadas em comprar a produção costumam acompanhá-las.

⁷² Mussolini (1980, p. 233) descreve a pesca de caceio realizada nas costas paulistanas, semelhante à realizada no Camacho.

Quando trabalham em grupo, sejam duas pessoas ou nas parselhas de praia e da lagoa, recebem por partes. Os "donos" de parselha de lagoa fornecem o transporte, principalmente na ida, e a alimentação. Durante a safra, o cozinheiro e proeiros podem solicitar "vales" que serão descontados na hora do acerto, ao final do trabalho. Em relação a toda a produção, os proeiros recebem "uma parte", o cozinheiro recebe "duas partes" e o dono fica com a metade.

Desta forma, digamos que toda a produção da safra tenha rendido R\$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais). Deste valor, primeiramente são descontados os gastos com alimentação e com o combustível (óleo) que tenham somado, por exemplo, R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). As despesas com redes, motor, pintura e conserto das embarcações fica por conta do "dono". Então, dos R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) líquidos, a metade é do dono e o restante R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) é dividido em partes, de acordo com o número de trabalhadores. No caso das parselhas de lagoa, uma parte fica para cada um dos três proeiros, e duas partes para o cozinheiro. Nas parselhas de camarão, cada proeiro também fica com uma parte e o "dono" com a metade. Nas parselhas de praia, o "dono" recebe a metade, o patrão ganha cinco partes, o chumbreiro e os remeiros ganham duas partes, o cozinheiro ganha uma parte e meia e os proeiros ganham uma parte.

Mesmo que trabalhem apenas duas pessoas, como no caso da pesca de traíra, cará etc., na Lagoa Mangueira o proeiro continua recebendo uma parte, o mesmo também acontecendo nas parselhas que "matam" camarão, nas quais o número de proeiros também é menor. Na última safra (ano de 2000), tanto para a tainha quanto para o camarão, os proeiros receberam aproximadamente R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). Se o dono quiser, ainda lhes pode dar uma gratificação extra. Nas parselhas de lagoa, observa-se que trabalham famílias – o pai e os filhos e noutros casos até a mulher os acompanha. Isto faz com que os ganhos com a safra fiquem quase que totalmente com a família, pois contratam apenas um ou dois proeiros.

3.7 REGULAMENTAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

Para poderem exercer a sua atividade, os pescadores precisam de vários documentos. Para obtê-los, devem, em primeiro lugar, associar-se à

Colônia de Pescadores⁷³. Isto pode ser feito em Jaguaruna (Z-21) ou em Laguna (Z-14). Em Jaguaruna, estão associados aproximadamente duzentos pescadores, sendo sessenta do Camacho e os demais das localidades de Arroio da Cruz, Esplanada, Campo Bom, Balneário Arroio Corrente, Garopaba do Sul e Laranjal. Portanto, em todas estas localidades do município há pescadores, embora o maior número esteja no Camacho e na Garopaba do Sul. Os associados à Colônia pagam uma taxa de R\$ 10,00 (Dez reais) para inscrição e entre R\$ 20,00 (Vinte reais) a R\$ 30,00 (Trinta reais) por ano, o que dá direito à aposentadoria depois de trinta anos de contribuição.

Além da carteira da Colônia de Pescadores, devem fazer o Registro Geral de Pesca – RGP (Vide Anexo XIV), antiga carteira do IBAMA, que passou a ser expedida pelo Ministério da Agricultura a partir de janeiro de 2000 e encaminhada pela Colônia de Pescadores. Aqueles que quiserem pescar embarcados devem fazer também a carteira da Capitania dos Portos – CIR (Carteira de Inscrição e Registro), que exige que o pescador se inscreva na Capitania dos Portos⁷⁴ (Laguna) para fazer um exame de seleção que consta de prova de natação (nadar 25m), e prova de permanência flutuando. Passando neste teste, faz o “Curso Preliminar de Aqua-viários” para então receber a

⁷³ As Colônias de Pesca foram criadas em 1817 pelo rei de Portugal como primeira tentativa formal de organizar os pescadores. Nesta época, as Colônias eram consideradas como departamentos da Marinha e os pescadores eram vistos como contingente disponível para proteger o território nacional. Somente a partir de 1930 a preocupação governamental com a pesca se desloca dos objetivos políticos para os objetivos produtivos, passando a administração pesqueira do Ministério da Marinha para o da Agricultura, na Diretoria de Caça e Pesca. Durante o Estado Novo, a pesca voltou ao controle do Ministério da Marinha, sob a Comissão Executiva da Pesca, a qual transformou as Colônias em cooperativas; os pescadores deveriam vender sua produção somente através delas. Em 1945, as instituições ligadas ao setor pesqueiro voltam à jurisdição do Ministério da Agricultura. Em 1967, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, com o objetivo de legislar sobre as Colônias. Neste mesmo ano, o Decreto-lei n 221 estabeleceu que as Colônias de Pescadores, Federações e Confederação Nacional seriam reorganizadas e regulamentadas pelo Poder Executivo. Com esta determinação, as Colônias tornaram-se agências do governo federal junto aos pescadores, o que as descaracterizou como órgão de representação; foram indigitados dirigentes que na maioria dos casos tinham interesses diferentes dos pescadores, como funcionários públicos, aposentados da Marinha etc. Na Constituição Federal de 1988, os pescadores conquistaram o direito de livre associação, mudando o caráter de obrigatoriedade de filiação às Colônias que vigorava até esta data, mas em relação aos benefícios da Previdência e aposentadoria, os recolhimentos ainda são feitos através das Colônias. Também no caso de financiamentos concedidos pelo governo as Colônias exercem o papel de avalistas (Leitão, 1996). A lei n 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 criou o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) que passou a incorporar a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), segundo Tremel (1999). Desta forma, o IBAMA passou a ser responsável pela fiscalização da atividade pesqueira e a expedição das licenças para o exercício desta, tanto para profissionais quanto para amadores. No Estado de Santa Catarina, a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC), criada em 1968, tinha como objetivo fornecer assistência técnica e crédito ao pescador artesanal. Em 1991, esta associação passou a integrar a EPAGRI, limitando-se à assistência técnica, extensão pesqueira e aquícola (Tremel, 1999).

⁷⁴ Isto mostra que até hoje existe a influência do Ministério da Marinha nos assuntos ligados à pesca, já que o controle dos barcos e também a liberação para a pesca embarcada é feito por este órgão.

carteira. Os pescadores "antigos" que já tinham a carteira, apesar de não terem passado por estas etapas, têm o direito de renová-la anualmente.

Os pescadores que possuem a Carteira do IBAMA ou a Carteira da Capitania dos Portos há pelo menos três anos podem solicitar o seguro desemprego "do bagre" (três meses – janeiro a março) ou o seguro desemprego "da enchova" (quatro meses – dezembro a março)⁷⁵, devendo encaminhar este benefício junto à Colônia de Pescadores.

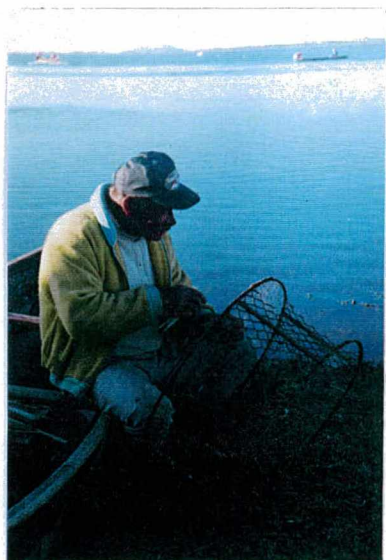
As mulheres de pescador e os filhos a partir dos dezesseis anos podem fazer a carteira da Colônia de Pescadores e o Registro Geral de Pesca. Isso permite o direito ao auxílio-maternidade para a mulher, além do seguro desemprego e direito à aposentadoria para ambos.

As embarcações utilizadas devem ser registradas na Capitania dos Portos por tamanho, nome e número, sendo feita uma revisão a cada dois ou três anos. Cada embarcação deve ter uma caixa de remédio, quatro ou cinco salva-vidas, dois fogos (um para o dia e um para a noite) e um extintor de incêndio.

Para pescar no Rio Grande do Sul os pescadores do Camacho devem ter registro na Colônia de Pesca⁷⁶ do município onde vão pescar, assim como apresentar comprovante de residência para obter a licença de pesca na Capitania dos Portos que, atualmente, está sendo expedida no mês de novembro.

⁷⁵ Portaria Federal 127 de 21/11/94 para a enchova e Portaria Federal 42 de 23/10/84 para o bagre.

⁷⁶ Colônia Z 1 em Rio Grande e Z 2 em São José do Norte.



3



4



5



6



7



8



9

Foto 3 – Seu “Loca”, na barra do Camacho, consertando cove. **Foto 4** – Seu Rosalino Ramos fazendo rede para a parrelha na qual é patrão. **Foto 5** – Seu Antenor Santana esperando o peixe para atirar a tarrafa. **Foto 6** – Nilton Quirino e seu filho Antônio Mendes Quirino indo colocar a rede na lagoa do Camacho. **Foto 7** – João Luis Vargas Schmitt, Cláudio Vargas Ramos e Aurélio Ramos Laureano, após a pesca na lagoa, arrumando a rede no bote. Ao fundo Fernando Quirino. **Foto 8** – Paulo Albino Ramos amarrando a rede de calão “na praia”. **Foto 9** – Pescadores de parrelha de praia tirando a rede, ao fundo o ilhote (Laguna-SC).

CAPÍTULO IV

4. A MIGRAÇÃO SAZONAL

No segundo capítulo, foi referido que a migração dos pescadores do Camacho para o Rio Grande do Sul é realizada há mais de cinquenta anos. Embora no passado houvesse abundância de peixes no Camacho, os pescadores relatam que iam para o "Rio Grande" porque lá conseguiam juntar um dinheiro, o que era difícil em Santa Catarina. Vários pescadores dizem que, graças ao trabalho no "Rio Grande", conseguiram adquirir bens, casas etc., pois lá a despesa é menor e recebem "tudo junto no final". O dinheiro que ganhavam no Camacho era consumido diariamente e não conseguiam guardá-lo. Entretanto, o que se observa na localidade é que os proeiros, em geral, não conseguiram melhorar suas condições de vida. Os patrões, que ganham mais "partes", conseguiram adquirir alguns bens, mas não se tornaram "donos". Os "donos", por sua vez, puderam assegurar um patrimônio mínimo para produzir.

Os pescadores costumam ir pela primeira vez para o Rio Grande do Sul em torno de 15 e 16 anos e esta é uma informação que fazem questão de enfatizar. Nas parselhas de praia há casos de meninos que vão a partir dos 12 anos, mas como ainda não têm condições de fazer o mesmo serviço de um adulto, realizam tarefas secundárias: enrolar cabos, lavar caminhão etc., ganhando por isto "meia parte".

São os próprios proprietários das embarcações que organizam os grupos das "parselhas". Na "parselha de lagoa", fazem parte dos grupos o "dono" e seus filhos e, eventualmente, o pai do dono ou a esposa. Para completar o número de proeiros pode ser escolhido um parente, um vizinho ou até mesmo alguém contratado no "Rio Grande", havendo mobilidade de proeiros entre estes grupos, como também observa Pessanha (1977) em relação aos pescadores de Itaipu. Na parselha de praia há os pescadores que trabalham diretamente na canoa, que geralmente são os mesmos. Os "puxa-cabo" são do Camacho e normalmente os pescadores mais velhos participam neste tipo de trabalho.

Portanto, a escolha dos proeiros não é feita levando-se em conta apenas considerações de parentesco em si, mas segue “[...] a busca de maximização de produção” (Tavares, 1975, p. 107).

Entre os pescadores do Camacho vemos surgir discordância, seja por brigas que ocorrem entre os pescadores da parêlha ou por outros fatores, como tive oportunidade de presenciar quando fui ao “Rio Grande”. Há nas “parêlhas” uma hierarquia. O “dono”, devido à sua autoridade, faz uma mediação entre a terra e a água. Esta mediação, já observada por Maldonado (1993, p. 47), mostra, segundo a autora, “a existência de duas éticas: a ética da igualdade quando estão no bote e a tendência ao individualismo que prevalece na sociedade e nas relações da terra a que também pertencem, e no mercado onde se distribui o pescado”, se no bote prevalecer a ética individualista, a produção fica comprometida. Na água as tensões e os conflitos devem ser minimizados através de um acordo tácito entre todo o grupo. Já entre os grupos que trabalham no “Rio Grande”, cria-se uma tensão devido à “rivalidade” entre gaúchos e “catarinhas” na disputa pelo espaço e pela produção.

O trabalho no “Rio Grande” é a maior oportunidade de rendimentos, tanto para o “dono” quanto para os “proeiros”. Os pescadores costumam dizer que o montante que um “dono” de parêlha ganha na safra, servirá para o sustento da família no restante do ano, além do rendimento obtido com o aluguel das suas casas durante o verão. Quando retornam para o Camacho, período em que “não há trabalho”, continuam pescando, mesmo que apenas para a alimentação diária.

Para os jovens do Camacho, especialmente os homens, a ida para o “Rio Grande” é uma oportunidade para conseguirem uma maior quantia de dinheiro. Segundo um dos rapazes do local, praticamente “toda a gurizada já foi”. Os que são filhos de “donos” de parêlha acompanham os seus pais e trabalham para a família no sentido de melhorarem as suas artes de pesca e obterem outros bens. Algumas famílias decidem em conjunto como será aplicado o dinheiro; há relato de rapazes que trabalhavam com a família e recebiam somente pequenas quantias, ficando por conta do pai a administração do que fosse obtido na safra. Há também os rapazes que trabalham nas parêlhas “dos outros” e recebem somente a sua parte. Geralmente são filhos de pescadores que eram proeiros e não tiveram condições de formar uma parêlha.

A migração sazonal para o “Rio Grande” está acontecendo, atualmente,

no período de janeiro⁷⁷ a maio para aqueles que vão para a safra da tainha (seja na lagoa ou na “praia”) e para a safra do camarão. Em torno de duas parselhas permanecem na Lagoa dos Patos – Rio Grande, para pescar na safra do linguado, corvina e bagre nos meses de julho a setembro. Há uma parselha que trabalha na Lagoa Mangueira, na safra de agosto e setembro para pescar traíra, carapicu, cascudo, jundiá, cará, peixes de água doce.

4.1 PARELHAS DE LAGOA

Para trabalhar nas principais safras (tainha, camarão) no “Rio Grande”, os pescadores do Camacho deslocam-se levando as suas famílias. Em alguns casos, as filhas mais velhas acabam não viajando com os pais, pois estudam ou trabalham. Se a mulher estiver trabalhando no Camacho, não vai ou viaja mais tarde. Há grupos que não levam as mulheres; tal é o caso daqueles que não “acampam” e permanecem sempre no bote, sendo que apenas dois grupos trabalham desta forma. Em todas as parselhas que pescam tainha, com exceção de uma delas na qual há a presença de uma mulher, a comida é feita dentro do próprio bote por um dos homens.

As viagens para o “Rio Grande” acontecem, à noite, em caminhões. Os pescadores e suas famílias vão embaixo de “botes ou bateras” cobertos por lonas. Para o transporte das “bateras”, uma vez que os botes geralmente ficam no Rio Grande do Sul, são alugados caminhões que cobram em torno de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) por viagem. Nestes são colocadas as “bateras” emborcadas, uma do lado da outra. Cada “parselha” organiza os materiais que serão transportados, e a maneira de o fazer. Como exemplo, uma das “parselhas” que não possui casa no “Rio Grande” carrega aparelhos eletrodomésticos (geladeira, fogão, máquina de lavar etc.). Geralmente atrás da cabine é transportado o motor do bote. As redes são colocadas nas beiradas da carroceria. Embaixo das “bateras” são colocadas “cambonas” para água, “cambonas” para óleo e botijão de gás vazios, além de caixas, malas e bolsas com roupas e, ainda, os colchões nos quais os “proeiros” e familiares do dono da parselha irão deitados.

O trajeto é feito em SC pela BR-101 e, após Porto Alegre (RS), vão pe-

⁷⁷ Os pescadores das “parselhas de lagoa” começam a viajar a partir do dia vinte de janeiro. A abertura oficial da safra no Rio Grande do Sul é no dia dois de fevereiro. Viajam antes para poderem organizar as suas casas e artes de pesca. As “parselhas de praia” costumam ir a partir de fevereiro.

la BR-116, passando pelos municípios de Camaquã e Pelotas; dali para o município de Rio Grande utilizam a rodovia BR – 471. Em Rio Grande, tomam a balsa na 4ª Seção da Barra em direção ao município de São José do Norte. Os que vão para a Lagoa Mangueira continuam pela BR – 471.

Alguns “donos de parelha” conseguiram obter suas embarcações através de financiamentos oferecidos pelas empresas que compram o peixe no RS. O empréstimo é pago, anualmente, com uma porcentagem da produção e até que a dívida seja quitada, a pesca é feita somente neste outro Estado.

Após a safra da tainha, as “parelhas” que permanecem para a safra do linguado, bagre e corvina dispensam os proeiros e, geralmente, ficam trabalhando somente os membros da família “dona” da parelha, pois a pesca usada passa a ser de “espera ou manjuada”, a qual exige um número menor de trabalhadores. No caso daqueles que vão para a safra do camarão, pode acontecer que as empresas paguem a ida e forneçam as redes, deixando ao “dono” da parelha a decisão, no final, quanto a ficar com o material utilizado ou não. Do contrário, o “dono” faz a viagem por conta própria.

Os grupos que trabalham com a pesca tipo “lanço” passam mais tempo na água. A maioria utiliza radioamador para se comunicar com os outros botes que estão trabalhando, e têm a opção de utilizar os serviços de uma canoa chamada “Carijó”, a qual fornece tudo o que precisarem (mantimentos, cigarros, material de higiene e limpeza, combustível etc.) sem que tenham de ir “no seco”. O proprietário da canoa, chamado “Pé-de-chumbo”, avisa diariamente sua localização dentro da lagoa. Outra alternativa é comprarem os mantimentos “em terra”.

Neste quadro podemos observar o número de parelhas de lagoa que se deslocam para o Rio Grande do Sul, e a maneira como se organizam. A parelha 1, por exemplo, costuma ficar na localidade de Capivaras, município de São José do Norte (Vide Anexo II), para a safra da tainha através da pesca de lanço, utilizando uma rede de malha 10. Para esta safra é formado um grupo de cinco pescadores, sendo quatro provenientes do Camacho e um de Garopaba do Sul. Para a safra do linguado, esta mesma parelha continua em Capivaras e faz uma pesca de espera, lançando mão de uma rede de malha 14 e/ou 16. Para a safra do linguado são necessários apenas dois pescadores, oriundos do Camacho.

Através do quadro podemos observar que o produto preferencial das parelhas é a tainha. A quase totalidade dos grupos que vão para esta safra retornam ao final. Somente as parelhas 1, 2 e 3 continuam nas demais safras. As

parelhas 12, 13 e 14 vão somente para a safra do camarão e, atualmente, estão todas acampando na localidade de Inhame (São José do Norte – RS). Nestas parelhas, assim como na 15 e 16, o grupo é formado somente por moradores do Camacho. A preferência na escolha dos componentes dos grupos, portanto, é dada aos pescadores do Camacho.

Os grupos que vão para o Rio Grande pescar na Lagoa dos Patos são em número de catorze e os que vão para a Lagoa Mangueira são dois, conforme o quadro:

QUADRO 2

PARELHAS DE LAGOA QUE SE DESLOCAM PARA O RIO GRANDE DO SUL

PARELHA	LUGAR DE PARADA	SAFRA	TIPO DE PESCA	REDE	Nº PESSOAS NO GRUPO	ORIGEM DO PESCADOR
1	Capivaras (São José do Norte)	Tainha	Lanço	Malha 10 Malha 14/16	05	Camacho 4 Garopaba do Sul 1
		Linguado	Espera		02	Camacho 2
2	Capivaras	Tainha	Lanço	Malha 10	05	Camacho 3 Farol 2
		Linguado, corvina e bagre	Espera	Malha 14/16	02	Camacho 2
3	Capivaras	Tainha	Lanço	Malha 10	06	Camacho 1 S.J.Norte 5
		Linguado, corvina e bagre	Espera	Malha 14/16	02	Camacho 2
4	Marambaia (Rio Grande)	Tainha	Lanço	Malha 10	05	Camacho
5	Marambaia	Tainha	Lanço	Malha 10	05	Camacho 3 S.J.Norte 2
6	Marambaia	Tainha	Lanço	Malha 10	04	Camacho 3 Rio Grande 1
7	Cucuruto (S.J. Norte)	Tainha	Lanço	Malha 10	06	Camacho 5 Rio Grande 1
8	Marambaia	Tainha	Lanço	Malha 10	05	Camacho
9	Marambaia	Tainha	Lanço	Malha 10	04	Camacho 3 Cigana 1
10	Retiro	Tainha	Lanço	Malha 10	04	Camacho 3 Rio Grande 1
11	Lagoa dos Patos	Tainha	Lanço	Malha 10	05	Camacho 3 Rio Grande 2
12	Inhame (S.J.Norte)	Camarão	Espera	Malha 2,5	03	Camacho 3
13	Inhame Lagoa Mangueira	Camarão	Arrasto	Malha 2,5	02	Camacho
		Traíra, cará, Carapicu Jundiá	Espera	Malha 10	02	Camacho
14	Inhame	Camarão	Espera	Malha 2,5	02	Camacho
15	Lagoa Mangueira	Traíra, cará, carapicu, jundiá	Espera	Malha 10	02	Camacho

Fonte: FARIAS, Márcia R. C. *A pesca e a sazonalidade no Camacho-SC: um estudo de modos de vida em deslocamento*. Florianópolis: UFSC, 2001.

A pesca de peixes de água doce tem sido realizada na Lagoa Mangureira em apenas dois meses durante o ano – agosto e setembro. A parêlha 13, portanto, também pesca camarão na Lagoa dos Patos.

Aqueles que vão para a Lagoa dos Patos, safra da tainha, linguado, corvina e bagre, moram em casas alugadas ou já pertencentes à família. Algumas famílias “acampam” no município de Rio Grande, especialmente na Marambaia – Ilha dos Marinheiros. Outras ficam no interior do município de São José do Norte, nos distritos de Capivaras e Cucuruto (Vide Anexo II). Os seus locais de moradia são ranchos de madeira de apenas um cômodo dividido entre cozinha e quarto. As famílias que têm o seu próprio rancho deixam os móveis pesados e carregam apenas televisão e outros aparelhos eletrodomésticos. Aqueles que alugam uma “casa” podem até levar geladeira, fogão, microondas, máquina de lavar roupa, louças etc. Nestes acampamentos, as mulheres, geralmente a esposa do dono da parêlha, pois os proeiros são, em sua maioria, solteiros, ficam em terra cuidando da casa e dos filhos que freqüentam a escola também durante este período. Apenas uma das mulheres trabalha todo o tempo na água com seu esposo, filhos e um sobrinho.

As famílias que permanecem em Capivaras – São José do Norte alugam um rancho na beira do porto, do qual se vêem as salgas (galpões construídos no meio da água, sustentados por mourões de madeira). Nestes locais, os pescadores descarregam a produção depois de alguns dias ou quando o compartimento com gelo para a armazenagem do peixe estiver cheio. Em terra, as mulheres realizam a atividade doméstica, observam os barcos que chegam nas salgas e de longe tentam reconhecer as parêlhas dos seus maridos, parentes ou de outras famílias de Santa Catarina.

Nos locais de moradia “no Rio Grande”, fazem os trabalhos que comumente realizam no Camacho: arrumar a casa pela manhã, fazer almoço, preparar e levar as crianças menores para a escola e orientá-las nas tarefas escolares, lavar roupa etc. Não trabalham com o peixe porque este é vendido na água mesmo – toda a produção tem venda garantida em vários pontos da lagoa. Só entram em contato e preparam o peixe para o consumo da família. “Dona Leoni”, a única mulher que está pescando numa das parêlhas, fica responsável pela preparação das refeições no bote, mas é auxiliada pelos filhos ou sobrinho para tarefas como lavar a louça, por exemplo. Ela relata que também ajuda em todas as atividades que envolvem a pesca. Uma das tarefas que costuma fazer é

"procurar o peixe"; para isto, pode acontecer de passar uma noite acordada. Leoni conta que "no Rio Grande" é bastante conhecida pelos pescadores e suas famílias, uma vez que não é comum a presença de uma mulher nos barcos.

Quando os homens vêm descarregar na salga depois de passarem em média oito dias na água, aproveitam para ver, rapidamente, as mulheres e crianças, compram alimentos, assim como resolvem algum problema que tenha surgido durante o período de afastamento, na impossibilidade de que tal seja feito pela mulher. Ficam em terra somente nos feriados ou por outra impossibilidade devida ao mau tempo ou a consertos nos barcos. Trabalham, dormem e se alimentam no próprio bote em condições precárias, já que o espaço, principalmente para dormir, é restrito. Os homens em casa alteram a rotina com a presença também dos rapazes que trabalham na parelha. As mulheres, nestes momentos, fazem comida para todo o grupo. Também costumam lavar a roupa dos proeiros, cobrando por este serviço.

Na vila em que acampam mantêm relações de solidariedade com as famílias do local, e têm conta na "venda" (pequeno comércio onde compram comida, material de limpeza etc.). Praticamente não se afastam da vila, pois têm obrigações diárias de trabalho e as oportunidades para sair são difíceis, uma vez que há somente um horário de ônibus para ir até à cidade e outro para retornar à tardinha; podem ainda tomar uma carona com as famílias do local nos botes que vão até à cidade de Rio Grande. Normalmente, se precisam de alguma coisa, encomendam-na a essas pessoas.

Na Marambaia (Ilha dos Marinheiros), as mulheres também realizam praticamente as mesmas atividades, com a diferença de que nenhuma delas pesca. As que assim o desejarem podem, eventualmente, "cocar" e fazer redes e tarrafas. Levam mais de uma semana para ver os seus maridos, pois não há nenhum lugar próximo para descarregamento do peixe e as casas localizam-se atrás de árvores e malhas de bambu, não permitindo a visão do porto. Há uma escola onde as crianças e adolescentes estudam. Como as casas dos pescadores do Camacho são próximas, as relações se dão entre eles mesmos. Também costumam comprar verduras dos moradores da ilha que trabalham na agricultura e na pesca.

As parelhas que vão para a safra do camarão permanecem no município de São José do Norte-RS, nos distritos de Retiro, Várzea, São Caetano, Ponta do Mato e Inhame (Vide Anexo II). Não têm casas e não as alugam. Alguns grupos

também já ficaram na Ilha dos Marinheiros (Marambaia e Porto Rei). Em geral, acampam utilizando "barracas" de lonas construídas por eles mesmos em locais pouco habitados. Utilizam água de poço, a que devem constantes diarreias, e não têm luz elétrica. Conservam os alimentos perecíveis em caixas de isopor, e conseguem o gelo com os caminhões das empresas que vão comprar a produção. Os acampamentos são geralmente feitos nas proximidades de alguma casa e em grupo de parselhas; ainda assim, precisam deslocar-se para usar telefone ou para tomar o ônibus. Os homens têm a oportunidade de dormir no acampamento, pois usam rede de espera (aviãozinho) e, por isso, não precisam ficar na água. Entretanto, na maior parte das vezes precisam dormir no bote para evitar que as suas redes sejam roubadas. No acampamento, as mulheres fazem companhia umas às outras

As parselhas que vão para a Lagoa Mangueira, município de Santa Vitória do Palmar-RS, não utilizam acampamentos, dormindo no próprio bote – a menos que levem a família, o que era feito há alguns anos atrás. A família Quirino, por exemplo, ia para a safra da tainha na Lagoa dos Patos e, ao término desta, se deslocava para a Lagoa Mangueira. Podiam passar o ano inteiro no "Rio Grande" apenas mudando de lugar, pois naquela época não havia nenhuma proibição à pesca. Na Lagoa Mangueira a produção é entregue aos sábados, "no seco", num local acordado entre a empresa e o pescador.

No Camacho, tem sido uma tradição as mulheres acompanharem os homens nestas migrações sazonais. Relatam que criaram os seus filhos nestes locais, em condições precárias, deslocando-se em carrocerias de caminhões de forma insalubre. Nestes relatos, algumas mulheres declaram já ter passado "muito trabalho" na vida, muito sacrifício e que viver da pesca é muito difícil. Salientam que vão para o Rio Grande do Sul para ficar próximas aos maridos e auxiliá-los nos serviços domésticos, além de evitarem a despesa dupla: a conta na "venda" no Rio Grande do Sul e no Camacho. São unânimes em dizer que o deslocamento também da mulher diminui as despesas. Os filhos casados dos donos de parselha têm a possibilidade de levar as suas esposas, o que também contribui para diminuir os gastos. Já no caso dos proeiros contratados tal se torna difícil, pois teriam de alugar uma casa e o que recebem é pouco para tantos gastos, a não ser em casos como na safra do camarão, quando acampam em barracas de lona.

Diferentemente do que acontece no Camacho, em outras comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina os homens costumam afastar-se para pescar embarcados em outros locais do estado, no Rio Grande do Sul ou São

Paulo. As mulheres permanecem em suas casas, ficando responsáveis por todas as atividades referentes à família, quer sejam tarefas consideradas como apanágio de mulheres ou de homens (Albuquerque, 1983; Lago, 1983; Córdova, 1986; Rial, 1988; Maluf, 1989; Cardoso, 1994; Lacerda, 1995; Gerber, 1997).

Acompanhando os homens na migração sazonal, as mulheres identificam-se também como pescadoras e viabilizam o trabalho na pesca.

4.2 PARELHA DE PRAIA

Antigamente, as mulheres e filhos acompanhavam com maior frequência os homens que iam pescar na "praia". As famílias contam que passavam vários meses pescando no "Rio Grande"; as mulheres que os acompanhavam cozinhavam para os homens da parelha. Quando voltavam, era uma festa no Camacho. Chegavam soltando fogos e fazendo sinais. As pessoas saíam para a estrada a encontrá-los, "era uma festa, se emocionavam, era uma choradeira". Nas "praias" acampavam em barracas de lona, que desmontavam constantemente à procura do peixe.

QUADRO 3

"PARELHAS DE PRAIA" QUE SE DESLOCAM PELO LITORAL

PARELHA	LOCAL DE MORADIA	LOCAL DE PESCA	SAFRA	TIPO DE PESCA	MALHA DA REDE	NÚMERO PESSOAS	ORIGEM DOS PROEIOS
1 e 2	4ª Seção da Barra em Rio Grande- RS	Torres - RS em diante até Barra do Chuí Laguna SC: Praia do Cardoso Ararangá – SC e Praia do Gi	Tainha Enchova Papaterra, Pampo Corvina	Arrasto	10 6 12	15 a 20	Camacho, Cigana, Farol, Garopaba do Sul e RS
3	São José do Norte	Litoral do RS	Tainha Enchova Corvina Papaterra Pampo Viola	Arrasto	10 12 6 14	15 a 20	RS
4	4 Seção da Barra Rio Grande/RS	Litoral do RS	Tainha Enchova Corvina Papaterra Pampo Viola	Arrasto	10 12 6 14	15 a 20	RS

Fonte: FARIAS, Márcia R. C. *A pesca e a sazonalidade no Camacho-SC: um estudo de modos de vida em deslocamento*. Florianópolis: UFSC, 2001.

Estes pescadores também se deslocam em caminhões que levam a canoa em cima e são cobertos por uma lona colocada sobre uma armação, pois a canoa é mais alta do que as bateiras. Entretanto, neste caso, o caminhão pertence ao “dono” da parelha. O trajeto pode ser feito pelo litoral, indo pela BR 101 ⁷⁸até ao município de Osório (RS). Ali se embrenham e prosseguem pela beira da praia, podendo ainda seguir pela praia desde Torres (RS). Neste deslocamento já têm a oportunidade de “cercar”. No quadro anterior, podemos observar como se organizam os grupos que trabalham com “parelhas de praia”.

No Camacho existem duas parelhas de praia. Porém, os moradores consideram que são quatro, pois os “donos” das “parelhas de praia” são todos irmãos e têm casa no Camacho. Mesmo que dois destes “donos” (parelhas 3 e 4) estejam residindo no Rio Grande do Sul, os “camacheiros” continuam dizendo que suas parelhas fazem parte da localidade. O fato desses donos das parelhas 3 e 4 morarem no Rio Grande do Sul os leva a contratar proeiros em seu próprio local de residência, como podemos perceber no quadro. Dessa forma, residindo num outro local, o deslocamento desses “donos de parelha” criou o que Woortmann (1990a) afirma ser uma distância geográfica, mas não uma distância social.

No quadro, podemos observar que as parelhas 1 e 2 costumam trabalhar em conjunto, utilizando os dois caminhões e os mesmos trabalhadores. No “Rio Grande” têm galpões, onde os proeiros ficam alojados. A família do dono fica numa casa de sua propriedade, e a mulher geralmente faz a comida para proeiros, remeiros, chumbereiro e o patrão. O período de permanência não tem sido grande, pois as safras no “Rio Grande” praticamente “não estão dando nada”, o que os faz tentar durante alguns dias e logo retornar para o Camacho.

Observando o quadro, vemos que estas parelhas trabalham em várias safras: da tainha, da enchôva, da corvina, de papaterra, de pampo e de viola. Para cada um destes peixes se usa um tipo de malha de rede. Portanto, quando realizam a migração, os pescadores podem levar diferentes redes.

4.3 DISCUTINDO A MIGRAÇÃO SAZONAL

Comumente, os trabalhos que abordam a questão das migrações clas-

⁷⁸ A BR – 101, no extremo sul do Rio Grande do Sul, é conhecida como “Estrada do Inferno”, dadas as péssimas condições de conservação da rodovia. Atualmente, esta estrada está sendo asfaltada, tendo começado a obra a partir de São José do Norte.

sificam aquelas que ocorrem dentro do Brasil como migrações internas (Smith, 1967; Suarez, 1977; Singer, 1998). Porém, tais estudos referem-se aos deslocamentos realizados por camponeses. Após leitura destes trabalhos, depreende-se que a sua contribuição se dá no sentido de propor uma abordagem histórico-estrutural⁷⁹, que conceitua a migração como um processo social, envolvendo, segundo Santos (1993), uma dimensão espacial (ligação entre as regiões de origem e de destino) e uma dimensão temporal (processo com duração expressa por ciclos ou conjunturas).

Singer (1998) enfatiza que a migração tem causas estruturais, geralmente de ordem econômica (deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos) e, embora cite a existência de migrações sazonais, o faz em relação aos trabalhadores de áreas agrícolas e não tece maiores considerações sobre este assunto. Especificamente sobre a migração de pescadores em Santa Catarina, há discussão nos trabalhos de Lago (1961) e Diegues (1983).

Porém, Lago (1961), em seu estudo "Contribuição Geográfica ao Estudo da Pesca em Santa Catarina", aponta também para o caráter estrutural do fenômeno migratório, dizendo que há um excedente de indivíduos nos núcleos pesqueiros de Santa Catarina, o que levou os pescadores catarinenses a se empregarem em empresas de pesca no RS. Para Lago, o deslocamento acontece devido à procura de emprego por causa das condições de miséria.

Diegues (1983) fala nos "*pescadores andorinhas*" de Santa Catarina que se deslocavam de caminhão para o Rio Grande do Sul, onde trabalhavam como camaradas em campanhas organizadas pelos proprietários locais de redes e embarcações. Afirma, também, que a migração não garantia melhores condições de vida, pois os pescadores eram explorados da mesma forma.

Segundo Diegues (1983), os migrantes açorianos eram agricultores e praticavam a pesca como atividade sazonal, "[...] A pesca, realizada na praia pelo grupo de companheiros, era somente uma das atividades exercidas pelos membros das comunidades dos pescadores sitiantes do litoral catarinense". No século XX esta situação muda. Na década de 1940-1950, Diegues afirma que

⁷⁹ Esta perspectiva contrapõe-se ao enfoque das *teorias da modernização*, aplicadas aos estudos de migrações internas e que privilegiam os aspectos psicológicos individuais, na medida que situa o núcleo do fenômeno migratório na motivação para migrar, não levando em conta a dimensão estrutural da sociedade, nem a posição do grupo (Suarez, 1977; Santos, 1993)

começou a tornar-se evidente a evasão das atividades agrícolas para a pesca⁸⁰. Tal fato levou à desorganização da sociedade agrário-pesqueira e o grande número de pescadores alterou a estrutura tradicional da produção, surgindo *campanhas* ampliadas resultantes da fusão de duas ou mais campanhas⁸¹.

Neste contexto, que Diegues (1983) chama de desorganização do processo de trabalho tradicional, os pescadores acreditavam que com a migração poderiam poupar dinheiro e comprar novos equipamentos de pesca, voltando a ser proprietários dos meios de produção. Entretanto, o autor afirma que esta situação, por si considerada como o processo de acumulação primitiva, trouxe benefícios apenas aos grandes produtores da pesca industrial.

Os trabalhos elaborados sobre grupos pesqueiros do litoral de Santa Catarina fazem referência à pesca no Rio Grande do Sul (migração sazonal) que leva muitos pescadores a embarcarem em três tipos de barcos de pesca comercial: nas traineiras e barcos camaroeiros (Córdova, 1986; Gerber, 1997) ou nas parelhas (Albuquerque, 1983; Córdova 1986; Rial, 1988; Maluf, 1989). Há relatos sobre os donos de parelhas que, após a década de 1940, passaram a alugar caminhões para transportar os pescadores até ao Rio Grande do Sul (Rial, 1988; Maluf, 1989; Lago, 1996). As idas para Rio Grande e também para Santos tinham como objetivo conquistar fundos para a compra de patrimônio para a família ou o futuro casamento.

Córdova (1986, p. 6), ao estudar o processo de migração dos profissionais da pesca para a cidade na localidade de Ingleses, diz que o processo de migração se “[...] define por um deslocamento de populações provocado por transformações de ordem estrutural em sua atividade produtiva de origem”. A migração, para esta autora, seria determinada historicamente pela expansão do modo de produção capitalista.

Como esclareci na introdução, não se trata aqui de analisar a migração pelo viés econômico ou estrutural que prevalece nas análises acima mencionadas. A migração, no contexto desta pesquisa, é vista como parte da sazonalidade construída pelos pescadores do Camacho e possui para eles significados que vão para além da obtenção de renda.

⁸⁰ Lago (1961) também se refere a esta situação.

⁸¹ Segundo Diegues (1983, p. 124), “[...]A proliferação dessas campanhas [...] foi sem dúvida uma das razões da depreciação dos recursos pesqueiros das praias catarinense e um dos fatores que motivaram a aparição dos pescadores migrantes ou andorinhas”.

Woortmann (1990a), ao analisar a migração entre camponeses de Sergipe, assinala que há uma tendência para se considerar a migração como um problema. Da sua parte, contudo, considera-a uma solução que permite a reprodução social dos trabalhadores. Embora se trate de um outro tipo de migração, não cíclica e sazonal, algumas observações deste autor têm pertinência para a migração entre os pescadores.

No Camacho, como já se ressaltou, esse processo acontece desde a época da fartura de peixes no local. Perguntados sobre a razão do seu deslocamento, uma vez que poderiam trabalhar na própria localidade, os pescadores respondem que no RS tinham condições de "matar" muito mais peixe e maior facilidade de comercialização. Também é importante salientar que a migração realizada pelos pescadores do Camacho traz duas diferenças importantes em relação ao que tem ocorrido noutras localidades de Santa Catarina. Em primeiro lugar, é comum que a família do dono da parêlha e de seus filhos casados os acompanhem no deslocamento para o "Rio Grande". Em segundo lugar, os proprietários das "parêlhas" e organizadores dos grupos são todos moradores do Camacho, e a maioria possui vínculos familiares entre si e com os proeiros.

O deslocamento sazonal para o "Rio Grande" é o momento da passagem para o trabalho profissional, no qual os pescadores deixam de trabalhar somente para a família, "*pro monte*" (Lago 1996, p. 129), para ganhar a sua "parte". Este momento de mudança faz com que a migração, para além da sua dimensão prática, tenha um sentido simbólico ritual (Woortmann, 1990a): "[...] Ela acontece, exista ou não uma 'razão prática', como parte de um processo ritual⁸² que reintegrará a pessoa na sociedade com o status transformado de rapaz para o de homem" (*Ibid.*, p. 7).

A migração tem distintos sentidos para as diferentes categorias sociais – para os que são "donos" e sua família, e para os "proeiros". Para os primeiros, além de fornecer o sustento, é maximizante no sentido de permitir que continuem sendo "donos"; e para os segundos tem o propósito de garantir a sobrevivência da família (Woortmann, 1990a). Na primeira situação, é direcionada para o "projeto coletivo da família e para a reprodução de seu patrimônio" (*Ibid.*, p. 9), embora, ao meu ver, funcione como uma alternativa de sobrevivência mesmo para os que são "donos", pois estes não teriam condições de manter suas posses sem a ida para o "Rio Grande".

⁸² Sobre ritos de passagem ver Turner (1974) e Van Gennep (1977).

Durham (1984, p. 119), no seu trabalho sobre a migração do campo para a cidade, propõe que a busca de melhores condições de vida “[...] só se pode manifestar no deslocamento geográfico que procura aproveitar as variações regionais numa situação em geral insatisfatória”. Porém, para esta autora, as migrações também representam uma movimentação no universo social; a própria definição do espaço e do ambiente geográfico é condicionada culturalmente.

Quando o pescador do Camacho se desloca, não está somente indo de um lugar a outro para realizar o seu trabalho. Os deslocamentos geográficos são acompanhados de deslocamentos de subjetividade, como aventa Dawsey (1997) a respeito da migração sazonal de bóias-frias. Quando vão para o “Rio Grande”, quem se desloca não é apenas o trabalhador, mas sim um homem que tem uma história, sentimentos e desejos. Neste deslocamento para um outro território, Dawsey (1997) afirma que: “A pessoa é provocada a ver-se como ‘outra’. Concepções de tempo e espaço são alteradas. Tempos e espaços naturalizados se decompõem. Tornam-se ‘outros’. [...] O deslocamento geográfico pode associar-se a um profundo senso de deslocamento cultural” (*Ibid.*, p. 205).

Durante a migração sazonal para o “Rio Grande”, a ocupação de um outro território, no qual a sua identidade social como “catarina” é reforçada, há uma inibição das diferenças entre os próprios “camacheiros”. É no contraste com o modo de ser dos “gaúchos” que eles constroem a sua identidade de pescadores que sabem trabalhar, têm domínio da “arte” de pesca e, mais do que isso, são “ladinos”. No Rio Grande do Sul surgem conflitos com os gaúchos, seja por diferenças profissionais, roubo de redes ou invasão do espaço. Segundo os próprios “camacheiros”, os “catarina são os prosa, dizem que sabem matar o peixe e mexem com os pescadores do Rio Grande”.

Através dos ensaios de Silva, pode-se refletir sobre a idéia de identidade contrastiva, presente nas interações com os “gaúchos”:

É sempre o outro que, pelas diferenças que lhe reconheço, me permite construir uma imagem de mim próprio. É ele a testemunha indispensável, invariavelmente convidada, dos meus atos, do meu papel, do meu estatuto e da minha existência. No momento em que desaparece do meu horizonte é também a minha própria imagem que se desvanece, como se ele a transportasse na fuga. A acomodação a este jogo é necessária. É preciso que eu estabeleça com outro – a necessidade que tem de mim é equivalente à necessidade que tenho dele – uma relação regulamentada de proximidade e de distância [...].

(1994, p. 55).

A sua identidade é também definida a partir da ocupação de diferentes territórios, pois os pescadores do Camacho se identificam a partir de uma atividade produtiva sazonal que os leva a deslocamentos territoriais periódicos. A sua identificação é constituída dentro da perspectiva do movimento. A possibilidade do deslocamento num espaço que pode significar toda a extensão da costa brasileira, bem como águas interiores, marca os modos de vida dos pescadores. Identificam-se como aqueles que “Um tempo tão num lugar, um tempo tão noutra [...]”.

Assim, segundo Marcus (1991), o espaço deve ser problematizado e mediado “pela idéia de que a produção localizada de identidade – de uma pessoa, de um grupo, ou até de uma sociedade inteira – não depende apenas, e sequer principalmente, das atividades observáveis concentradas numa localidade específica, ou numa diáspora” (*Ibid.*, p. 204). A identidade local, portanto, tem a sua ênfase nos valores articulados em torno da categoria trabalho (Duarte 1999) e está ligada aos modos de vida do grupo. O que se percebe é que a identidade dos “camacheiros” não está restrita apenas ao lugar de moradia. Configura-se por meio de muitas interações e espaços diferentes. Segundo Marcus (1991, p. 204):

A identidade de alguém, ou de algum grupo, é produzida simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes. A identidade de alguém no local onde mora, entre vizinhos, amigos, parentes ou pessoas estranhas, é apenas um dos contextos sociais, e talvez nem seja o mais importante na formação de uma identidade.

Identificados como “catarinas”, os pescadores do Camacho têm a migração como uma opção de trabalho. Como escreveu Mauss (1993, p. 73) “o homem é um animal que vive em simbiose com certas espécies animais e vegetais. Deve acompanhar as suas plantas e os seus animais. Assim se explica a extensão das migrações de certos povos [...]”. Mais do que simplesmente acompanhar as suas plantas e animais, os pescadores do Camacho constroem a sua sazonalidade no deslocamento. A ida para o “Rio Grande” torna-se a expressão mais contundente dessa sazonalidade, marcada por uma temporalidade dada pelo deslocamento, seja geográfico ou de uma atividade a outra.

Figura 2 - ROTAS DA MIGRAÇÃO SAZONAL

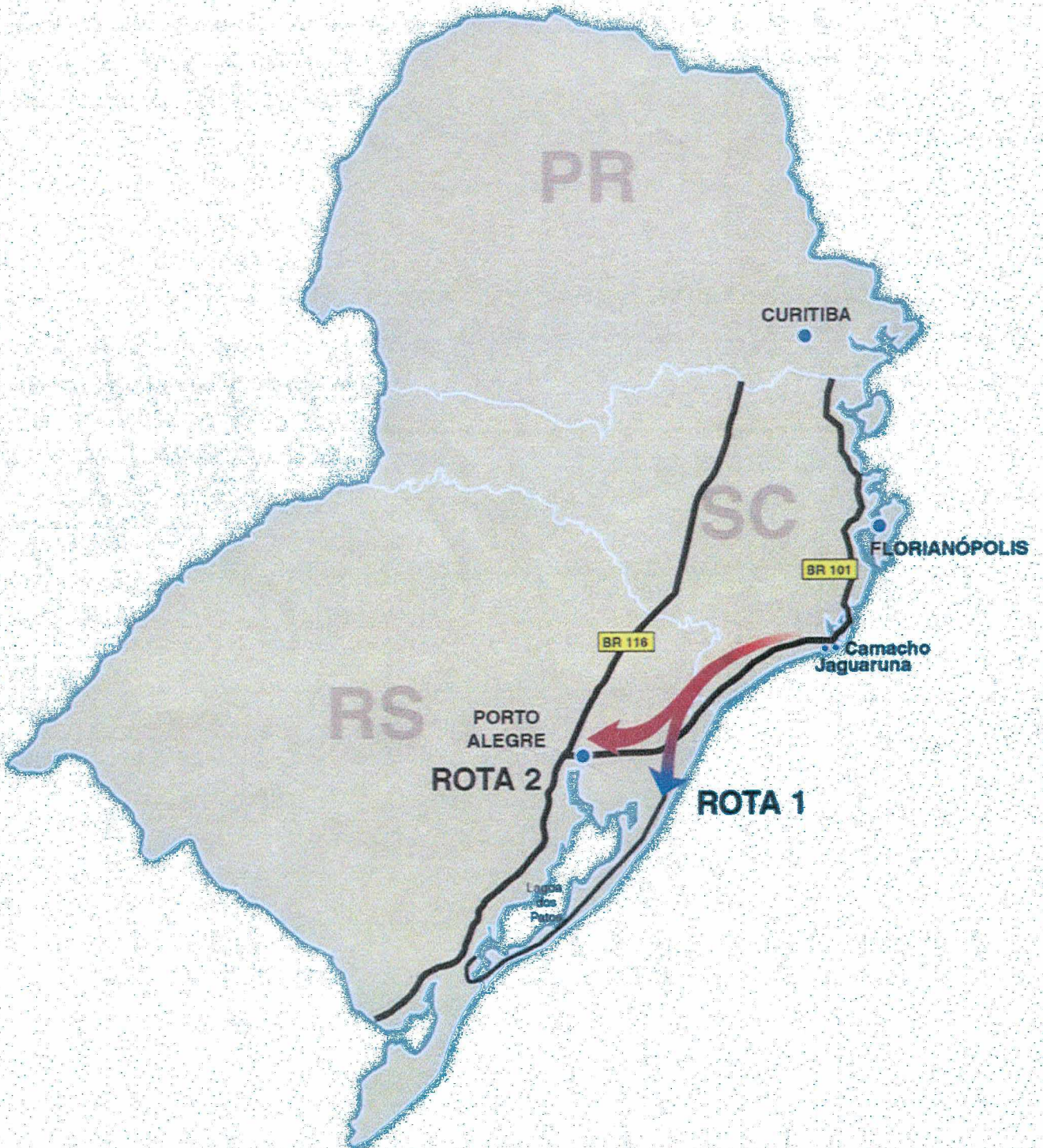
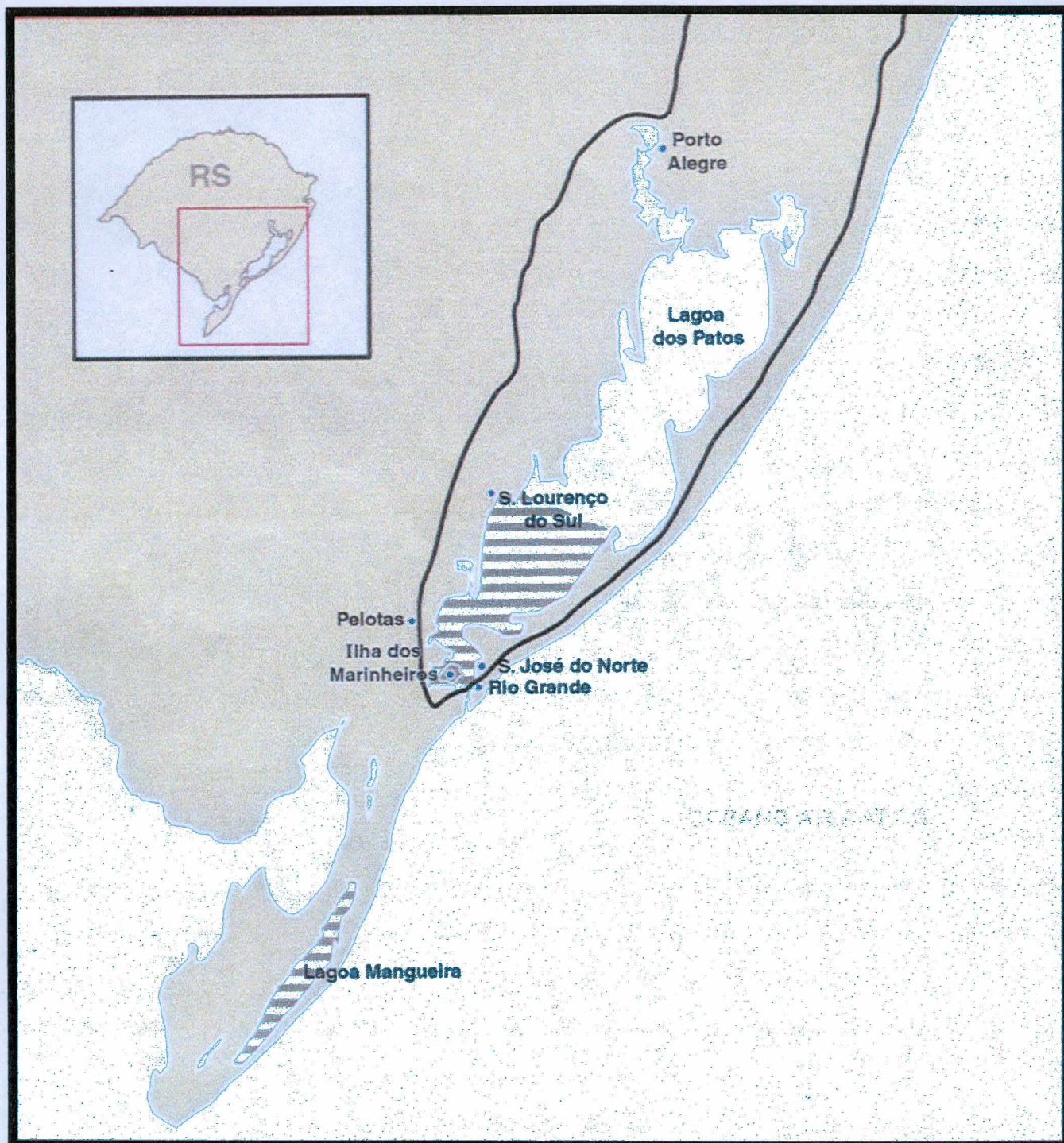


Figura 3 - LOCAIS DA PESCA NO RIO GRANDE DO SUL



10



11



12



13



14



15

Foto 10 – Caminhão alugado por uma parêlha de lagoa, carregado com o bote, redes e eletrodomésticos para a “ida” ao Rio Grande do Sul na safra da tainha do ano de 2001 (Foto de Sirlei Gordo Santana, jan./2001). **Foto 11** – Caminhão de parêlha de lagoa, já carregado, e pescadores o cobrindo com lona (Foto de Sirlei Gordo Santana, jan./2001). **Foto 12** – Marcelo Gordo Santana e Idinho (pescador de Garopaba do Sul) descarregando o bote na salga localizada no porto de Capivaras, município de São José do Norte-RS, abril/2000. **Foto 13** – Da esquerda para a direita: Simone Laureano, Marfisa Gordo Laureano, Márcio Gordo Santana e sua mãe Maria das Graças Santana, em frente à casa de Marfisa, na Marambaia, Ilha dos Marinheiros (Rio Grande-RS), abril/2000. **Foto 14** – Casa no porto de Capivaras, município de São José do Norte-RS, utilizada durante a safra da tainha do ano de 2000. **Foto 15** – Rancho de praia de Roberto Ramos localizado na Barra, município de Rio Grande-RS, utilizado pela parêlha de praia.

CAPÍTULO V

5. OS CICLOS DA PESCA E OS MODOS DE VIDA

A partir da proposta de analisar a sazonalidade faz-se necessário descrever o modo como os moradores do Camacho se organizam dentro dos ciclos internos da pesca. Através do Quadro 4, podemos ter uma idéia dos trabalhos e atividades sociais que são realizados no Camacho durante o ano. Há duas características importantes que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, a pesca é a atividade principal para a maior parte dos moradores, seguindo um calendário sazonal marcado por duas safras: uma no verão e outra no inverno. *Inverno* e *verão* neste quadro são colocados como categorias sociais (Heredia, 1979) que se constituem a partir das principais safras. Assim, o conceito de estação deriva mais das atividades sociais do que das mudanças climáticas que as determinam (Evans-Pritchard, 1993). O ano, para os moradores do Camacho que se orientam pela produção pesqueira, é dividido a partir do ritmo ecológico e consiste em dois períodos distintos em relação ao seu modo de vida

Desta forma, o tempo não possui o mesmo valor durante todo o ano (Evans-Pritchard, 1993); este valor é determinado pela capacidade de produção. Quando estão no Camacho, a produção é mínima no verão e máxima no inverno, principalmente para as parças de praia, que pescam no mar. O inverno, no Camacho, para aqueles que migram para o "Rio Grande", é referido como o tempo em que não há trabalho. Para os que pescam na Lagoa do Camacho e da Garopaba do Sul, o inverno é um período de grande dificuldade. No verão, ao contrário, há a safra do camarão e do siri nestas lagoas.

Britto (1999, p. 150), ao observar a existência da categoria verão entre os pescadores de Arraial do Cabo-RJ, afirma que: "A categoria verão tem, assim, uma conotação específica não pelas características físicas da estação em si mesma, mas pela ebulição que promove nas relações sociais". No Camacho, também o verão é marcado por uma ebulição, primeiramente devido à pesca do

camarão na localidade, e depois pela momento da saída para a pesca no "Rio Grande" e a chegada dos turistas.

Em segundo lugar, nos itens que não se referem diretamente à pesca – turismo, obras, escola, comércio e outros, com exceção da escola, há pescadores exercendo essas atividades por determinados períodos do ano, como no caso dos que são pedreiros que passam a colocar esse trabalho como principal e há também situações em que deixaram de trabalhar como pescadores profissionais para assumir um emprego que lhes dê alguma garantia (salário fixo, direitos trabalhistas etc.). Isto faz com que pesquem nas horas de folga ou final de semana. Então, a pesca torna-se uma atividade secundária. Há pescadores que têm comércio e pescam num período do dia, assim obtêm ganhos financeiros maiores, ao mesmo tempo em que continuam mantendo a sua profissão de pescador.

QUADRO 4

CALENDÁRIO DE TRABALHO E LAZER DOS MORADORES DO CAMACHO:

- a) Pesca em SC na Lagoa do Camacho e Garopaba do Sul: siri, tainhota, encho-veta, corvina, bagre, papaterra, peixe-rei, traíra, jundiá, cará, cascudo;
- b) Pesca em SC na Lagoa do Camacho e Garopaba do Sul: camarão;
- c) Tirar minhoca/ marisco;
- d) Pesca no RS: tainha (praia e Lagoa dos Patos) e camarão (Lagoa dos Patos);
- e) Pesca no RS: jundiá, traíra, cará, violinha, cascudo (Lagoa Mangueira) Linguado, corvina e bagre (Lagoa dos Patos);
- f) Trabalho doméstico;
- g) Atividades na construção civil;
- h) Escola;
- i) Outros trabalhos: vigilante, motorista, zelador, operário;
- j) Comércio com o pessoal de "fora";
- k) Comércio entre os moradores;
- l) Turismo;
- m) Natal, Ano Novo e Carnaval;
- n) Festa de São Pedro, Junina e de Nossa Senhora Aparecida;

Verão						Inverno					
<i>nov</i>	<i>dez</i>	<i>jan</i>	<i>fev</i>	<i>mar</i>	<i>abr</i>	<i>mai</i>	<i>jun</i>	<i>jul</i>	<i>ago</i>	<i>set</i>	<i>out</i>
a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
b	b	b									
c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
		d	d	d	d						
						e	e	e	e		
f	f	f	f	f	f	f	f	f	f	f	f
g	g	g	g	g	g	g	g	g	g	g	g
h	h	h	h	h	h	h	h	h	h	h	h
i	i	i	i	i	i	i	i	i	i	i	i
	j	j	j								
k	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k
	l	l	l								
	m	m	m								
						n	n				n

Fonte: FARIAS, Márcia R. C. *A pesca e a sazonalidade no Camacho/SC*: um estudo de modos de vida em deslocamento. Florianópolis: UFSC, 2001.

O calendário indica que os ciclos da pesca dão a orientação para as demais atividades; sendo assim, a temporalidade no Camacho passa a ser construída a partir da pesca. A atividade pesqueira é a principal referência – os demais trabalhos são realizados pelos pescadores no momento em que “não dá pesca”. Isto mostra que há um deslocamento constante entre vários trabalhos para aqueles que vivem da pesca. Este calendário expressa a sazonalidade elaborada por meios de vida em deslocamento. Assim, os homens e mulheres do Camacho dominam vários saberes, que lhes permitem *sazonalizar* o seu modo de vida. Como podemos observar pelo calendário, apesar da escassez de peixe no inverno, sempre há pesca, mesmo que seja somente para o consumo da família. Como dizem os pescadores, “sempre dá alguma coisa”. Considerando a safra no “Rio Grande”, vemos que durante todo o ano é possível pescar.

Uma questão importante a esclarecer é que “conforme a quadra é a pesca”, pois este é um dos elementos que propiciam a sazonalidade. A quadra refere-se ao período de uma semana, correspondendo aos ciclos da lua. Na lua minguante, por exemplo, é comum que a maré baixe, o que permite a coleta de marisco, tirar minhoca, mas já não é bom para a pesca de arrasto. Isso significa também que, quando estão no Camacho, qualquer oportunidade de “matar peixe” é aproveitada, levando em consideração as condições do tempo (vento, fase da lua

etc.). O deslocamento entre as diferentes atividades é o que constrói este calendário.

Como o quadro demonstra, no período de inverno, ao longo de uma semana, podem ser feitos vários trabalhos, como pescar e tirar minhoca ou tarrafejar na barra e colocar uma rede de "manjuada" na lagoa. Os que trabalham na parelha de praia conseguem, se quiserem, ter uma rede de calão na praia que colocam pela manhã ou à tarde e no outro dia vão "despescar" e, ao mesmo tempo, participar dos "arrastos". No período do verão, além dos trabalhos ligados ao turismo, como pintar casas e fazer "serviço de pedreiro", podem "cocar camarão" na lagoa. As combinações possíveis são várias, tendo em vista as atividades que aparecem no calendário (Quadro 4).

Principalmente no inverno, há pescas que têm uma certa rotina, como a pesca de "manjuada", que os pescadores realizam todos os dias na lagoa. No porto, "despescam" a rede e tiram o "lixo" (limo) da mesma. Se trabalham em parceria com outros pescadores, estes vão "consertando", em terra, durante a manhã, as redes estragadas e os pescadores já a "colhem arrumada" no bote para ser colocada novamente à tarde.

Os pescadores que costumam migrar e trabalhar no RS dizem que no Camacho, durante o inverno, "não há trabalho"; ficam esperando até a próxima safra para ir "pro Rio Grande". Entretanto, esses pescadores participam dos "arrastos" de praia, consertam redes ou até vão pegar algum peixe que está dando porque a barra está aberta, mas isso para eles não é considerado trabalho. Quando estão no "Rio Grande" a situação muda, pois os pescadores se dedicam exclusivamente à pesca. Todas as atividades que realizam estão ligadas a ela, como consertar redes e cozinhar, por exemplo.

Há ainda, no Camacho, aqueles trabalhadores "fichados"⁸³ que pescam antes ou após o horário de trabalho e nos finais de semana com rede de "manjuada", "calão" ou com tarrafa, bem como os donos de comércio que são substituídos por alguém da família para ora participarem dos "arrastos" de praia, ora tirarem minhoca ou colocarem rede de "calão". Os que podem retirar-se do serviço são autônomos, dizem que "quando dá peixe ninguém trabalha", pois logo correm com uma tarrafa ou vão "cocar" camarão etc. A maior parte dos moradores do Camacho, entretanto, têm como atividade principal a pesca.

⁸³ Fichado é o trabalhador que tem carteira de trabalho assinada e, por conseguinte, os demais direitos trabalhistas.

Autodenominam-se e identificam-se como pescadores profissionais⁸⁴, ainda que exercendo outra atividade.

Esta identidade profissional dá sentido não somente à vida do homem, mas à própria localidade. Os homens, portanto, identificam-se através do trabalho. Socialmente construída, a masculinidade, para os "camacheiros", aproxima o homem de características como poder e honra. São valorizados os homens que, através de seu trabalho, conseguem sustentar uma família e sabem fazer as coisas em casa, como consertos, pequenas construções etc. A pesca, seja no RS ou em SC, na maioria das safras é realizada praticamente só pelos homens. Apenas os homens que vieram de fora não sabem pescar, mas mesmo estes costumam reunir-se com algum amigo ou parente para ajudar a colocar uma rede, por exemplo. O trabalho com obras, vigilante, motorista, zelador, sendo estes três últimos menos comuns no Camacho, são eminentemente masculinos.

No Camacho, muitas mulheres têm carteira de pesca e as que exercem esta atividade autodenominam-se pescadoras. A não ser por uma viúva que pesca sozinha, as demais costumam acompanhar a sua família nesta atividade. O que acontece é que a maioria das mulheres não são socializadas na pesca e acabam realizando um trabalho de ajuda. Dona Maria Laureano, que morava na localidade do Laranjal e que veio para o Camacho há trinta anos, relata que:

Tanto eles trabalhavam na lavoura como eles pescavam na praia de espinhel, pescavam toda a vida e trabalhavam na roça. É, faziam dois serviço porque eles pescavam, às vez pescavam pra vendê, matavam peixe prá vendê e trabalhavam na roça. Na pesca ajudava, na lavoura trabalhou nós dois e na pesca quando os filho não tavam eu ajudava. É que às vez os filho eram pequeno, né. A gente tinha que trabalha, eu ajudava.

As crianças do local, no caso os meninos, começam a pescar desde pequenos – "logo que dá começam a ajudar". O menino é iniciado pelo pai, parentes ou outras pessoas da comunidade entre os nove e onze anos. O *saber-fazer da pesca* (Duarte, 1999), portanto, contém e perpetua a experiência de gerações. A tradição possui um tempo, mas este tempo é alterado e trabalhado constantemente. Práticas sociais são reafirmadas e as mudanças acontecem de forma lenta. Mesmo que as redes de algodão tenham sido substituídas pelo nylon, que hoje o bote tenha motor, que o peixe possa ser conservado através da refrigeração, ainda se ensina a

⁸⁴ Pescador profissional, segundo os informantes, é aquele que vive da pesca – nasce na pesca, trabalha, cria a família e se aposenta na pesca. São também pescadores profissionais aqueles que têm outra atividade, mas possuem os documentos de pescador.

pescar, o homem continua dominando e transmitindo uma "arte".

Nas famílias onde há somente filhas, geralmente a mais velha se torna ajudante do pai. Do contrário, as meninas realizam tarefas de aprendizagem dos trabalhos domésticos que são definidas como femininas. Os meninos também podem passar um período ajudando suas mães, mas as tarefas são realizadas na rua, num espaço público, seja na volta da casa, na compra de mercadorias, no comércio ou na venda de artesanato, por exemplo.

Os homens que contam entre vinte e cinco e trinta anos praticamente não tiveram oportunidade de estudar: aprenderam a pescar com sua família e se dedicam a esta atividade. Hoje as crianças têm a possibilidade de estudar. Em alguns casos, os próprios pais preferem que os filhos busquem outra profissão, pois dizem que a pesca não tem futuro, o que mostra que há a possibilidade de um novo projeto⁸⁵. Segundo os próprios pescadores, quem trabalha na pesca não consegue planejar nada, pois nunca sabe o montante que auferirá. O pescador "fica velho e não consegue nada, quem tem sorte vai prá frente, outros são ladino e veve melhor".

Os pescadores e suas famílias consideram como um "serviço muito sacrificoso a pesca". Para eles, o pescador não tem expectativa de vida alta. Duram até os sessenta/sessenta e cinco anos e aparentam mais idade, se chegam aos setenta estão "caindo aos pedaços", com reumatismo, problemas na coluna e outras doenças. Muitos dizem que não é fácil, é ruim a vida de pescador – sofrem para não ganhar nada, trabalham molhados, muitas vezes com frio e com sono, o que os leva a consumir bebida alcoólica: "os pescadores são frientos, bebem para tirar o trauma do corpo"⁸⁶.

5.1 O TRABALHO DOMÉSTICO

As mulheres do Camacho têm como atividade principal o trabalho em ca-

⁸⁵ Velho (1997, p. 69) afirma que "[...] o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente [...]".

⁸⁶ Alguns autores se referem ao uso do álcool entre diferentes grupos de trabalhadores, como por exemplo, Stolcke (1982, p. 77) que, ao estudar os sistemas de trabalho e estrutura familiar de agricultores das fazendas de café paulistas que migraram para a cidade, escreve que o "alcoolismo masculino vem sendo a maior causa de instabilidade familiar, enquanto que é dado que as mulheres não bebem. O bar é o ponto de encontro típico dos homens, no qual não se permite mulheres". Almeida (1995, p. 185) refere-se ao fato de que "nas sociedades mediterrâneas, o bar ou café é uma instituição focal da vida pública, por excelência o palco da sociabilidade masculina; é o gênero masculino, precisamente, que está associado à vida pública". Para Duarte (1999, p. 89) "[...] a bebida alcoólica é o símbolo principal do estado de não trabalho eventual, dessas rupturas legítimas da vida da obrigação que são os momentos da festa, da farra, do convívio entre companheiros no bar".

sa. Porém, acabam exercendo várias atividades. Elas dizem que as mulheres trabalham muito mais do que os homens, pois aquelas que estão empregadas ainda tomam conta da casa e dos filhos. Há, portanto, um acúmulo de encargos para a mulher e o trabalho fora de casa é acionado sempre que necessário. Se o marido tiver condições de sustentar a família, a mulher fica em casa realizando o trabalho doméstico e cuidando dos filhos, eventualmente realizando alguma outra atividade.

Na situação de filhas, assumem o trabalho da casa se as mães trabalham fora ou se há crianças na família. Há casos em que a mãe permanece cuidando das tarefas domésticas e as filhas vão trabalhar fora para complementar o orçamento. Não sendo isto necessário, o salário recebido é utilizado para as suas próprias despesas. Algumas conseguem continuar estudando e trabalhando.

As mulheres de famílias de baixa renda costumam cuidar das tarefas domésticas; realizam atividades ligadas à pesca e, quando conseguem um trabalho no verão, o dinheiro é utilizado para a compra de bens duráveis (eletrodomésticos, móveis), decisão geralmente tomada pela família. Também a ajuda dos filhos que vão pescar no Rio Grande pode ser usada para este tipo de compra.

Enquanto esposa de pescador, a mulher cria as condições para a reprodução social dessa categoria, assumindo também os riscos e oscilações da pesca (Maneschy, 1995). Utilizando a categoria de complementaridade, segundo Woortmann (1992), o trabalho como dona-de-casa, principal atividade das mulheres no Camacho, seria complementar ao trabalho do homem, porém mantendo uma hierarquia em relação ao todo, já que as atividades ocupam posições distintas na configuração geral do grupo.

A divisão sexual do trabalho⁸⁷ nas famílias do Camacho obedece a diferentes apropriações do espaço. O homem desempenha as suas tarefas na rua, enquanto à mulher cabe cuidar da casa; mas esses papéis não são rígidos, nem há uma exclusão recíproca de papéis no seu desempenho. Os homens podem ajudar no serviço doméstico, e a mulher também pode exercer um trabalho fora da casa, quando necessário.

⁸⁷ A divisão do trabalho caracteriza-se por considerar duas categorias: sexo e idade (Durham, 1984). O trabalho da mulher casada, em casa ou fora de casa, é sempre visto como uma *ajuda ao marido*, uma contribuição ao orçamento doméstico, o que também acontece no caso das famílias operárias estudadas por Macedo (1979). Stolcke (1982, p. 78), ao estudar camponeses paulistas, refere-se a este dado: “os homens trabalham para manter a sua família, as mulheres trabalham para ajudar os seus maridos. Ao mesmo tempo, a motivação para o trabalho difere entre homens e mulheres: as mulheres trabalham relutantemente, movidas pela necessidade em um contexto de pobreza geral; os homens trabalham porque são homens”.

No Camacho, a casa, como o lugar das mulheres, é organizado por elas, e é também através delas que os homens têm acesso a este espaço. A casa, então, é mediatizada pelas mulheres: "Elas organizam um cotidiano de relações e serviços de modo a que os homens o encontrem disponível para o consumo, o consumo que vai da comida ao descanso, da mesa à cama" (Brandão, 1982, p. 122). A autoridade doméstica está centrada no homem como o provedor, aquele que providencia os meios necessários à sobrevivência da família⁸⁸, embora a casa seja o lugar por excelência das mulheres, no qual ela controla a renda familiar, o orçamento doméstico.

Na localidade podemos observar que, na sua maior parte, o trabalho feminino fora de casa acaba sendo uma extensão das tarefas domésticas tradicionais, na medida em que a mulher exerce trabalhos como faxineira, merendeira ou cozinheira. Percebe-se que é no espaço doméstico (dentro e nos arredores da casa) que a mulher exerce seu trabalho, na praia e, eventualmente, na lagoa. As mulheres ocupam a maioria das vagas na escola, mas na maior parte do comércio (bares), seja no período turístico ou não, os homens acabam aparecendo mais, já que a mulher exerce as suas tarefas na cozinha, por exemplo. Isto não quer dizer que ocupem menos postos, mas sim que exercem um trabalho de ajuda ao marido ou pai e sendo o maior público o masculino, o atendimento é, geralmente, realizado por um homem.

A prática da pesca tem sido realizada pelas mulheres para acompanhar seus maridos; na ausência destes, algumas assumem o trabalho na pesca. A maioria delas realiza coleta de moluscos (maçambique), tiram carne de siri, consertam peixe e tiram minhoca. Na safra de camarão, por exemplo, podem unir-se para pescar em duplas ou mesmo descascar camarão nas peixarias. Também "consertam" ou fazem redes e tarrafas, e preparam salgados (casquinha de siri, risoles de camarão) para vender.

Algumas mulheres estão empregadas como professoras (escola), vendedoras ou balconistas (pequenas lojas, padarias) domésticas ou em serviços gerais (no clube de veraneio, pousada ou restaurantes, escola). Também existem os trabalhos por temporada, como no período do verão, em que surgem vagas nos bares e restaurantes.

⁸⁸ O dinheiro obtido pelo marido geralmente é entregue para a mulher para que "faça o rancho" e administre o restante conforme as necessidades que surgem no mês.

5.2 ATIVIDADES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O trabalho como pedreiro ou como servente de obras é outra atividade profissional exercida pelos pescadores. É realizado tanto no inverno quanto no verão dentro da própria comunidade. Porém, alguns pescadores dizem que só fazem este serviço quando não dá para pescar, pois consideram que o trabalho do pedreiro é muito mais pesado do que o trabalho do pescador – “a pessoa trabalha demais e ganha muito pouco”, em torno de R\$ 20,00 (Vinte reais) por dia, além de exigir que fiquem muito tempo expostos ao sol. No verão, preferem ficar na pesca porque dá mais – pegam um pouco de camarão e já dá o valor de um dia de serviço nas obras; além disto, acham que na pesca o trabalho é feito com tranqüilidade, com liberdade para se ir na hora que se quiser.

Vários pescadores jovens do local trabalham como servente de obras em construções maiores e realizadas por pedreiros profissionais, a partir do mês de maio, quando retornam da pesca no Rio Grande do Sul. Estes trabalham chamados para uma determinada obra, de segunda a sexta-feira, e recebem de R\$ 10,00 (Dez) a R\$ 12,00 (Doze) reais por dia. Não são “fichados” e quando termina a “empreitada” pelo pedreiro podem ou não continuar com esta pessoa, dependendo do desempenho do servente (capacidade de trabalho, conhecimento). Os jovens que exercem esta atividade geralmente já trabalharam com todos os pedreiros do local e alguns costumam acompanhar um pedreiro nas obras para as quais este é contratado, desde que os pague com pontualidade e os trate bem. Se estiverem com muita necessidade do trabalho, “pegam” o que aparecer.

Os pescadores que exercem a atividade de pedreiro fazem pequenas obras (consertar alguma coisa, colocar um piso, construir uma peça, pintura de casas etc.) e trabalham sem o auxílio de serventes. Também conversei com um pescador que faz pintura em casas no verão, trabalho que realiza sozinho. Desde os nove anos ia pescar no RS, mas nos últimos três anos se tem sustentado com o trabalho como pintor no verão e com a pesca no inverno.

Na maioria dos casos, tanto o pedreiro quanto o servente aprendem a trabalhar nas próprias obras; o seu serviço não é especializado. Os pedreiros ou “empreiteiros” que têm formação técnica na área não são pescadores.

5.3 ATIVIDADES NA ESCOLA E OUTROS TRABALHOS

No Camacho há uma única escola: "Escola Reunida Antônio João Mendes", nome dado em homenagem a um dos antigos moradores do Camacho, na qual funcionam quatro turmas de 1ª a 4ª série (duas pela manhã e duas à tarde). Trabalha uma professora como diretora, quatro professores em sala de aula e quatro merendeiras/serventes, todos residentes no local.

Durante a minha pesquisa de campo em julho/agosto de 2000, o governo municipal iniciou as obras de construção de mais uma parte da escola, permitindo a colocação do 1º Grau. Hoje, os que querem continuar estudando precisam deslocar-se até ao centro do município. Com esta construção, novas vagas serão abertas para professores, o que não garante que sejam preenchidas pelos moradores do Camacho, pois poucas pessoas tiveram oportunidade de estudar e fazer um curso universitário.

As pessoas que trabalham "fichadas", como motoristas e cobradores de ônibus e operários da CYSY geralmente não pescam, isto porque eles têm um rendimento garantido ao final do mês, ao contrário dos pescadores que têm dias em que pegam alguma coisa e noutros não. Daí também o fato dos pescadores serem pedreiros, outros terem comércio etc., pois "pescador, no Camacho, só com a pesca não dá prá viver". Os que se mantêm somente com esta atividade vão vivendo com o pouco que conseguem pescar e, nestes casos, o sustento pode ser obtido pelo peixe que dá em alguns momentos ou pela venda da carne do siri, por exemplo.

As famílias que vivem da pesca no Camacho geralmente utilizam, durante este período, os ganhos que obtiveram no "Rio Grande" ou em algum trabalho durante o verão. O dono de parelha, por exemplo, "ganha em cinco meses e depois come nos outros cinco". Por isso, para os "camacheiros" "viver só da pesca não dá para os que não são donos ou os que conseguem abrir um comércio"; os proeiros precisam buscar outras alternativas ou ir pescar no "Rio Grande". Mesmo com esta situação, o que se observa é que todos têm sempre algum serviço para realizar.

5.4 O TURISMO

A região caracteriza-se por abrigar, no verão, um grande número de turistas que vão em busca da praia e do carnaval. As empresas de transporte costumam colocar vários horários de ônibus para o Camacho. Durante o Carnaval, há ônibus de hora em hora até às vinte e duas horas.

O turismo começou a tomar conta do local há aproximadamente dez anos, e o Carnaval tem sido realizado a partir dos últimos sete anos (Vide Anexo XVI). Temos, então, além das épocas propícias à pesca de determinados peixes também a "*safrá turística*" (Woortmann, 1992), que traz alterações, na medida que absorve mão de obra, especialmente a feminina, permitindo novas relações e modificando o espaço do morador do local.

Na década de 1970 dá-se a abertura dos loteamentos Costa Azul e Costa Azul I, II, III e IV até ao Sambaqui – Garopaba do Sul. Na localidade de Garopaba do Sul, seria o Balneário do Farol. Este último não deu certo porque outras pessoas também resolveram invadir a área. Os lotes dos balneários Costa Azul até hoje estão sendo vendidos. "Para fora" ainda há várias área com apenas as ruas abertas. Entre o que hoje é a Avenida Atlântida e o mar também seria feito um loteamento, mas o IBAMA não o permitiu, pois se trata de uma área de preservação ambiental. Mesmo com esta restrição, várias casas já foram ou estão sendo construídas neste local.

A partir da abertura das ruas, começam a ser construídas as casas dos veranistas e o Garopaba Praia Clube para sócios quotistas, o "Hotel dos Paraguaiois", o Condomínio Solar Santa Marta, a Pousada da Barra do Camacho e o Apart Hotel Brisa Mar. O "Hotel dos Paraguaiois" e o Condomínio Solar Santa Marta também pertenciam à família de Nadim Domingos, mas foram vendidos para os paraguaiois que freqüentam o local.

Junto ao Garopaba Praia Clube e nas ruas próximas, concentra-se um grande número de bares, sorveterias e um restaurante que funciona durante todo o ano. Também próximo à barra há restaurantes e bares que funcionam todo o ano e alguns que abrem somente no verão.

No Camacho, mesmo no inverno, sempre vemos algum turista, principalmente ao condomínio Garopaba Praia Clube ou na barra, local freqüentado por pescadores amadores da região. No inverno, praticamente todas as casas que ficam "prá fora" permanecem fechadas; a pousada, hotéis, o Condomínio Santa

Marta e o "Hotel dos Paraguaiois" não têm hóspedes. Por enquanto não se vêem placas de "aluga-se". A praia, então, está liberada para os pescadores do local, tanto para aqueles que usam as redes de calão quanto para os arrastos feitos em grupo. Os pescadores amadores vão para o Camacho quando a barra está aberta ou quando há uma safra específica, como a da tainha a partir do mês de maio. Durante esta safra, os pescadores amadores – "farofeiros" dos municípios vizinhos (Criciúma, Tubarão, Morro Bonito etc.) vão pescar tainha, o que prejudica o trabalho dos pescadores profissionais já que dividem o espaço da pesca.

O turismo, segundo os moradores, é bom para os comerciantes do Camacho. Para os pescadores é visto como positivo, na medida em que trouxe melhorias (água encanada, luz, asfalto, telefone) para a localidade, mas atrapalha a pesca, pois restringe o espaço para essa atividade e aumenta o número de pescadores amadores que acabam sendo concorrentes. Há também o medo e a constatação de que os pescadores vão desaparecendo do local, como no caso de outras praias – um pescador citou o caso de Tramandaí, onde os turistas "tomaram conta de tudo", pois os pescadores vão vendendo suas casas. Outro ponto negativo do turismo é o aumento da violência (furtos, brigas etc.), já que há um crescimento da população no lugar.

Durante o verão, as famílias que migram alugam a sua casa para turistas. As famílias que permanecem no local também têm possibilidade de alugar a sua casa, já que se mudam para uma outra peça ou casa dentro do próprio pátio. Este fato torna-se possível porque o aluguel das casas geralmente acontece em datas específicas, como no Ano Novo e no Carnaval, principalmente. Dificilmente alguma família consegue alugar a casa por um longo período; isto acontece somente quando alguém resolve morar no Camacho e precisa da casa para todo o ano. Segundo os moradores, a prática do aluguel teve início há cerca de dez anos.

Escallier (1999, p. 301), ao descrever a vida dos pescadores de Nazaré, cidade portuária ao norte de Lisboa – Portugal, relata que "a estratégia mais corrente entre as famílias – e também a prática mais antiga – consiste em recorrer ao aluguel da sua própria habitação. Durante o período de Verão, as famílias amontoam-se num dos compartimentos da casa para alugar os outros, ou vão morar na cabana do pescador onde fica armazenado o material de pesca, as salmoras e o peixe". A tarefa de alugar a casa fica por conta das mulheres, o que também acontece no Camacho. É comum, então, quando caminhamos pela

comunidade no verão, ver inúmeras placas de "aluga-se" nas casas. Britto (1999) também se refere ao aluguel de imóveis praticado pelos pescadores de Arraial do Cabo – RJ, que representa a oportunidade de "fazer o pé de meia", obtendo um rendimento suplementar ao da pesca.

5.5 O COMÉRCIO

Na Estrada Geral do Camacho localiza-se a maior parte do comércio – há cinco peixarias funcionando, mercados, padarias, uma farmácia, lojas de roupa, duas lojas de material de construção, sorveterias, bares e um posto de gasolina. Para utilizar serviços de banco, correios, lotéricas etc., os moradores se deslocam, normalmente, até ao centro de Jaguaruna ou até ao município de Tubarão. No inverno, o comércio restringe-se aos "pontos" dos próprios moradores do local. Em geral, é a própria família que se reveza no trabalho. Se há proprietários que são pescadores, eles continuam exercendo esta atividade e a esposa ou filhos tomam conta do local enquanto a pesca é realizada. Alguns "pontos" são abertos somente durante o verão, como é o caso de pequenas lojas, sorveterias etc.

No verão, há um incremento do comércio, assim como do uso dos hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Principalmente do lado da praia, vários locais são reabertos, o que gera alguns postos de trabalho para os moradores. Porém, também acontece de serem locais onde trabalha a família proprietária.

5.6 AS FESTAS E O LAZER

A diferenciação nas festas e ritmo social deva ser pensada numa oposição que é marcada ora pela presença da maioria dos moradores, ora pela presença dos turistas. A vida social do local acontece de modo diferente conforme o período do ano, pois "passa por fases sucessivas e regulares de intensidade crescente e decrescente, de pausa e de atividade, de gasto e reposição", como escreve Mauss (1974, p. 324) relativamente à morfologia social dos esquimós. Existe um ritmo de dispersão e concentração na localidade que interfere na vida individual e coletiva dos moradores. Podemos falar de um ritmo próprio da

localidade que varia conforme a presença ou migração dos pescadores, e um ritmo imposto pela presença dos turistas que coincide com o período da dispersão.

No Camacho há festas religiosas⁸⁹ promovidas pelos moradores através da igreja católica, as quais ocorrem no período da sua concentração, e o Carnaval, que acontece no período da dispersão. No verão, realiza-se a comemoração do Natal. Esta festa tem como ponto marcante a véspera, quando as crianças vão até as casas e perguntam se a família aceita pires para recolherem, no dia seguinte, os presentes recebidos (balas, doces etc.). Essas trocas de presentes fazem parte, em pequena escala, do que Lévi-Strauss (1982) propõe descrever-se como um "*gigantesco potlatch*" realizado entre nós no Natal. Nesta troca há, portanto, "*algo mais do que coisas trocadas*" (*Ibid.*, p. 99). O que se verifica é um reforço do vínculo entre parentes e vizinhança através das crianças.

Além disto, acontecem as celebrações nas diferentes religiões (Assembléia de Deus, Adventista e Católica) e as comemorações nas famílias. Mais próximo do inverno há a comemoração da Páscoa. Para os "catarina" a quinta e a sexta-feira santa são dias sagrados:

Por isso que eu digo as veze aqui pro pessoal, o peixe era tanto, a tainha tudo tainha forceja de dois quilos, era tanta, tanta e a gente não tá acostumado a pescar na quinta-feira santa nem sexta-feira, a gente não vai prá pescaria a gente volta tudo porque é um dia sagrado e nós chegemo ali e nós vinha de viagem de um pessoal de Laguna que tinha caçado muita caixa de camarão e nós ia prá pega o camarão prá leva pras banda de Mostarda prá depois nós vende e de repente nós olhemo aquela peixada na praia, não, vamo pega um pouco de tainha e passemos a mão numa tarrafa, eu e o Fio, e caímos na tarrafa a pega pexe quando nós ia voltando não pego fogo na barraca com uma criancinha dentro [...].

(Seu Bajo).

Durante a Páscoa, os familiares dos pescadores que vão para o "Rio Grande" costumam promover excursões para visitá-lo, realizando as comemorações nos locais de migração. Principalmente mulheres participam dessas viagens: vão na quarta-feira antes da Páscoa e voltam na outra segunda-feira, utilizando

⁸⁹ Na comunidade do Camacho, os moradores praticam três religiões – a Adventista, a Assembléia de Deus e a Católica. Há um templo de cada uma delas, sendo a mais antiga a Católica. A "Umbanda – magia, tentou se instalar", mas, segundo algumas pessoas da comunidade, "não deu certo". As famílias estão divididas entre as três religiões, pois o "pessoal se virou prá crente", mas a maior parte deles são católicos. Em virtude disto, e por haver pessoas em diferentes religiões dentro de uma mesma família, vários conflitos são gerados. A maior parte da vida social em termos de festas e bailes é promovida pelos seus membros, casais festeiros, incumbidos de organizar os eventos durante o ano. Estes eventos recebem a ajuda da escola, seja através de organização de apresentações artísticas pelas crianças ou com atividades de apoio durante as festas.

as empresas de ônibus do município. No "Rio Grande" visitam não só aqueles que migraram para trabalhar, mas também os parentes que se casaram e ficaram no RS ou os que foram na época da safra e resolveram não voltar mais.

No período de inverno, quando todos os moradores estão na localidade, há a celebração do dia de Nossa Senhora Aparecida e São Pedro. Na primeira, é feita uma procissão motorizada ao meio-dia com a imagem da santa; os moradores ficam na frente de suas casas olhando; alguns acendem velas, fazem pedidos e promessas que cumprirão no ano seguinte. Por ser realizada no mês de outubro, é uma festa que fica restrita aos moradores católicos e tem como principal atividade uma missa e baile. A festa de São Pedro é realizada no mês de julho. No ano em que a observei, no primeiro dia (sábado) houve uma procissão motorizada, à tarde, que levou a imagem de São Pedro até a igreja; à noite houve uma missa, na qual estavam presentes várias famílias de pescadores. Nesta missa havia música eletrônica: dois jovens do Camacho que fazem parte de uma banda tocavam, e um grupo da catequese de perseverança cantava. Rezava a missa o pároco da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Jaguaruna. A partir da meia-noite houve um baile com uma banda que tocava músicas variadas. Durante o domingo, realizou-se uma outra missa pela manhã, um churrasco ao meio-dia no salão da igreja e uma *soirée*⁹⁰ na qual a música era dirigida a um público de idade variada. Diferentemente do baile de sábado, neste havia uma maior presença de casais mais velhos (entre trinta e cinco e cinqüenta anos). Os bailes destas festas são freqüentados por moradores dos lugares da redondeza (Cigana, Farol de Santa Marta, Campos Verdes, Passagem da Barra, Garopaba do Sul), além de pessoas de outros municípios, como Tubarão.

Anualmente, a Igreja Católica realiza a Festa do Divino Espírito Santo em Jaguaruna. Há alguns anos esta festa também era realizada no Camacho – havia novenas com a bandeira do Divino, que passava de casa em casa e cada família oferecia comidas e bebidas, mas atualmente isto não tem acontecido.

Durante o período em que estão somente os moradores do Camacho e não há uma data especial para comemoração, os bailes são promovidos mensalmente pela Igreja Católica com o objetivo de angariar fundos para alguma melhoria ou construção. Neste ano, estavam empenhados em obter verba para a construção da torre da igreja. Para estes bailes que se realizam nos sábados à noite são contratadas bandas ou grupos de outros locais. Outra alternativa de

⁹⁰ Baile realizado no horário das dezenove horas até à meia-noite.

lazer para os moradores do Camacho é ir aos bailes promovidos pelas comunidades vizinhas (Farol de Santa Marta, Cigana e Garopaba do Sul). Mesmo o Camacho "sendo brigado com o pessoal Cigana", como me disse um pescador, os moradores de ambos os locais trocam-se na frequência aos bailes. Na Cigana e Garopaba do Sul é possível ir a pé, o que faz com que tal seja uma alternativa de lazer também viável; já ao "Farol", quando há baile, deslocam-se por meio de um ônibus fretado.

Também no período do inverno há as festas juninas ou "agostinas", pois neste ano aconteceram no mês de agosto. Esta festa foi realizada no bar "Papos e Tragos", especialmente aberto para este fim. Várias pessoas da Igreja Católica e as professoras da escola organizaram a festa. Havia as tradicionais barracas: uma com a brincadeira da pescaria e outra com as comidas (cachorro-quente, pipoca, doces etc.); as bebidas foram vendidas no balcão do bar. Dois grupos de crianças da Escola Municipal "José Antônio Mendes" e um grupo de adultos da comunidade apresentaram a dança da quadrilha. Houve também baile, fogueira e concurso de caipira.

O que se pode observar nestas festas é a não presença das pessoas que freqüentam a religião Adventista e Assembléia de Deus. As festas descritas são organizadas pelos católicos, exceto o Carnaval. Porém, neste se vê a presença dos católicos também. As demais religiões costumam ter outras formas de lazer. Os adventistas, por exemplo, têm um grupo de jovens chamado "Desbravadores" que costuma realizar acampamentos com celebrações religiosas e brincadeiras em locais da redondeza. A Igreja Adventista faz os seus cultos onde são batizados aqueles que se convertem ao credo, e organiza almoço no dia em que esta atividade acontece. Já os crentes, como são chamados os membros da Igreja Assembléia de Deus, participam de atividades como festivais de música e oração na cidade, além de comemorarem o aniversário de seus "irmãos" – forma de tratamento usada entre os crentes – com "surpresas". Nestas, um grupo de "irmãos" se reúne e vai até à casa do aniversariante levando refrigerantes, salgadinhos e doces para fazer a surpresa, oram e cantam parabéns.

Entre os homens do Camacho há, ainda, como lazer, os jogos de futebol que acontecem no inverno. Existem dois times no Esporte Clube Camacho – um titular e um reserva. Estes times usam uniformes, têm uma pequena sede ao lado do campo de futebol e costumam participar de campeonatos com os times da região, tendo muitas vezes que se deslocar para isto. Os jogos acon-

tecem principalmente nos domingos e poucas pessoas vão assisti-los. Aqueles que vão assistir reúnem-se em grupos para conversar. Também neste período costumam reunir-se nos bares da localidade para jogar cartas ou sinuca.

Além dos jogos de futebol, no inverno houve o primeiro Campeonato de Bocha nos dois bares que têm cancha no Camacho – o bar “Beneri” e o bar “Laureano”. Este campeonato foi promovido pela Secretaria Municipal de Esportes e realizou-se em todo o município de Jaguaruna. É uma atividade da qual participam os homens que, além de jogarem, também organizam jantares na ocasião.

No Camacho, como estratégia turística, organizada pela administração do Garopaba Praia Clube, condomínio que possui casas com cozinha e sala conjugadas, quarto e banheiro e funciona através do rodízio de ocupação na “alta temporada” (verão, principalmente parte de dezembro, janeiro e fevereiro) por seus sócios cotistas, são promovidos shows com grupos de rock nacionais e outros tipos de música que atraem o público jovem. No final do ano há a comemoração do Ano Novo, momento em que os turistas vão fazer as suas celebrações e ofertas junto ao mar e também alugam as casas dos moradores por três ou quatro dias. Nessa data também os moradores vão até a praia para assistir ao espetáculo de fogos de artifício.

Neste ano (2000), foi feito um cercado de madeira numa área ao lado do condomínio, no bar “Papos e Tragos”, para a realização de eventos ao longo da temporada turística e no mês de março, quando houve o Carnaval. Dentro do cercado, foram construídos banheiros de alvenaria; havia barracas de madeira para a venda de bebidas e comidas, um palco coberto e um abrigo (barraca) de lona que cobria parte do espaço interno, servindo para proteção no caso de chuva. Pelo que pude perceber, a criação de um amplo espaço, como o que foi organizado neste período no Balneário Costa Azul, denominação que não é usada pelos moradores ou pelos freqüentadores do lugar, sendo apenas um nome registrado em cartório e que aparece nos meios de comunicação, coloca a praia da Barra do Camacho no circuito turístico, trazendo, por exemplo, o concurso “Garota Verão”, realizado em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, área de abrangência da Rede Brasil Sul de Televisão (RBS TV), promotora do evento. Antes do concurso propriamente dito, houve um show com uma banda, e em seguida o desfile das garotas concorrentes a Garota Verão da praia da Barra do Camacho. Segundo o jornal “O Município” (dez./1997), “O Balneário Costa Azul

no bairro de Camacho é destaque em toda região sul de Santa Catarina. O Balneário possui a melhor infraestrutura do município de Jaguaruna [...], possui a noite mais agitada de toda a temporada de verão do município, o segundo maior Carnaval do sul de Santa Catarina”.

Desta forma, o Carnaval tornou-se, nos últimos dez anos, segundo informação dos moradores, um momento importante no calendário de festas do Camacho. Mas é uma festa dos turistas e profana. O local é invadido por uma quantidade enorme de pessoas, principalmente jovens na faixa etária dos 14 aos 18 anos. Famílias das cidades da redondeza ou de outros Estados, como Rio Grande do Sul e São Paulo, alugam as casas dos pescadores, e pátios de casas de veraneio são ocupadas com barracas. O camping, pousadas e hotéis têm todas as suas vagas utilizadas.

Há muito movimento na Estrada Geral, carros e mais carros lotados, grupos caminhando, as casas ficam tomadas pelos turistas e, em cada uma ou nos carros que transitam pela estrada principal, ouve-se um diferente tipo de música em volume alto. Todo o local passa a viver no ritmo da festa, e os grupos de turista dançam, gritam e jogam água para cima de quem transita pelas vias mais movimentadas. Com todas estas mudanças, a localidade passa a viver sob a imposição de um ritmo da vida que não é próprio do lugar, mas sim das cidades maiores.

No verão, quando há um grande número de turistas, as opções de lazer são maiores, pelo menos para os jovens, que reúnem seus grupos e freqüentam as festas. Nos meses de verão, todos os bares, sorveterias e restaurantes estão abertos. Alguns têm música e é comum ver grupos reunidos nestes locais. Neste período, os bailes deixam de ser mensais e, além de serem promovidos pela igreja, também acontecem em outros dois salões de festas – um direcionado ao público jovem e outro para os mais velhos (bailão). Os homens mais velhos, que não migram, têm pontos de encontro em alguns bares.

Neste ano, como ponto culminante, houve shows com bandas todas as noites no cercado do bar “Papos e Tragos” durante o Carnaval. Principalmente na frente deste bar e na rua que liga a Estrada Geral ao Condomínio Garopaba Praia Clube, há uma concentração de pessoas enquanto o show programado para a noite não começa. Muitos carros estacionados nas proximidades deste local ficam com o rádio ligado e os grupos dançam e bebem, o que faz com que vários tipos de música sejam ouvidos ao mesmo tempo. Esses grupos às vezes usam algo que

os identifica: um boné, uma camiseta. Havia também grupos fantasiados, como por exemplo mulheres vestidas de freiras; outras com *baby-doll* e chupeta; algumas vestidas com roupa de mecânico, de diabo e anjo; outras com fantasia de presidiário; homens fantasiados com roupa de mulher; grupo de homens vestidos com roupa de enfermeira etc. A roupa do Carnaval, entretanto, para a maioria dos participantes, era o short ou bermuda, a blusa ou camiseta, um tênis e meia. O que se observa no Camacho, durante o Carnaval, pode ser relacionado à análise de Da Matta (1990, p. 94) que considera esta festa como um ritual de inversão, caracterizado pela existência de um espaço múltiplo:

A multiplicidade de eventos ocorrendo simultaneamente num mesmo espaço [...] ajuda a transferir as lealdades mais fortes – da família, da casa, da classe etc., essas identidades sociais permanentes e cotidianas – para uma situação, um contexto específico que se define como altamente dramático porque nele ocorrem (entre outras coisas) muitas ações simultaneamente. Não há uma ordem de "entrada" ou de "saída", como num palco de teatro, ou num evento ordenado em rotina. O mundo social assim apresentado passa, então, a ter um ritmo e uma intensidade maiores e muito mais abertos do que o nosso sistema de classificação pode simplesmente digerir.

Até ao horário de início do show, em torno de meia-noite, as pessoas ficavam circulando e fazendo brincadeiras: alguns atiravam latas de cerveja, muitos utilizavam um tubo de spray, o qual contém um líquido que, ao entrar em contato com a pele ou qualquer superfície, se transforma em espuma. O que se observa é que neste momento as regras são esquecidas; cada qual parece agir como quer. Segundo Leach (1974, p. 208), o Carnaval seria um rito no qual "O indivíduo, ao invés de enfatizar a sua personalidade social e o seu status oficial, procura disfarçá-lo. O mundo se mascara, as regras formais da vida ortodoxa são esquecidas".

Nas três primeiras noites de Carnaval, era difícil entrar para assistir ao show, tamanho o número de pessoas concentradas em frente ao local. Na última noite, terça-feira, os turistas já haviam, em sua maioria, partido. Isso fez com que a festa se restringisse aos moradores do Camacho e àqueles turistas que costumam passar a temporada. Em todas as noites houve o show de duas bancas que se revezaram; uma tocava até às três horas e depois a outra assumia.

Apesar de toda a mudança no local, os moradores mais velhos mantêm seu ritmo de vida; alguns chegam mesmo a envolver-se com o Carnaval, mas sobretudo para trabalhar. Para este público, um dos salões promoveu bailes nas

noites de Carnaval, porém não são todos os casais do lugar que freqüentam estes bailes. Segundo uma das moradoras, Lúcia, "o Camacho morre duas vezes no ano: uma no feriado do Ano Novo e outra no Carnaval", o que leva a duas interpretações: a primeira no sentido de que nos dois momentos uma enorme quantidade de turistas invade o local e lhe dá vida e, ao retornarem para suas cidades, o lugar volta à sua tranqüilidade, ao ritmo próprio que o diferencia; a segunda no sentido de que o Camacho morre, perde temporariamente sua identidade, quando é invadido.



16



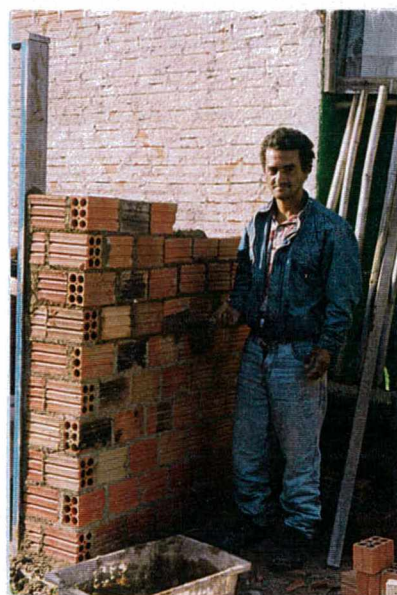
17



18



19



21



20

Foto 16 – Liete Ramos Laureano mostrando os pacotes com filés de linguado e salgados que prepara para vender.

Foto 17 – Dona Maria confeccionando uma esteira.

Foto 18 – Maria Aparecida Ramos Santana fazendo rede durante encontro semanal do Clube de Mães.

Foto 19 – Cátia limpando siri.

Foto 20 – Seu Nilton Quirino consertando rede.

Foto 21 – “Janjão”, um dos pescadores da localidade, trabalhando como pedreiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propus-me, no projeto de pesquisa, a analisar e descrever a sazonalidade. Ao longo do trabalho levantei várias questões ligadas a esta característica. No primeiro capítulo, através da revisão bibliográfica, constatei que a sazonalidade tem sido pouco explorada nos estudos sobre pesca e aparece, na grande parte dos trabalhos, ligada aos ciclos da natureza e por eles determinada. O homem estaria, então, subordinado à natureza. Entretanto, ao longo do trabalho pude perceber que a sazonalidade é um fator englobante e organizativo dos pescadores do Camacho, os quais utilizam as diferentes possibilidades de trabalho em sua localidade e no "Rio Grande", para exercerem a atividade como pescadores. A sazonalidade é, portanto, abrangente, expressa uma organização social que se constitui, principalmente, mas não exclusivamente, na forma como os habitantes do Camacho se relacionam com as atividades pesqueiras.

No capítulo "*A Memória Social do Camacho*" relatei a história da localidade do Camacho a uma história regional, mostrando que desde o início de sua colonização existia, para a maioria das famílias, um tipo de sazonalidade marcada pelo trabalho na pesca associado a outras atividades. O espaço, primeiramente mais restrito ao próprio Camacho e localidades vizinhas, alcançou, com o passar das décadas, lugares mais distantes, como o "Rio Grande". O tempo do passado estava ligado à ocupação dos "campos do Camacho", do ilhote, do "casqueiro", da "Casa da Nação", locais de trabalho e lazer na localidade. Com a vinda de pessoas de fora, o turismo passa a ser um aspecto da sazonalidade trazendo modificações que ora facilitam a vida no local, ora limitam as atividades dos "camacheiros". A urbanização do Camacho modificou o espaço da localidade, incorporando novas formas de ocupação e habitação.

No capítulo sobre a pesca identifiquei os principais elementos ligados à esta atividade: os saberes sobre a pesca, as safras, as artes de pesca, as modalidades de pesca, os aspectos relacionados à comercialização da produção durante as safras, mostrando a importância desta atividade que orienta a ocupação do tempo em relação aos demais trabalhos. Neste capítulo constatei

que os pescadores mantêm uma relação com a natureza que lhes permite conhecê-la e, assim, decidir e organizar as safras. O uso deste conhecimento elabora uma sazonalidade que abrange, como um todo, o Camacho.

Ao falar sobre pesca, pode constatar que uma das formas de constituição da identidade social dos "camacheiros" é dada pela referência às categorias ocupacionais. Geertz (1978, p. 251), no texto sobre "*Pessoa, Tempo e Conduta em Bali*", chama atenção para o fato de que em nossa sociedade a identidade constitui-se por esta via – "[...] a função social serve de veículo simbólico através do qual é percebida a identidade pessoal: os homens são aquilo que eles fazem".

Os moradores do Camacho identificam a localidade como um "lugar de pescadores" e autodenominam-se como pescadores profissionais, o que também foi observado por Duarte (1999, p. 31) em relação aos pescadores de Jurujuba (Niterói – RJ), onde: "Viver da pesca é o índice geral com que se qualifica sua população e com que se designa a própria qualidade do bairro: um bairro de pesca. Trabalhar na pesca é, mais exclusivamente, o índice de qualificação dos 'homens', enquanto eixos e representantes das identidades familiares: os pescadores".

O trabalho no Camacho constitui-se como uma categoria importante na distinção e na definição da identidade, o que também é observado por Lago (1996), ao estudar os modos de vida e identidade de moradores da Ilha de Santa Catarina. A autora afirma que as pessoas identificam-se pelos nomes e imediatamente se autodefinem pelo trabalho.

Reportando-me a Oliveira (1976), quando fala da identidade como possuidora de uma dimensão social ou coletiva⁹¹ e uma dimensão individual ou pessoal, pude perceber que a identidade dos pescadores do Camacho constitui-se a partir de uma dimensão coletiva de referência ao trabalho e de uma dimensão individual conferida a cada um pelo seu jeito de ser, em grande parte determinado pelo pertencimento a uma família, o qual informa características pessoais, como gostos, ser calmo ou briguento, trabalhador etc.⁹².

Através da reflexão sobre migração, constatei que a sazonalidade constrói um modo de vida em deslocamento, orientado pelo ciclos da pesca. A sa-

⁹¹ Barbu (1980, p. 307), também discute a questão da identidade coletiva, definindo-a como "[...] um fenômeno dinâmico e até certo ponto caleidoscópico, um fenômeno que tem uma grande faixa de variações modais e graus de realização".

⁹² Silvano (1997) argumenta que hoje é praticamente consensual o fato de que a identidade, tanto individual como coletiva não é um dado, mas sim uma realidade contextual e em constante transformação.

zonalidade, que se manifesta nos ciclos da pesca, é constituída através das escolhas que os "camacheiros" fazem daquilo que vão pescar. O trabalho no "Rio Grande", por exemplo, mostra que é feita uma opção pelo deslocamento, uma vez que o calendário das safras nos dois Estados (RS e SC) é complementar. Assim, observei que o espaço não se resume a um ponto geográfico, mais do que isso, o território é constantemente ressignificado. As viagens para o "Rio Grande" permitem a construção de um território em deslocamento.

Com a ida para o "Rio Grande" a identificação dos "camacheiros", além de ser construída coletivamente, dá-se também pela oposição, que pode ser relacionada à identidade contrastiva de que nos fala Oliveira (1976), implica a afirmação de nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. O "outro" é aquele que não faz parte do "povoado do Camacho", "daqui desse nosso lugar". Desta forma, "a identidade coexiste com a alteridade, sendo ambas produto de um jogo dialético entre o mesmo e o diverso" (Barbu, 1980, p. 305).

No último capítulo relatei as diversas atividades realizadas pelos moradores do Camacho, evidenciando que os ciclos da pesca são a principal referência para os outros trabalhos. Portanto, ser pescador está inserido num amplo calendário de atividades que se relacionam com a pesca. Estas outras atividades são vistas como complementares a uma atividade profissional pesqueira que se torna a principal referência. Há um constante deslocamento de uma atividade a outra e de uma localidade a outra. O elemento forte passa a ser o deslocamento. A pesca é que dá orientação para as outras atividades, a temporalidade é construída a partir dela. A sazonalidade integra e resume todo o conjunto de atividades, valores e a forma como os pescadores se vêem, se relacionam, se auto-representam.

Neste capítulo, ao falar sobre a divisão do trabalho, pude perceber que os papéis sexuais não são rígidos. Não há funções exclusivas para os homens ou mulheres, embora tenha observado que há predominância de algumas atividades para um ou outro sexo. Mesmo na pesca que, comumente, é tida como masculina, observei várias mulheres a realizando. O que ficou claro é que não há uma regra geral, rígida, a negociação de papéis está presente nas relações sociais cotidianas.

Não podendo, entretanto, aprofundar a observação do que se constitui na Antropologia como papéis de gênero, limitei-me a descrever as atividades desempenhadas por homens e mulheres e a fazer algumas considerações iniciais sobre o que percebi como diferente entre estas atividades. Como mencionei rapidamente ao longo do trabalho, as atividades masculinas são preponderantes na definição da identidade do grupo enquanto pescador, porém, acredito que somente num trabalho de campo mais aprofundado e atento para estas questões poderia desenvolver melhor este assunto. Fica, portanto, a sugestão para futuros trabalhos.

Ao longo do trabalho procurei responder a todas as questões que foram lançadas no projeto e creio que o fiz, em algumas mais, noutras menos. No objetivo a que me propus observar e descrever como são elaboradas as categorias tempo e espaço, penso que não tive condições de fazer um estudo aprofundado devido ao tempo restrito para a realização do trabalho de campo.

Em relação à sazonalidade, gostaria de aprofundar uma discussão teórica considerando-a como uma dinâmica de fluxo e refluxo entre cultura e natureza ou como a dinâmica que orienta a atividade pesqueira, conformando-lhe uma identidade social destacada no contexto regional. Dentro desse contexto regional, vejo a migração sazonal como um assunto propício para pensar esta questão, seja pela inexistência de estudos sobre estes deslocamentos entre pescadores, seja pelo interesse de investigar como os pescadores do Camacho atuam em diferentes espaços e como constroem suas relações sociais com os pescadores do Rio Grande do Sul. Analisar a migração sazonal constituiria-se também na oportunidade de investigar como são formados os grupos de trabalho nas paradas, além de poder mapear os locais de pesca no Rio Grande do Sul (Lagoa dos Patos, Lagoa Mangueira e o litoral), sempre tendo em vista o deslocamento.

Finalizando, lanço um questão para ser pensada. Ao escrever sobre os ciclos da pesca e a sazonalidade percebi os modos de vida dos "camacheiros" como holístico – vivem de várias especialidades, o que confere dinâmica e sincronia à vida no local. Olhando para outros lugares, como o nosso, onde há uma hiper especialização nos trabalhos que realizamos e uma rotina que leva os trabalhadores a repetirem as mesmas tarefas todos os dias, talvez se possa pensar num grupo social onde a especialização ainda não alcançou os níveis do capitalismo avançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHESON, James. Anthropology of Fishing. *Annual Review of Anthropology*, n. 10, p. 275-316. 1981.

ALBUQUERQUE, Cleidi M. *Tecendo redes sociais*: a articulação de instituições sociais numa localidade pesqueira de SC. Florianópolis: UFSC, 1983. [Dissertação de Mestrado]

ALENCAR, Edna F. *Pescadeiras, companheiras e perigosas* – A pesca feminina na ilha de Lençóis. Brasília: UnB, 1991. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]

_____. "Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. In: FURTADO, L., LEITÃO, W.; MELLO, A. [Eds.]. *Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/Museu Goeldi, 1993, p. 63-81.

ALMEIDA, Maria S. Kofes de *et al.* In: ALMEIDA *et al.* *Colcha de retalhos* – Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALMEIDA, Miguel V. de. *Senhores de si*: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995. p. 181-210.

ARAÚJO, Petronilo C. de. *As relações de produção e a pesca empresarial em Santos*: estudo de situações no entreposto da pesca de Santos. São: FFLCH/USP, 1979. [Dissertação de Mestrado]

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem peio sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.

BALANDIER, Georges. *Antropológicas*. São Paul: Cultrix, 1997. p. 19-66.

BARBU, Zevedei. O Conceito de Identidade na Encruzilhada. *Anuário Antropológico/78*. Rio de Janeiro, p. 293-307, 1978.

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDMAN-BIANCO, [Org.]. *Antropologia das sociedades complexas* – Métodos. São Paulo: Global, 1987.

BARROS, Alfredo *et al.* A grafia da luz na narrativa etnográfica. In: ACHUTTI, Luiz E. R. [Org.]. *Ensaio sobre o fotográfico*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. p. 100-108.

BASTOS, Cristiana. *Os montes do nordeste algarvio*. Lisboa: Cosmos, 1993.

BECK, Anamaria. **Lavradores e pescadores**: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório. Florianópolis: UFSC, 1979.

_____. Pertence à Mulher: Mulher e Trabalho em Comunidades Pesqueiras no Litoral de SC. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 7, n.10, 1991.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERNARDES, S. "A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro". **Revista Brasileira de Geografia**. n.1, ano XII, p. 21-52, 1958.

BERREMAN, Gerald. Por Detrás de Muitas Máscaras. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p. 123-174.

BERTAUX, Daniel. **Les récits de vie**. Paria: Nathan, 1997.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do C. B. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. p. 29-38.

BOITEUX, Henrique. Santa Catarina no Século XVI. In: **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense**. Florianópolis, v. II, p. 88-91, 1950.

_____. (1863-1945). **A república catarinense**: notas para a sua história pelo Almirante Henrique Boiteux. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985. p. 114-117.

BOITEUX, Lucas. **A pesca em Santa Catarina**. [S.l.:s.n.], 1934.

BONIN, Anamaria Aimoré. **A pesca e seus Trajetos**: um estudo dos pescadores artesanais do canto da praia de Itapema (SC). São Paulo: PUC, 1984. [Dissertação de Mestrado]

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

BRABO, M. J. Pescadores, geleiros, fazendeiros – os conflitos da pesca em Cachoeira do Arari. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, nova sér. Antropol., Belém, v. 77, p. 1-22, 1981.

BRANDÃO, Carlos R. Parentes e Parceiros... In: ALMEIDA *et al.* **Colcha de retalhos** – Estudos sobre a Família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 91-135.

BRANDÃO, S. F. **O pescador do município de Campos**: universo e linguagem – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. [Tese de Doutorado]

BRITTO, Rosyan Campos de C. **Modernidade e tradição**: Construção da Identidade Social dos Pescadores de Arraial do Cabo – RJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. [Dissertação de Mestrado]

BRITTO, Rosyan Campos de C. **Modernidade e tradição**: construção da identidade social dos pescadores do Arraial do Cabo – RJ. Niterói: EdUFF, 1999.

BRITTO, S. "**Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro**". Estudos, Ensaios e Documentos. Lisboa, 1960.

BUFFON, Roseli **Encontrando o homem sensível**. Florianópolis: UFSC, 1992. [Dissertação de Mestrado]

_____. Encontrando uma Tribo Masculina de Camadas Médias. In: GROSSI, Miriam [Org.]. **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: UFSC, 1992a.

CABRAL, Oswaldo R. Os Açorianos. In: **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense**. Florianópolis, v. II., p. 527-575, 1950.

_____. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1970.

CALVENTE, Maria Del Carmen. **No território do azul-marinho**: a Busca do Espaço Caiçara. São Paulo: USP, 1993. [Dissertação de Mestrado]

CÂMARA, Alves. **Pescas e peixes na Bahia**. [S.l.:s.n.], 1911.

CÂMARA CASCUDO, L. da. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida [...]. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 1984.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARDOSO, Fernando Luiz. **Orientação sexual masculina numa comunidade pesqueira**. Florianópolis: UFSC, 1994. [Dissertação de Mestrado]

CARNEIRO, Simone D. "**Terra liberta**": hábitos alimentares em ponta do mato. Brasília: UnB, 1979. [Dissertação de Mestrado]

CARVALHO, Marília de. **Malhas da pobreza**: exploração do trabalho de pescadores artesanais da baía de Paranaguá. Curitiba: Estante Parantista, 1983.

CASCAES, Franklin. A Pesca. In: CARUSO, Raimundo C. [Org.]. **Franklin Cascaes**: vida e arte e a colonização açoriana. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 61-69.

CASTRO, F. **Aspectos ecológicos da pesca artesanal no Rio Grande à jusante da usina hidrelétrica de Marimbondo**. Campinas: UNICAMP, 1992. [Dissertação de Mestrado]

CASTRO FARIA, Luiz de. "Pescadores e Pescarias". In: KANT DE LIMA, Roberto; PEREIRA, Luciana F. **Pescadores de Itaipu** – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

CASTRO FARIA, Luiz de. **Antropologia: escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico**. Niteói: EdUFF, 1999.

CHAVES, L. G. M. **Trabalho e subsistência**. Almofala: aspectos da tecnologia e das relações de produção. Rio de Janeiro: UFRJ, 1973. [Dissertação de Mestrado]

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar [Org.]. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p. 87-121.

CÓRDOVA, R. V. **"Ficar em terra" – O processo de migração de profissionais da pesca**. Florianópolis: UFSC, 1986. [Dissertação de Mestrado]

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira... In: ALMEIDA *et al.* **Colcha de retalhos – Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

CORSO, A. C. T. **A extinção da pesca artesanal e o impacto no modo de vida e na alimentação: um estudo de caso**. Salvador: UFBA, 1988. [Dissertação de Mestrado]

COSTA, Paulo T. M. da. **Atravessadores e pescadores – São José do Norte/RS**. Rio Grande: DEGEO/FURG, 1995.

COSTA, R. N. L. T. R. **Pensar o mar para poder pescar: o espaço da pesca de litoral na Baía de Sepetiba**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. [Dissertação de Mestrado]

CUNHA, Lúcia H. O. **Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa**. São Paulo: PUC, 1987. [Dissertação de Mestrado]

_____. [Org.]. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos o caso de Guaraqueçaba (Paraná)**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1989.

_____. Povos dos Mares. In: **Educação ambiental em comunidade**. [S.n.: s.n]. s/d. p. 173-176.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DAWSEY, John. "Caindo na cana" com Marilyn Monroe: tempo, espaço e "bóias-frias". **Revista de Antropologia**, v. 40, n. 1, p. 183-225. São Paulo: USP, 1997.

DIEGUES, Antônio C. S. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. São Paulo: FFLCH/USP, 1973. [Dissertação de Mestrado]

_____. **Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar**. São Paulo: FFLCH/USP, 1979. [Tese de Doutorado]

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio C. S. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores no Brasil... *In*: DIEGUES, A. C. [Org.]. **Pesca artesanal: tradição e modernidade**. São Paulo: IOUSP/F.FORD/UICN, 1989. p. 1-20.

_____. [Org.]. **Populações litorâneas, movimentos sociais e ecossistemas da costa brasileira**. São Paulo: CEMAR/USP, 1992.

DIEGUES, Antônio C. S. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB, 1995.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB, 1997.

_____. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos do Brasil. Lisboa: **Etnográfica**, v. III, n. 2, p. 361-375, 1999.

_____; SALLES, R. [Orgs.]. **"Ciências sociais e o mar no Brasil"**. II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo: Nupaub/USP, 1988.

_____; NOGARA, Paulo. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub/USP, 1994.

D'INCÃO, Maria C. **O "bóia-fria": acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Luis F. D. **As redes do suor: a reprodução social dos pescadores da produção do pescado em Jurujuba**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978. [Dissertação de Mestrado]

_____. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EdUFF, 1999.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELLIS, M. A. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ESCALLIER, Christine. O Papel das Mulheres da Nazaré na Economia Haliêutica. **Etnográfica**. Lisboa, v. 3, n. 2, p. 293-308, 1999.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

FERNÁNDEZ, José P. Los estudios de antropología de la pesca en España: nuevos problemas, nuevas tendencias. **Etnográfica**. Lisboa, v. III, n. 2, p. 333-359, 1999.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. *In*: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p. 77-86.

FORTUNA, Carlos. **As cidades e as identidades** – Narrativas, patrimônios e memórias. RBCS. Rio de Janeiro, n. 33, ano 12. fev./1997.

FRANÇA, A. "A ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana". **Boletim de Geografia**, 10, p. 5-155, 1954.

FURTADO, L. G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Nova Série Antropologia, v. 79, p. 1-50, 1981.

_____. **Curralistas e redeiros de Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. [Dissertação de Mestrado]

_____. **Os pescadores do rio Amazonas**. São Paulo: USP, 1988a. [Tese de Doutorado]

_____. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 6, n. 1, 1990.

_____. **Os pescadores do Rio Amazonas**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1993.

_____; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. [Orgs.]. **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: museu paraense Emílio Goeldi, 1993. [Coleção Eduardo Galvão]

_____; NASCIMENTO, I. H. Pescadores-de-linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 82, 1982.

_____; NASCIMENTO, I. H. Tamaruteua, ilha de pescadores do litoral do Pará. **Revista de Antropologia**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

GALLOU, A. B. F. **Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)**. Santa Maria: UFSM, 1986. [Dissertação de Mestrado]

GARCIA, Hamilcar; NASCENTES, Antenor. **Dicionário Caldas Aulete**. Rio de Janeiro: Delta, 1985.

GASPAR, Maria Dulce. **A pesca tradicional, a coleta de moluscos e os construtores de sambaquis de Laguna**, Santa Catarina. 2000. [Mimeo]

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERBER, Rose Mary. **Estranhos e estrangeiros** – Um estudo antropológico com mulheres sobre a mídia em Ganchos/Ganchos na mídia. Florianópolis: UFSC, 1997. [Dissertação de Mestrado]

- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1992.
- GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. *Dicionário de geografia*. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
- GODOI, Emília Pietrafesa. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Unicamp, 1999.
- GROSSI, Miriam [Org.]. *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: UFSC, 1992.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar [Org.]. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p. 9-35.
- HARTMANN, Luciana. *Oralidades, corpos e memórias: performances de contadores e contadoras de causos da campanha do RS*. Florianópolis: UFSC, 2000. [Dissertação de Mestrado]
- HENRIQUE, Renata Catarina. O desenvolvimento proporcionado pela rodovia BR-101 aos municípios da Grande Florianópolis-SC. In: CORRÊA, Carlos H. P.; SOARES, Maura; BAHIA, Eliana M. dos S. [Orgs.]. *Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina* – 4 a 7 de setembro de 1996. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.
- HEREDIA, Beatriz M. Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HÉRITIER-AUGÉ, Françoise. Mulheres de sabedoria, mulheres de ânimo, mulheres de influência. *Cadernos Condição Feminina*. Lisboa, n. 20, p. 95-125, 1987.
- HURLEY, Jorge. *Pesca no Pará*. [s.l.:s.n.], 1933.
- IANNI, Octavio. Formas sociais do tempo. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 37, p. 57-81, 1994.
- ISAAC & BARTHEM. "Os recursos pesqueiros na Amazônia legal". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.
- IVO, A. B. L. *Pesca, tradição e dependência: um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade tradicional na área urbano-industrial de Salvador*. Salvador: UFBA, 1975. [Dissertação de Mestrado]
- JORNAL O Município** "Camacho: "um pedacinho de terra perdido no mar..." Jaguaruna, Treze de Maio, Sangão e Tubarão. n. XIV, 2ª Quinzena de Dezembro, 1997.
- JÚNIOR, Miguel P. "Nota sobre a pesca dos índios Kaiapó na aldeia de Gorotire, rio Fresco – Pará". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 6, n. 1, p. 5-17, 1990.

KAISER, Jakzam. *Ordem e progresso: o Brasil dos gaúchos*. Florianópolis: Insular, 1999.

KANT DE LIMA, R. *Pescadores de Itaipu: a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978. [Dissertação de Mestrado]

_____. ; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

KONDO, Dorinne. *Dissolução e reconstituição do eu: implicações para uma epistemologia antropológica*. Brasília: UnB, 1987. [Mimeo]

KRAEMER, Marília de Carvalho. *Malhas da pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá*. São Paulo: PUC, 1978. [Dissertação de Mestrado]

LACERDA, Eugênio. P. *As farras do boi no litoral de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1995. [Dissertação de Mestrado]

LAGO, M. C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário*. Florianópolis: UFSC, 1983. [Dissertação de Mestrado]

_____. *Modos de vida e identidade – Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1996.

LAGO, Paulo F. de A. Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, jan./mar. 1961.

_____. [Coord.]. *Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina*. Resultados de pesquisas realizadas em 1966 sob o patrocínio do Acordo de Pesca. s/d. [Mimeo]

LAGROU, Elsje M. Uma Experiência Visceral. In: GROSSI, Miriam [Org.]. *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: UFSC, 1992. p. 19-40.

LARAIA, Roque de Barros. "Apresentação". In: MALDONADO, Simone C. Mestres & Mares. *Espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

LEACH, E. R. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEITÃO, Wilma M. Pesca e Políticas Públicas. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropol. Belém, v. 11, n. 2, p. 185-198, 1995.

_____. "Organização e movimentos sociais dos trabalhadores da pesca. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 12, n. 2, dez./1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

LIMA, Dario de Araújo. **As relações sociais de produção dos pescadores do canto do mangue – Natal/RN**. Florianópolis: UFSC, 1995. [Dissertação de Mestrado]

LIMA, Wilde Vianna. **Pesca em Revista**, s/d. [Mimeo]

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, 1985. [Dissertação de Mestrado]

LUCHIARI, M. T. D. P. **Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião – Distrito de Maresias)**. Campinas: UNICAMP, 1992. [Dissertação de Mestrado]

MACEDO, Carmen Cinira. **A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MACHADO, Lia Z. Família, honra e individualismo. **Anuário Antropológico/85**. Rio de Janeiro, p. 138-151, 1986.

MADRUGA, A. G. Cornélio. **Mudanças de vento: redistribuição das funções no espaço de uma comunidade pesqueira (Lucena, Paraíba)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1985. [Dissertação de Mestrado]

MALDONADO, Simone C. Eu sou o dono dessa canoa... **Cadernos Paraibanos de Antropologia**. João Pessoa, n. 1, p. 43-55, 1985.

_____. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. "Antropologia marítima, comunicação e cultura: algumas reflexões." **Cadernos Paraibanos de Antropologia e Sociologia**. João Pessoa, n. 4, 1988.

_____. **Em dois meios, em dois mundos: a experiência pesqueira marítima**. Brasília: UnB, 1991. [Tese de Doutorado]

_____. Parentes de sangue, parentes de pesca: a experiência masculina na pesca e na família. In: **Anais/II Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste**. Recife: UFPE; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP/ABA, 1991.

_____. Dizer marítimo: a antropologia e os pescadores em algumas notas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, Série Antropologia, v. 11, n. 2, 1995.

_____. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. [Coleção Os Pensadores]

MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance desta pesquisa. *In*: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p. 39-61.

MALUF, Sônia W. **Encontros perigosos**: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição. Florianópolis: UFSC, 1989. [Dissertação de Mestrado]

_____. **Encontros noturnos**: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MANESCHY, M. C. **Uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA/NAEA, 1988. [Dissertação de Mestrado]

_____. A arte do pescador artesanal. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, v. 6, n. 1, p. 95-105, 1990.

_____. A mulher está se afastando da pesca? **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-165, 1995.

_____. **Ajuruteua, uma comunidade ameaçada**. Belém: UFPA, 1995a.

MARANHÃO, Túlio. **Náutica e classificação ictiológica em Icaraiá, Ceará** – Um estudo de antropologia cognitiva. Brasília: UnB, 1975.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 34, p. 197-221, 1991.

MARESCA, Sylvain. Sobre desafios lançados pela fotografia às ciências sociais. *In*: ACHUTTI, Luiz E. Robinson [Org.]. **Ensalos sobre o fotográfico**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. p. 115-118.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar mundaú-manguaba**. Campinas: UNICAMP, 1991. [Tese de Doutorado]

MARQUES, Lílian A. B. **O pescador artesanal do sul**. Rio de Janeiro: MEC-SEAC-FUNARTE, Inst. Nacional do Folclore, 1980.

MAUÉS, R. H. **A ilha encantada**: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores. Brasília: UnB, 1977. [Dissertação de Mestrado]

_____. **A ilha encantada** – Medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores. Belém: UFPA, 1990.

_____; MAUÉS, M. A. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém, v. 6, n. 1, p. 29-40, 1990.

MAUSS, Marcel. Morfologia social. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p. 238-326.

MAUSS, Marcel. **Manual de etnografia**. Lisboa: DomQuixote, 1993.

MELLO, Alex Fiuza de. **A pesca sob o capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação**. Belém: UFPA, 1985. [Dissertação de Mestrado]

_____. Movimentos sociais na pesca: breve balanço bibliográfico: novos desafios teóricos. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 1, p. 19-39, 1995.

_____. Os posseiros do mar: expansão capitalista no setor pesqueiro amazônico. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Cortez Editora, 1984. p. 162-178.

MÉRONA, Bernard de. Pesca e ecologia dos recursos aquáticos na Amazônia. FURTADO, Lourdes G. *et al.* **Povos das águas**. Realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 159-185.

_____. Ecologia da pesca e manejo pesqueiro na região Amazônica. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 167-183, 1995.

MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, v. 27, n. 1, 1984.

MODOLON, Margareth dos S. [Org.]. **História e cultura do município de Jaguaruna**. Jaguaruna: Gráfica 47, 1998.

MONTEIRO, A. Assunção. **O trabalho como agente de educação: um estudo sobre uma comunidade de pescadores em Santa Catarina**. São Paulo: PUC, 1986. [Dissertação de Mestrado]

MOREIRA, Edna S.; ROCHA, Rossilan M. da. Pesca estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 11, n. 1, p. 57-86, 1995.

MOTTA-MAUÉS, Maria A. **"Trabalhadeiras & camarados"**: um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores. Brasília: UnB, 1977. [[Dissertação de Mestrado]

_____. **A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica**. Belém: NAEA/UFPA, 1980.

_____. "O dom xamanístico e a sujeição feminina numa comunidade amazônica". **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, I – Antropologia. p. 1-14, 1980.

_____. **"Trabalhadeiras & camaradas"**: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA, 1993.

_____. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**. Lisboa. v. III, n. 2, p. 377-399, 1999.

MOURÃO, F. *A pesca no litoral sul do estado de São Paulo: o pescador lagunar de iguape-cananéia*. São Paulo: USP, 1967. [Dissertação de Mestrado]

_____. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo: FFLCH/USP, 1971. [Tese de Doutorado]

MUSSOLINI, Gioconda. O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião. *Revista de Sociologia*, 7(3), p. 135-147, 1945.

_____. *O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil*. 1946. [Mimeo]

_____. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

NACIF, Adelaide. *Pesca artesanal: aspectos ambientais, sócio-econômicos e culturais: o caso de Marudá – Pará*. Belém: UFBA/Núcleo do Meio Ambiente, 1994.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo da natureza e tempo do relógio – Tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, Série Antropologia, v. 11, n. 1, p. 5-18, 1995.

NERY, Arian da C. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, Série Antropologia, v. 11, n. 2, p. 199-293, 1995.

OLIVEIRA, Luís Roberto. *As Categorias do entendimento humano e as noções de tempo e espaço entre os Nuer*. Série Antropologia n. 137. Brasília: UnB, 1993.

OLIVEIRA, Lygia Estevão de. *Cajú – Socialização de uma comunidade praiana*. Recife, 1966.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

OTT, C.T. *Elementos culturais da pescaria baiana*. [S.l.:s.n.], 1944.

PEIRANO, Mariza G. *A reima do peixe: proibições alimentares numa comunidade de pescadores*. Brasília: UnB, 1975. [Dissertação de Mestrado]

PENNER, M. E. Soares. *A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico*. Recife: UFPE, 1984. [Dissertação de Mestrado]

PEREIRA, Cilene da C. *Os pescadores da lagoa de Araruama: etnografia e linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. [Tese de Doutorado]

- PESSANHA, Elina G. da Fonte. **Os companheiros**: trabalho na pesca de Itaipu. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977.
- PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. "Survey de Icapara". **Sociologia**, n. 9, p. 50-79, 1947.
- PLANTE, Steve. **Espaço, pesca e turismo em Trindade**. São Paulo: Nupaub/USP, 1997.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". In: **Estudos Históricos**. São Paulo, v. 2, n. 3, 1979.
- PREFEITURA Municipal de Jaguaruna. **Dados históricos de Jaguaruna**. p. 19, 1997. [Mimeo]
- QUEIROZ, Marcos de S. **Representação de doença e instituições de cura numa aldeia de pescadores**. Campinas: UNICAMP, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. "Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSOM, Olga de Moraes [Org.]. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
- RAMOS, Alcida. **Pescadores portugueses no Rio de Janeiro**. Universidade de Wisconsin, 1965.
- RIAL, Carmen. **Mar de dentro**: a transformação do espaço na Lagoa da Conceição. Porto Alegre: UFRGS, 1988. [Dissertação de Mestrado]
- RICOUER, Paul. "Introdução". In: RICOEUR, Paul *et al.* **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. p. 15-39.
- ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do município sul-catarinense de Jaguaruna. **Pesquisas Antropologia**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 22, p. 1-13, 1969.
- RUBEN, Guillermo Raul. La teoría da la identidad en la Antropología: un ejercicio de etnografía del pensamiento moderno. PUBLICAR – In: **Antropología y Ciencias Sociales**. n. 2, p. 69-80, 1992.
- SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade de afluência. In: CARVALHO, Edgard Assis. [Org.]. **Antropologia Econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- SALLES, Colombo M. Bacia hidrográfica do rio Tubarão: interações hidrometeorológicas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, n. 18, 1999.
- SANTOS, José Vicente T. dos. Camponeses e trajetórias migratórias: do sul para a Amazônia ocidental. **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro, p. 65-86, 1993.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. [Org.]. **Povo e tradição em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1971. p. 13-52.

SCHWADE, Elisete. Poder do "sujeito", poder do "objeto". *In*: GROSSI, Miriam. **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: UFSC, 1992. p. 41-52.

SILVA, Célia M. **Ganchos/SC – Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, Gláucia O. da. **Tudo o que tem na terra tem no mar**. A classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga – RJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. [Dissertação de Mestrado]

SILVA, Hélio R. S.; MILITO, Cláudia. **Vozes do meio-fio – Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SILVA, José C. Gomes da. **A identidade roubada – Ensaios de Antropologia Social**. Lisboa: Gradiva, 1994.

SILVA, Luís Geraldo. **Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930)**. Recife: CFCH/UFPE, 1991. [Dissertação de Mestrado]

_____. **Caíçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: Nupaub/USP, 1993.

_____. **A faina, a festa e o rito**. Gentes do mar e escravidão no Brasil (séc. XVII ao XIX). São Paulo: USP, 1996. [Tese de Doutorado]

SILVA, M. Emília B. da. **O homem e o mar da região dos Lagos – RJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. [Tese de Doutorado]

SILVA, Ricardo B. Uma introdução à situação da atividade pesqueira na Lagoa do Camacho... *In*: **Diagnóstico Ambiental e Zoneamento das Áreas de Lavra de um Depósito Conchífero em Jaguaruna-SC**. Florianópolis, 1999. [Mimeo]

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: USP, 1998. [Tese de Doutorado]

SILVANO, Filomena. **Territórios da identidade**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SILVEIRA, I. M. Quatipuru: agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica. **Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, n. 34, p. 1-82, 1979.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, N. J. H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: CNPq/INPA, 1979.

SMITH, T. Lynn. **Brasil: povo e instituições**. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada.... *In*: ALMEIDA *et al.* **Colcha de retalhos – Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 39-90.

SUAREZ, Maria Teresa S. de M. *Cassacos e corumbas*. São Paulo: Ática, 1977.

TAVARES, M.C. *Um estudo de tomada de decisão (desicion making) na pesca artesanal*: Icaraí (CE). Brasília: UnB, 1975. [Dissertação de Mestrado]

TEDLOCK, Dennis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. *Anuário Antropológico/85*. Rio de Janeiro, p. 183-202, 1986.

THOMAZ, Lea M. Representações sociais dos nativos da ilha do Mel. In: DIEGUES, Antonio C. [Org.]. *Ilhas e Sociedades Insulares*. São Paulo: NUPAUB, 1997.

TREMEL, Ernesto. "Temas relacionados à pesca marítima: pesca, novos rumos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, n. 18r, 1999.

TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VELTHEN, Lúcia H. "Os Wayana, as águas, os peixes e a pesca". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 6, n. 1, p. 95-105, 1990.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Belém: UFPA, 1970.

VETTORETTI, Amádio. *A importância das sesmarias no povoamento de Tubarão*. Tubarão: UNISUL, 1996.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, p. 41-62, 1992.

_____; SYDENSTRICKER-NETO, John; SAWYER, Donald. *Gênero e meio ambiente na Amazônia brasileira*. Bibliografia Comentada. Brasília: UnB/USAID, 1994.

_____; WOORTMANN, Klaas. Fuga a três vozes. *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro, p. 89-137, 1993.

_____. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. A família trabalhadora. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, p. 69-87, 1984.

_____. A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 103-129, 1986.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia". *Anuário Antropológico/87*. Brasília, p. 11-73, 1990.

_____. "**Migração, família e campesinato**". Série Antropologia. n. 129, 1990a.

ZALUAR, Alba. As mulheres e a direção do consumo doméstico... *In*: ALMEIDA, *et al.* **Colcha de retalhos** – Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 159-184.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZARUR, George de C. L. **Os pescadores do golfo**: antropologia econômica de uma comunidade norte americana. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

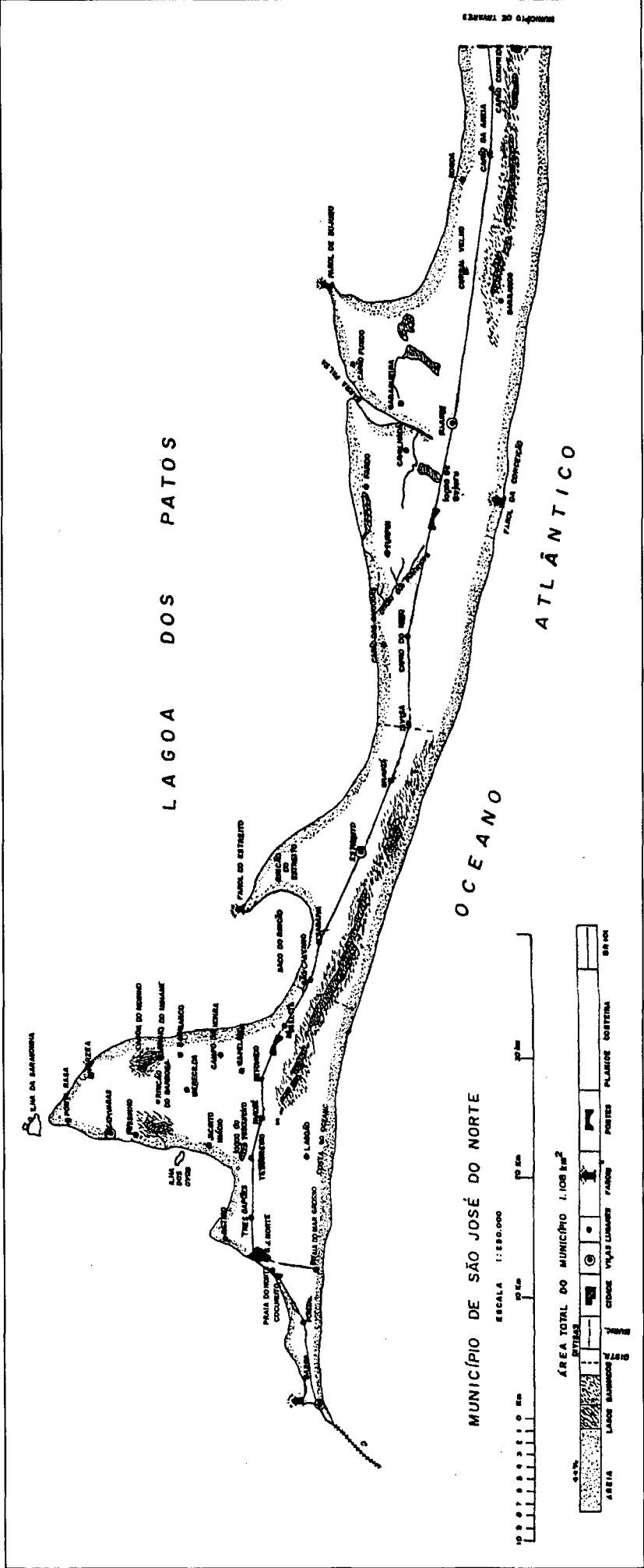
ANEXOS

ANEXO I

Município de Jaguaruna

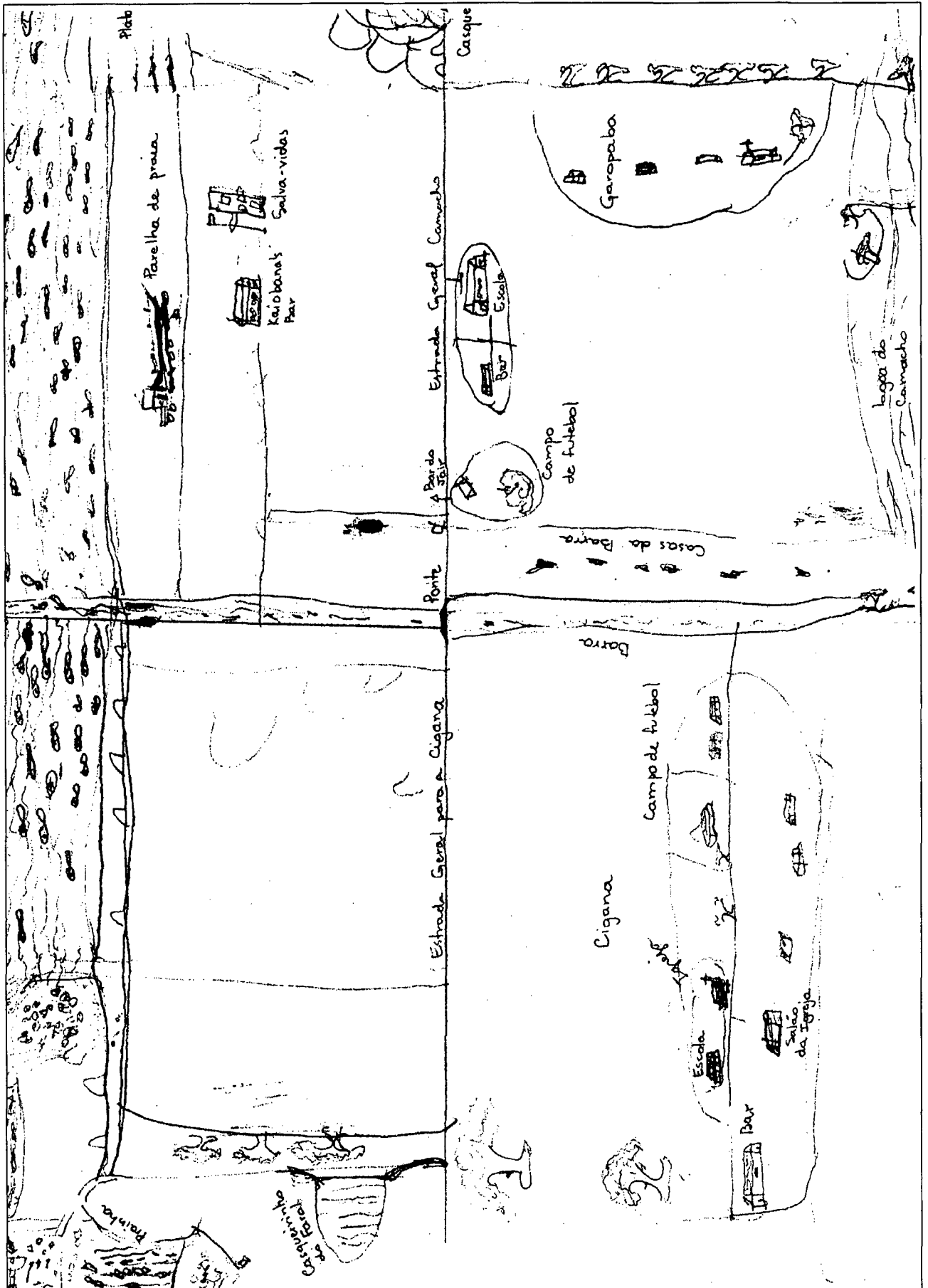
ANEXO II

Município de São José do Norte



ANEXO III

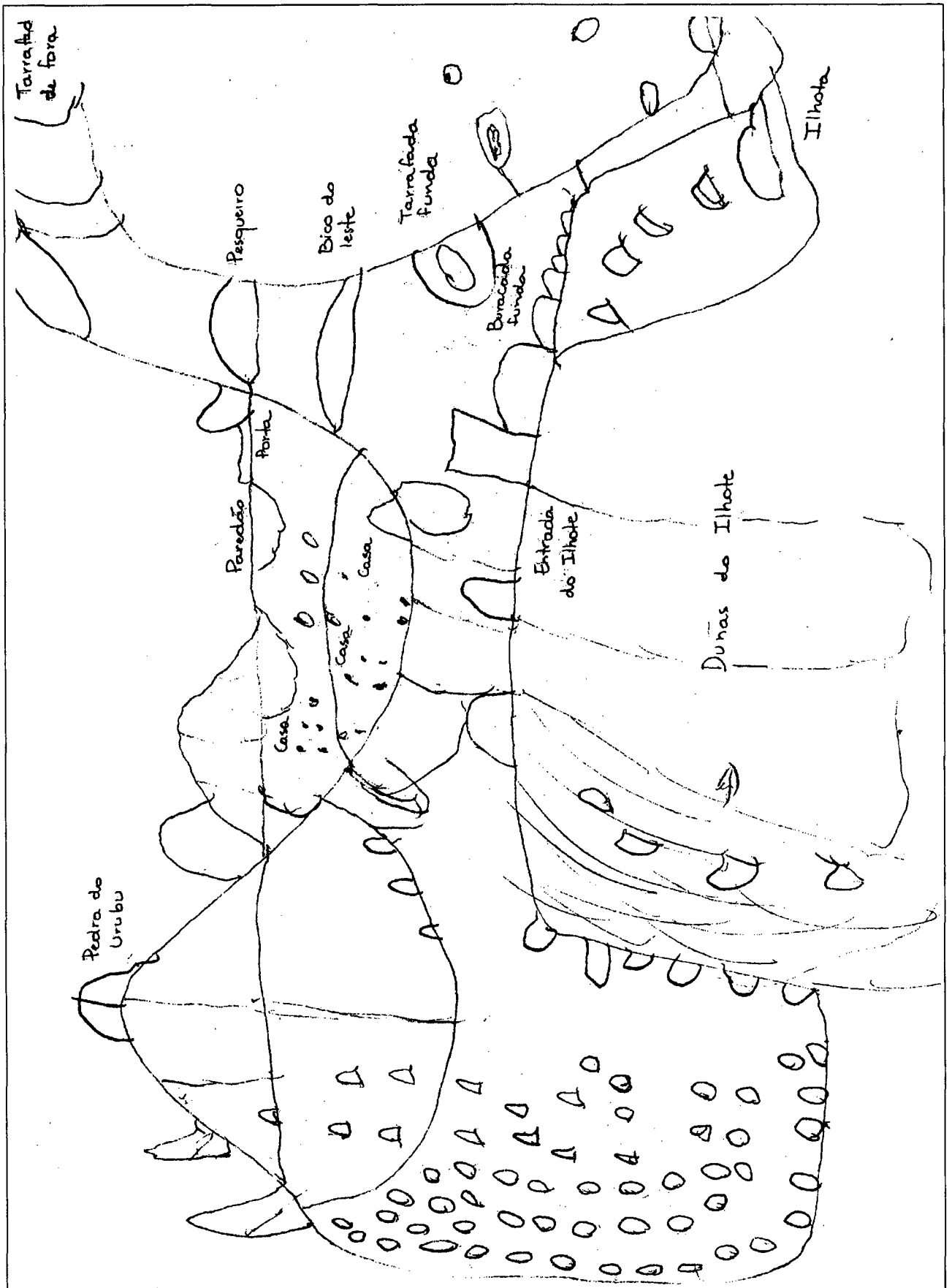
Figura 1 – O Camacho



Fonte: Marcelo Gordo Santana, Pescador do Camacho, 2000.

ANEXO IV

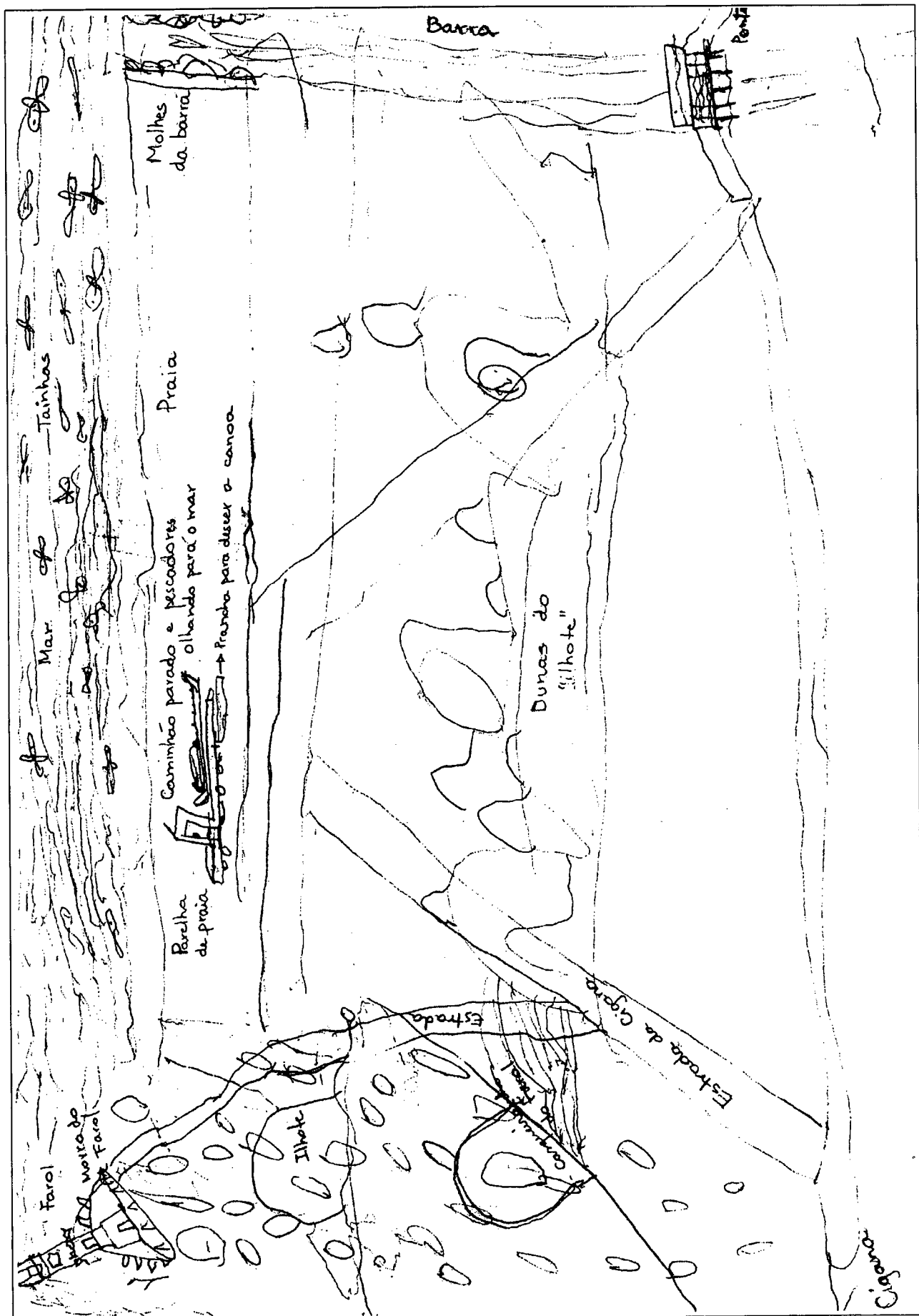
Figura 2 – O Ilhote



Fonte: Marcelo Gordo Santana, Pescador do Camacho, 2000.

ANEXO V

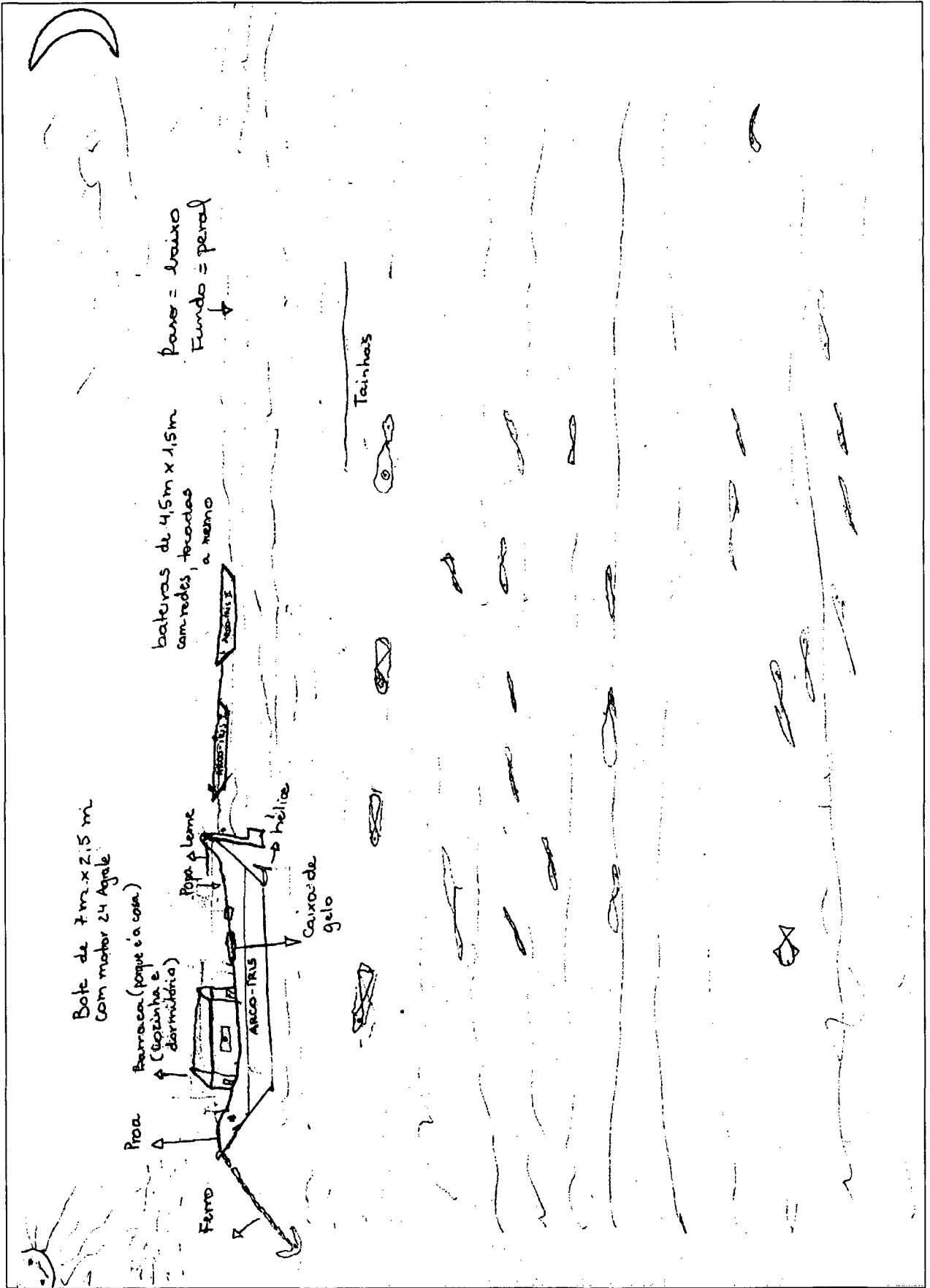
Figura 3 – Parelha de Praia



Fonte: Marcelo Gordo Santana, Pescador do Camacho, 2000.

ANEXO VI

Figura 4 – Parelha de Lagoa



Fonte: Marcelo Gordo Santana, Pescador do Camacho, 2000.

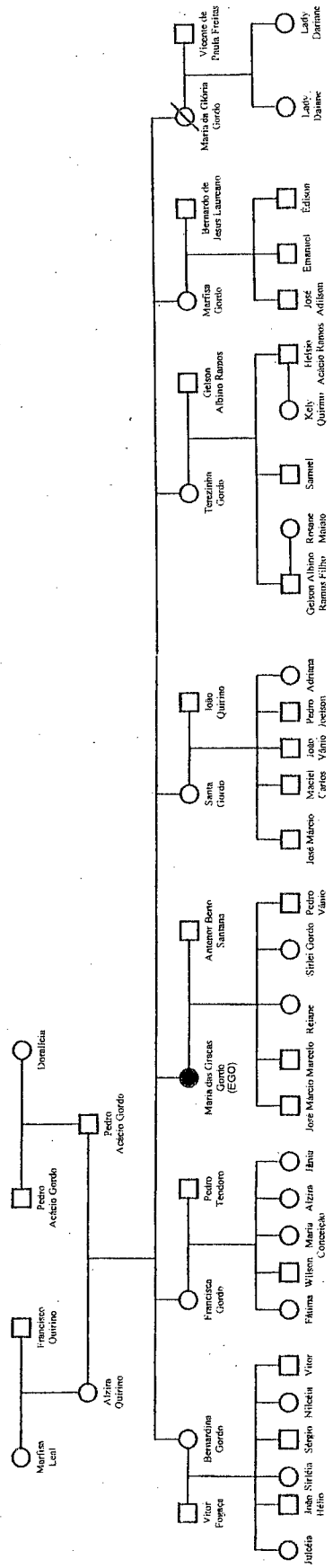
ANEXO VII

Roteiro de Entrevista

- História do Camacho
- História da família
- Ligação do Camacho com as localidades vizinhas
- Profissão e outros trabalhos
- Pesca no Camacho
 - Modalidades
 - Onde realiza
 - Instrumentos que utiliza
 - Safras
- Migração para o Rio Grande Sul
 - Modalidades de pesca
 - Locais de pesca
 - Instrumentos que utiliza
 - Safras
 - Locais de moradia
 - Relação com os gaúchos
- Religião que freqüente
- Lazer
- Festas que ocorrem na localidade
- Turismo

ANEXO VIII

Árvore Genealógica I

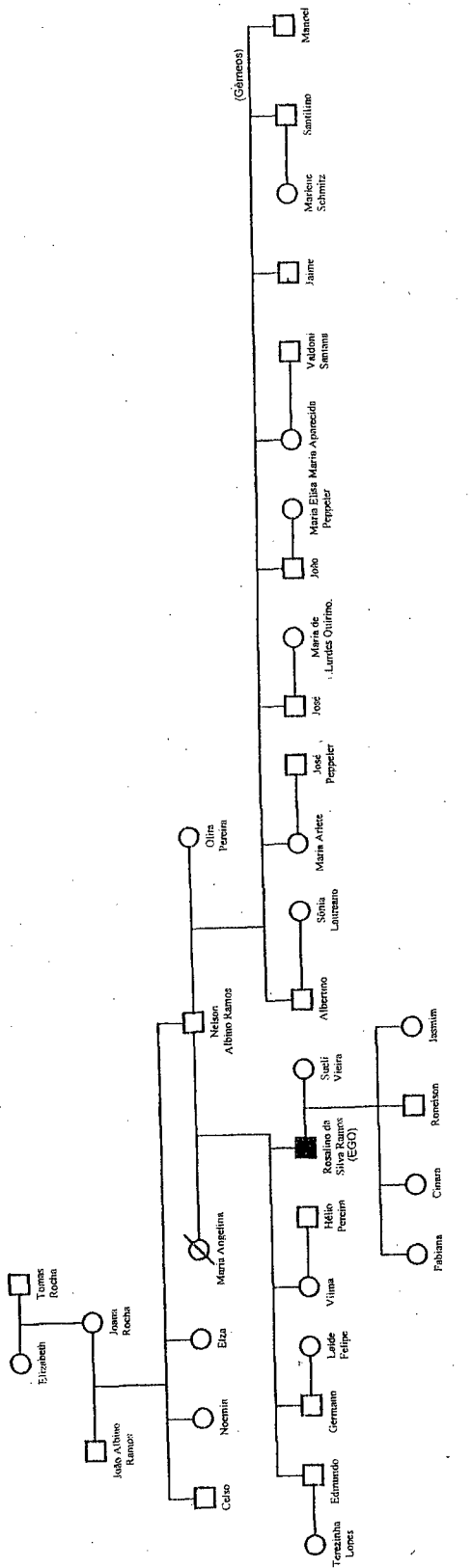


Legenda

- Casamento
- Filho
- Ego feminino
- Ego masculino
- Mulher
- Homem
- ⊘ Mulher falecida
- ⊠ Homem falecido

ANEXO IX

Árvore Genealógica II

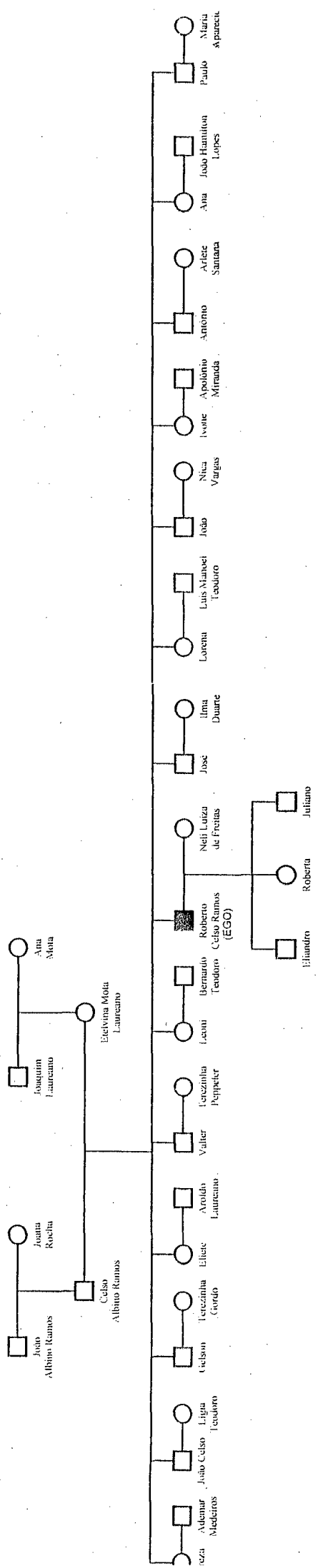


Legenda

- Casamento
- Filho
- Ego feminino
- Ego masculino
- Mulher
- Homem
- ⊘ Mulher falecida
- ⊠ Homem falecido

ANEXO X

Árvore Genealógica III



Legenda

- Casamento
- Filho
- Ego feminino
- Ego masculino
- Mulher
- Homem
- ⊘ Mulher falecida
- ⊠ Homem falecido

ANEXO XI

Regulamentação da Pesca na Lagoa do Camacho

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 27, DE 10 DE MARÇO DE 1999

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, e art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 8.617, de 04 de janeiro de 1993 e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e

Considerando a necessidade de regulamentar a pesca na Lagoa do Camacho, localizada no Sul do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de controlar o esforço de pesca na Lagoa do Camacho, essencial para a melhoria e recuperação da piscosidade e conseqüente qualidade de vida das populações dela dependentes;

Considerando a necessidade de participar no processo de organização das atividades pesqueiras ora em desenvolvimento, onde prioriza-se a gestão compartilhada dos recursos naturais; e,

Considerando o que consta do Processo IBAMA/SUPES/SC nº 02026.000592.98-84, resolve:

Art. 1º - Proibir, na Lagoa do Camacho, Estado de Santa Catarina, a pesca de camarão-rosa (*Penaeus paulensis* e *P. brasiliensis*) com aparelho denominado "aviãozinho" e "gerival".

Art. 2º - Proibir qualquer tipo de pesca até 100 (cem) metros dos lados Sul e Norte da boca da barra da Lagoa do Camacho e também ao longo do seu canal, até 30 (trinta) metros, após a ponte.

Art. 3º - Proibir a pesca nos lados sul e Norte da boca da Lagoa do Camacho, na área entre 100 (cem) e 300 (trezentos) metros, exceto para a pesca que utilize as seguintes artes: tarrafa, molinete e linha de mão.

Art. 4º - Na pesca de camarão, na Lagoa do Camacho e seu estuário, somente poderá ser utilizada tarrafa e coca de puxar com malhagem de no mínimo 25 (vinte e cinco) mm (medida tomada entre os ângulos opostos da malha esticada), com uso somente de luz escura.

Art. 5º - Proibir a pesca de rede de manjuba, após as balizas antigas, fora do período entre 17:00 e 8:00 horas.

Art. 6º - Proibir o uso, na Lagoa do Camacho, de artes de pesca que tenham medidas inferiores às definidas abaixo:

- Tarrafa para Peixe : 5 cm;
- Tarrafa para camarão: 2,5 cm;
- Coca de puxar, para camarão: 2,5 cm
- Rede para peixes: 7 cm

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto no "caput" deste artigo deve ser considerada a distância entre ângulos opostos da malha esticada.

Art. 7º - Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e demais legislação pertinente.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS

ANEXO XII

Informativo sobre a Lei para o uso da Lagoa e da Barra

LEIS PARA O USO DA LAGOA E DA BARRA DO CAMACHO

Em reunião realizada no dia 24/04/1995, no Camácho, com a presença da Colônia de Pescadores de Laguna, da Polícia Ambiental, do IBAMA, da Pastoral da Pesca e de pescadores, foi decidido que as leis a serem seguidas, tanto pelos órgãos de fiscalização quanto pelos pescadores, são as seguintes;

BALIZAS

1. Serão colocadas 3 balizas no decorrer da praia, tanto ao lado norte quanto ao lado sul, sendo que a primeira ficará a 50 metros dos molhes, a 2ª a 250 metros e a última a 1000 metros.

2. Nos primeiros 50 metros, fica proibido qualquer tipo de pesca e de banho;

3. Dos 50 aos 250 metros, fica permitida a pesca somente para tarrafa, linha e molinete;

4. Dos 250ms aos 1000 ms., fica liberado também para a pesca, o uso de parelhas de praia.

NO CANAL

1. Serão colocadas 3 balizas ao longo do canal, sendo que a primeira deve ser colocada a 60 ms do molhe, a segunda deve ser colocada a 60 metros antes da ponte e a terceira, colocada a 30 metros após a ponte.

2. Fica liberada, entre a primeira e a segunda baliza, somente a pescaria para pescadores profissionais, com tarrafa, sem a utilização de embarcações.

3. da terceira baliza até a lagoa, fica liberada a pescaria para pescadores profissionais, com tarrafa e linha, sem a utilização de embarcações.

4. Fica expressamente proibido banhos em toda a extensão da barra do Camácho e qualquer tipo de pescaria entre a segunda e terceira baliza.

VEICULOS NAUTICOS

Fica proibido, na lagoa e no canal, o uso de toda a espécie de veículos náuticos motorizados esportivos.

LIQUINHO - AVIAOZINHO - ARRASTO

É proibida a pesca de aviãozinho e arrasto, como também o uso do liquinho.

PESCA DO CAMARÃO

Na pesca do camarão, somente poderá ser usada a tarrafa, com o uso do facho.

PESCARIA DE LANÇO E MANJUADA

A pescaria de lanço e manjuada somente será permitida apos / as balizas, na lagoa.

REDES

É proibida a utilização de redes atravessadas: nos rios, nas lagoas e nos canais.

AMADORES

Os pescadores amadores, segundo as normas federais, não podem pescar em águas interiores com tarrafa e outras artes de pesca restritas a pescadores profissionais.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida pelo IBAMA e Órgãos conveniados pela prefeitura e, sobretudo, pelos pescadores. É necessário / que cada um observe as leis.

PENALIDADES

Os que desobedecerem a estas e às outras leis de pesca (malhas - ...) estão sujeitos às punições previstas nas leis de pesca.

LEIS COMPLEMENTARES

O IBAMA, considerando as necessidades da região, fará uma portaria, adaptando estas leis às leis maiores.

Camacho, 24 de abril de 1995.

A Comissão de representantes.

mmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmmm

PRESERVE A VIDA !

DEFENDA AS LAGOAS E OS RIOS. '

OBSERVE AS LEIS!

oooooooooooooooooooooooooooo

ANEXO XIII

Proposta de Abertura de um Rio

VENHA TAMBÉM APOIAR ESTA IDÉIA

Venho apresentar como sugestão, uma idéia que sem dúvida, virá contribuir para a solução dos problemas que envolvem o trabalhador da pesca no sustento de sua família, bem como criar uma alternativa para manter o canal da Barra do Camacho aberto e a prevenção de enchentes.

Trata-se da abertura de um rio na Lagoa da Garopaba, que teria seu início no Canto da Aroeira, em Camacho, estendendo-se até ao Canto do Arame, em Garopaba.

Quanto as suas dimensões: sua largura poderá ter aproximadamente 30 m., sendo 2 m. de profundidade e, para facilitar o acesso e o manejo das artes de pesca, uma área livre de aproximadamente 30 m. Cada margem, cuja área deverá ser de uso coletivo, não poderá ser de posse de nenhum particular, inclusive, não podendo ser cercado, para facilitar principalmente o trânsito dos pescadores.

A referida área conta com grande quantidade de conchas que, na abertura do rio, poderão ser exploradas à mineração pela Empresa CYSY Mineração Ltda e o resultado dos recursos da arrecadação com a extração das conchas, deverão ser revertidos para a Associação dos Pescadores, que poderá destinar esses recursos a aquisição de uma pequena máquina para manter o canal da Barra sempre conservado aberto, livrando-se do constante assoreamento. O rio servirá também para dar volume de peso de água necessário à manutenção do canal aberto da Barra.

Venha! Vamos juntos somar esforços para que esta idéia seja uma realidade, trazendo melhores dias para as famílias dos pescadores e criando paralelamente mais um viveiro de peixes e camarões em nosso Município.

PEDRO MANOEL TEODORO
*Presidente da Associação dos
Pescadores de Camacho*

ANEXO XIV

Ficha para obtenção do Registro Geral de Pesca



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE PESCA E AQUICULTURA

CADASTRO NACIONAL DE ATIVIDADES PESQUEIRAS
PESCADOR PROFISSIONAL

01 – IDENTIFICAÇÃO DO PESCADOR

01 – Nome:		02 – Data de Nascimento:	
03 – Filiação: Pai: Mãe:		04 – Sexo: <input type="checkbox"/> Fem <input type="checkbox"/> Masc.	
05 – Grau de Instrução: <input type="checkbox"/> nenhum <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> 1º grau <input type="checkbox"/> 2º grau <input type="checkbox"/> 3º grau <input type="checkbox"/> incompleto		06 – Estado civil: <input type="checkbox"/> Solt. <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Outros	
07 – Cl. RG N°:		08 – Órgão Emissor:	
09 – Data de Emissão:		07 – CPF N°:	
10 – Endereço para Correspondência:		11 – Telefone:	
12 – Bairro:		13 – Cidade:	
14 – UF:		15 – CEP:	
16 – Nacionalidade: <input type="checkbox"/> Brasileira <input type="checkbox"/> Estrangeira (data validade visto) ____/____/____ <input type="checkbox"/> Naturalizado			
17 – N° PIS/PASEP:		18 – N° do 1º Registro:	
19 – Data do 1º Registro:		20 – Órgão Emissor:	
21 – Categoria: <input type="checkbox"/> artesanal embarcado <input type="checkbox"/> artesanal desembarcado <input type="checkbox"/> com vínculo empregatício		22 – Aprendiz de pesca: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
		23 – Filiado a Colônia de Pesca: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

02 – ENTIDADE DE CLASSE DO PESCADOR (COLÔNIA OU FEDERAÇÃO)

01 – Código da Entidade de Classe:		02 – Nome:	
03 – Endereço:		04 – Bairro:	
05 – Cidade:		06 – UF:	
07 – CEP:			
08 – Telefone:		09 – FAX:	
10 – e-mail:			

03 – REQUERIMENTO

<p>Requeiro o meu registro de pescador profissional, declarando que a pesca é o meu principal meio de vida e assumo total responsabilidade pelas informações aqui prestadas. Estou ciente de que declaração falsa constitui crime previsto no art. 299 do código penal.</p> <p>_____/_____/_____ Local Data</p>	<p>Recebi cópia da documentação cadastral do requerente acima identificado.</p> <p>_____/_____/_____ Local Data</p> <p>_____ Assinatura e carimbo do funcionário da DFA</p>
<p>_____ Assinatura do requerente ou de seu representante legal</p>	

ANEXO XV

Hino de Jaguaruna

HINO DE JAGUARUNA

Letra : Monsenhor Agenor N. Marques

Música: Capitão Osnilo Dotvam

Jaguaruna , cidade adornada
Entre as várzeas e o mar a sorrir
És o signo dos bravos de outrora
És o sonho de um grande porvir!

Essas dunas em brancas enfeitam
Lindas orlas do Atlântico sul,
São as rendas que ventos aflagam ,
São as fimbrias do teu céu azul.

ESTRIBILHO

Sentinela aitaneira dos mares ,
Jaguaruna é uma vigia de pé
E teu povo é um carisma de crença ,
Guardião da verdade e da fé.

Do jaguar as rotundas pegadas
E as ruínas do lar da nação
Sambaquis e o lendário Camacho

Teu folclore de cantos e preces
São duendes de graça sem par
Nas bandeiras do Espírito Santo
Céu e terra se fazem altar.

ESTRIBILHO Sentinela.....etc.

ANEXO XVI

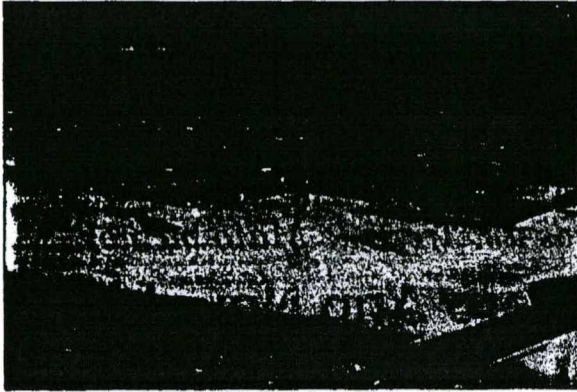
Notícia sobre Turismo no Camacho

O MUNICÍPIO

Credibilidade em primeiro lugar

Nº XIV - 2ª quinzena de Dezembro - Jaguaruna - Treze de Maio, Sangão e Tubarão.

Camacho: "Um pedacinho de terra perdido no mar..."



Vista aérea do Balneário Costa Azul, no Bairro de Camacho

Tudo começou na década de 60, há 32 anos atrás, quando o Sr. Nadim Domingos aqui chegou e trouxe junto de sua bagagem a expansão turística, o progresso para o turismo do norte do município.

Pioneiro no setor turístico, Nadim relembra o tempo quando aqui chegou: "não havia água, energia elétrica, nem ruas" - ressalta. Foi com muito esforço que começamos a estruturar o projeto de turismo que hoje é o melhor do município de Jaguaruna.

Em 1978, através do trabalho dos senhores João Schmitz, presidente da ARENA, Claudino Abel Botega, Pedro Coelho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

juntamente com o Delegado Estadual Milton Carlos de Oliveira e o Dr. Arnaldo Schmitz, presidente da IRUSC, inaugura-se a rede de energia elétrica.

Em 1980, através do Sr. Claudino Abel Botega que doou a água e do Sr. Renato Domingos que fez a doação da tubulação, o Prefeito Hilton Osny Pereira, inaugura a rede de água potável para as comunidades de Garopaba do Sul e Camacho.

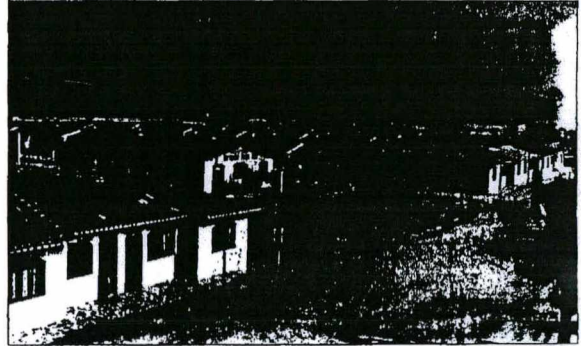
Hoje, a história é bem diferente. O Balneário Costa Azul no bairro de Camacho é destaque em toda região Sul de Santa Catarina. O Balneário possui a melhor infraestrutura do município de Jaguaruna: 8 res-

taurantes, 5 peixarias, 5 padarias, 1 hotel, 3 apart-hotéis, 15 mercados, 1 farmácia, 1 posto de gasolina, 1 posto de saúde, 3 igrejas, 1 escola, 2 danceterias, diversos bares, possui a noite mais agitada de toda a temporada de verão do município, o segundo maior carnaval do sul de Santa Catarina.

Segundo Renato Domingos "o Balneário possui um fluxo turístico durante todo o ano. Na alta temporada, temos a praia mais limpa de toda a região sul do Estado, dunas gigantes, noites agitadas, provas esportivas como Geop Cross, entre outros entretenimentos; uma lagoa rica e muito pescosa. Nosso Balneário é rico na qualidade de vida que oferecemos à nossos turistas, o ar, as belezas naturais, não temos poluição, temos um complexo turístico que possui 126 suítes total-

mente equipadas, 22 casas, restaurantes e tudo o que o turista necessitar, não precisa sair do Balneário. Para fazer compras hoje, o Balneário já possui até lojas de roupas moda-praia, materiais esportivos, etc... Hoje, só em nosso complexo turístico passam 5 mil pessoas/temporada. A abertura da Barra do Camacho também trás benefícios na baixa temporada" - finaliza Renato.

A ACAV (Associação Costa Azul de Veranistas) trouxe para o Balneário o projeto Praia Médico, que irá atender cerca de 400 famílias de associados, sendo que 200 são de pescadores. O médico Dr. Patrício V. Tuente, ficará fixo no Balneário. Quem quiser se associar à ACAV, terá direito aos serviços implantados pela associação



Complexo Turístico, Garopaba Praia Clube completa infra-estrutura